

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DEZ DE MARÇO DOIS MIL E QUINZE** -----

----- **ATA NÚMERO CINQUENTA E NOVE** -----

----- Aos dez dias do mês de março de dois mil e quinze, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão extraordinária, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles,

## DRAFT

Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado e Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Maria Margarida Matos Mota, Isabel Cristina Rua Pires, Sandra Cristina Andrade Carvalho, João Diogo Santos Moura, Nelson Pinto Antunes, Patrícia Caetano Barata, Carla Sofia e Silva Rothes Ladeira, Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Aparício e Romão da Conceição Bатуca Lavadinho. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na linha d) do nº. 1, do artigo 3º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º. Do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Augusto Miguel da Gama (PS) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Mota. -----

----- Tiago Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Miguel Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Idália Aparício. -----

----- Inês Drummond (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Carla Rothes. -----

----- Ricardo Saldanha Reis (PS) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Mota. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho. -----

----- Telmo Correia (CDS/PP), de nove a treze de março, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- Mariana Mortágua (BE) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade. -----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE) por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires. -----

----- Foi, ainda, justificada a falta do Deputado Municipal Miguel Santos à 58ª reunião da AML (34ª sessão extraordinária), realizada em três de março de 2015. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro (indicado como representante da Câmara), Paula Marques, Sá Fernandes e Carlos Castro. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, Paulo Quaresma, João Pedro Gonçalves Pereira, Alexandre Duarte e Carlos Moura.-----

## DRAFT

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhores Deputados. Agradecia que tomassem os vossos lugares. Os serviços informam que já temos quórum e temos, ainda, uma ordem de trabalhos carregada, hoje, pelo que pedia que tomassem os vossos lugares.-----

----- Aos Senhores Vereadores pedia que, também, tomassem os vossos lugares.-----

----- Para efeitos de cumprimento da lei no que diz respeito à presença do Presidente da Câmara na Assembleia Municipal, essa presença, hoje, foi delegada no Senhor Vereador Duarte Cordeiro que tem o Pelouro das relações institucionais com a Assembleia Municipal. E eu passarei a dizer em todas as sessões, quando o Senhor Presidente não estiver, quem é que tem a competência delegada para representar a Câmara para que não haja dúvidas da presença da Câmara nestes debates, que nós gostamos muito de a ver cá. -----

----- Lembro que às seis da tarde, nós temos a continuação do debate temático da Erradicação da Violência Contra as Mulheres e, portanto, esta parte dos trabalhos que vamos encetar agora, terá que ser interrompida por volta das dezassete horas e trinta minutos para prepararmos a sala para o debate temático. Portanto, pedia para terem em conta esta limitação temporal, e queria também, para lembrar aos Senhores Deputados, que às dezoito horas será feita uma confirmação de quórum, para garantirmos quórum para o debate temático. Portanto, eu lembro aos Senhores Deputados, mesmo aqueles que já assinaram agora a sua folha de presenças que terão de voltar a assinar às dezoito horas. Chamo a vossa atenção para isto porque o Regimento obriga, naturalmente, a ter sempre quórum nos nossos trabalhos, e no debate temático é-me muito difícil verificar se o quórum está garantido, ou não, uma vez que na sala estão misturadas as pessoas do público com os Senhores Deputados. Portanto, precisamos mesmo que assinem para garantirem que tudo se passa nos termos regulamentares.-----

----- Relativamente à nossa sessão de hoje, queria informar que quanto à proposta número um, que foi apresentada uma proposta de emenda sobre a proposta que está em primeiro lugar nos nossos trabalhos, a Proposta N° 759/2014. Foi apresentada uma proposta de emenda pelo BE que a Mesa não aceitou, eu não aceitei em nome da Mesa porque ela não cumpria um dispositivo legal que eu explicitiei na altura, qual era, e o BE reformulou sob a forma de recomendação que mesmo assim não cumpre o dispositivo legal, portanto, eventualmente, será de novo reformulada, veremos no decurso do debate o que é que se passa, mas eu tinha que dar esta informação. -----

----- Os Senhores Deputados terão sido agora confrontados com um documento em papel, agora, a chegar à sessão, porque provavelmente não viram os vossos *mails* antes de virem para aqui, e portanto, tenho de dar esta informação. -----

----- Não tenho mais informações a dar. -----

----- Portanto, temos uma pessoa inscrita do público, para falar. Os serviços estão em condições de trazer essa pessoa ao palco.”-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **O Senhor Rui Manuel Mourão Passos**, residente na Rua Leão de Oliveira – nº 4, 2º Dtº. 1300-352 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“A razão de vir a esta Assembleia é a seguinte: sou pai de três filhos, um deles teve a infelicidade no dia 15 de setembro, na Avenida das Forças Armadas, num prédio que pertence à CML, de ter sucedido um incêndio e ficou sem nada, a casa ficou totalmente destruída. O meu filho conseguiu sair mais os meus netos e a minha nora, só que dentro dessa casa vivem 13 pessoas.*-----

----- *Essa casa é do sogro do meu filho. Quando o meu filho foi para essa casa, quando se juntou com a minha nora, era só ele e essas duas pessoas, depois veio uma cunhada que tem cinco crianças. Essas cinco crianças viviam na casa de jantar em beliches. Foram lá várias vezes as senhoras assistentes sociais e pouco ou nada ligaram.*-----

----- *Com respeito à Câmara, a minha nora dirigiu-se uma vez à Câmara a saber quais eram as démarches que havia de fazer para solicitar uma casa, em virtude de estarem 13 pessoas dentro de uma habitação. Foi dito pela senhora na Câmara que se via não ter condições, que não fizesse mais filhos, foi a resposta que deram à minha nora.*-----

----- *Na segunda vez foi novamente à CML solicitar uma casa, que não tinha condições de viver mais o marido e os filhos. Primeiro disseram para ela ir à Segurança Social e obter um papel se devia alguma coisa à Segurança Social. Eu gostaria de saber se fazem esses pedidos a toda a gente a quem foi atribuída casa pela CML.*-----

----- *Eu escrevi à Senhora Vereadora a contar esta situação toda. Prontifiquei-me, porque a CML tem centenas de casas devolutas, algumas delas em boas condições, mas quando elas são desabitadas a primeira coisa que a GEBALIS faz é destruir as casas por dentro, que é para não serem reocupadas, ou não serem ocupadas. É vergonhoso e eu posso confirmar isso.*-----

----- *Há casas devolutas em bom estado. Aliás, eu já fiz uma vez um inventário à Câmara dessas casas, mas parece que não interessava muito que isso fosse a verdade.*-----

----- *Eu fiz uma exposição à Senhora Vereadora e foi-me dado conhecimento em resposta pelo senhor adjunto Rui Gonçalves, que lamentava a situação que se passou com o meu filho e com a casa mas tinha conhecimento que a GEBALIS se encontrava a fazer o acompanhamento da situação, até para eles terem uma habitação. É falso, não corresponde à verdade.*-----

----- *O único acompanhamento que o meu filho tem tido tem sido meu e no dia que houve o fogo, durante toda a noite, toda a manhã e toda a tarde não houve um elemento da CML ou da GEBALIS que se dirigisse ao local, que eu estive lá todo o dia, para fazer fosse o que fosse. Apareceu a Proteção Civil da CML ao fim de termos feito um comunicado para a comunicação social e apareceu a televisão e os jornais a dizerem que estavam ali umas crianças, estavam ali pessoas que não tinham casa e estavam a viver na rua. Então encaminharam para umas casas.*-----

## DRAFT

----- Senhora Presidente, eu não sei se conhece as casas da Proteção Civil da Câmara. Aquilo não são casas, aquilo tenho a impressão que nem um recluso entrava ali dentro. Aquilo não tem uma mesa, não tem uma cadeira para se sentarem, não tem nada, são quatro paredes sem nada. Aquilo é para um ato de transição para dias e não era o caso desta situação, que isto foi um caso para meses. -----

----- Como é que podia estar ali um casal com dois filhos? Aquilo não é casa nem é nada, não sei o que é que podem chamar àquilo. Por isso não tiveram acompanhamento nenhum, como não tiveram até hoje. -----

----- Eu só gostava de saber, e para não ser maçudo, o que é que é necessário, se tem que mudar de cor, se tem que mudar de nacionalidade, se tem que mudar de etnia, para ter direito a uma casa. São 13 pessoas que estão dentro de uma habitação, são 7 miúdos pequenos, alguns com 1 e 2 anos, e são 6 adultos. -----

----- Será que o meu filho, ao fim de tantos descontos que fez neste País, que trabalhou, que ajudou na construção do País, não tem direito a uma habitação? Não é cidadão? A legislação diz que todo o cidadão tem direito a uma habitação condigna, será que o meu filho não é cidadão deste país? -----

----- Eu gostava de saber eu saindo daqui o que é que é necessário, em virtude de já três vezes que foi pedido e foi as respostas que obtive, ou não fizesse filhos, ou fosse à Segurança Social saber se deve alguma coisa. -----

----- Ele não consegue, está a viver numa casa emprestada e já não pode lá estar mais tempo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que:-----

----- “Eu acho que percebemos todos a urgência do problema que aqui colocou e queria dar desde já algumas informações:-----

----- Em primeiro lugar, para ter acesso a uma habitação municipal neste momento tem que ir por concurso e eu não sei, só olhando para o processo poderíamos saber mas para isso terá que falar com o assessor e ver o que se passa com o vosso processo. Não sei se o seu filho ou a sua nora já se candidataram através do concurso que está permanentemente aberto para terem acesso a uma habitação municipal. Se já o fizeram, saber a pontuação que lhes foi dada, se aceitaram essa pontuação, se reclamaram. Pode acontecer haver enganar ao fazer as contas e as pessoas reclamam, a pontuação é verificada. Se tiver uma pontuação alta, fica à espera que haja uma casa disponível e quando a casa está disponível é chamado pelos serviços e aí sim, tem que apresentar documentos. -----

----- Eu não sei se foi nesse contexto que a sua nora foi lá chamada, porque se foi chamada para apresentar um documento da Segurança Social é porque já estava uma casa atribuída e para se poder confirmar as condições todas que ela terá posto na sua candidatura. Estou aqui a especular, porque não tenho o processo na frente.-----

----- A primeira coisa é verificar se estão inscritos no concurso para atribuição de casas e se pedidos que fizeram no passado não estão já caducados, porque os pedidos têm validade de um ano e têm que verificar se o renovaram ou não e qual é a pontuação. A pontuação é afixada publicamente e sai no Diário Municipal, é pública e podem saber qual é a pontuação. Se foi uma pontuação alta há uma expectativa para

## DRAFT

assim que haja uma casa disponível da tipologia que precisam, ser-vos atribuída. São estes os passos. -----

----- Quanto à queixa que faz da resposta que teve nos serviços, lamento. Não sei se foi assim exatamente, porque às vezes nessas histórias há várias versões, mas nenhum funcionário municipal pode dar uma resposta dessas. Isso é matéria que a Senhora Vereadora irá verificar e se existiu essa resposta o funcionário vai ter que se justificar, porque essa resposta é contra a Constituição. Não podemos fazer uma afirmação dessas, ninguém, desde o topo da hierarquia até ao simples funcionário que está a atender. -----

----- Agradeço os elementos que trouxe aqui, vou pedir ao Senhor Doutor Rui Gonçalves que volte a ver consigo a situação em que está o processo e pedir à Senhora Vereadora que depois veja com a GEBALIS se há diligências. O Senhor diz que não foram feitas e terão que ser. -----

----- Quanto à Proteção Civil Municipal, eu fui Vereadora da Habitação muitos anos e sei que assim é, quando há incêndios quem é chamado, seja a que horas for do dia ou da noite, não são os serviços da habitação, é a Proteção Civil, que tem de facto essas residências de emergência para uma aflição do momento, para não ficarem as pessoas a meio da noite na rua, mas não são habitações definitivas nem podem ser. Muitas vezes nem têm boas condições até em termos de mobiliário, mas são para situações de emergência. -----

----- O processo tem que ser verificado, tem que ser conferido aquilo que aqui nos trouxe com o que está no processo, ver se há alguma coisa em falta. A questão principal é se está ou não o seu filho inscrito para uma habitação municipal, ele ou a sua nora, com o seu agregado familiar. É isso que é preciso saber e é preciso saber em que ponto se encontra a candidatura, porque depois pode acompanhar pelo Boletim Municipal ou pela internet a pontuação que têm, para saber se está para breve ou se demora mais tempo, porque as casas que estão devolutas, a GEBALIS não destrói as casas mas às vezes retira alguns equipamentos para as casas não serem vandalizadas. --

----- Quem atribui as casas é a Câmara, não é a GEBALIS. Portanto, a Câmara é que fica na posse delas e muitas vezes têm que se fazer obras e a casa já está atribuída, a família já sabe a casa que vai ter e que está a ser arranjada. -----

----- Este é o procedimento normal. Se houve coisas fora deste procedimento normal, tem que se averiguar e a Senhora Vereadora, que é muito escrupulosa, verá o que é que se passou. -----

----- Acabo de receber uma mensagem da Senhora Vereadora, que acrescenta à informação que eu dei que este fogo já foi reabilitado por 25 mil euros e anda-se há uma semana a contactar o agregado para entregar a casa. Talvez o problema desta vez seja mais rápido de resolver do que muitas vezes acontece em pedidos que aqui nos aparecem. Esperemos que assim seja, e muito obrigada pela informação. -----

----- Senhores Deputados, terminou esta parte dos nossos trabalhos. Vamos entrar na ordem do dia, e eu antes queria dar um aviso que é de interesse não só para os Senhores Deputados, mas também para a Comunicação Social, que eu tenho sido muito solicitada sobre esta matéria, e portanto, gostaria de informar os Senhores

Jornalistas e os Senhores Deputados presentes que a proposta que tem sido muito falada relativamente à questão de isenção de taxas do Benfica, deverá ser agendada para o dia trinta e um de março. Portanto, podem já registar a data para não valer a pena estar sempre a perguntar quando é que vai ser agendada. Em princípio, o que ficou assente na Conferência de Representantes é que seria para o dia trinta e um de março. -----

----- Informo, também, os Senhores Deputados Municipais que as declarações Políticas que estavam previstas para este dia serão antecipadas uma semana para não haver aqui confusão de temas, e dar toda a dignidade às Declarações Políticas que serão no dia vinte e quatro, e no dia trinta e um teremos a ordem de trabalhos, incluindo esta proposta. Para terem isto em conta e para se poderem preparar devidamente.” -----

----- **PONTO 1 – PROPOSTA Nº 759/2014 – DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE A PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL NA RUA ALEXANDRE HERCULANO (AO MERCADO MUNICIPAL 1º DE DEZEMBRO, NO RATO), A FAVOR DA EMEL, DESTINADA À CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO E APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA DE CONTRATO DE PROGRAMA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DO ARTIGO 50º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO - (2XGRELHA BASE-68 MINUTOS);** -----

----- (anexada à presente ata como anexo I, e dela faz parte integrante); -----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **anexo II**, e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 3ª Comissão, Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, fica anexado à presente Ata como **anexo III**, e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 8ª Comissão, Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança, fica anexado à presente Ata como **anexo IV**, e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu vou ser muito sucinto na apresentação até porque acho que é mais útil responder às questões que surgiram, quer nas comissões que apreciaram este processo, quer pelos vários partidos. -----

----- Referir que o que se trata aqui, no fundo, é da Assembleia Municipal aprovar a constituição de um direito de superfície sob parcela de terreno municipal no chamado Mercado do Rato, nomeadamente a favor da EMEL, para a construção e exploração de um parque de estacionamento. -----

----- Como poderemos, daqui a pouco, no debate, constatar, isto não inviabiliza a possibilidade de serem conferidos outros usos. Obviamente, para já, a Câmara, com

## DRAFT

este direito de superfície o que refere é que entende que vai ao encontro de uma expectativa e de uma necessidade há muito que é constatada para aquela zona da cidade com uma bolsa de estacionamento que tem cerca de trezentos e dez lugares. ----  
----- Obviamente, que existe da parte da Câmara Municipal, quer naquilo que define a bolsa de estacionamento e destino de cada um dos lugares, quer na questão da apreciação para a compatibilização com outros usos e, nomeadamente, com outros equipamentos, existe e já foi aqui, inclusivamente, transmitido pelo Arquitecto Manuel Salgado a disponibilidade para estudar a sua implicação. -----

----- De referir, também, que no que diz respeito à política tarifária, que aquilo que é referido aqui, não impede, pelo contrário, que na altura e previa abertura do próprio lugar de estacionamento, tenha que ser aprovado em Câmara Municipal aquilo que é o tarifário aplicado a este estacionamento. Portanto, o facto de haver aqui um estudo de viabilidade económica com uma referência não fecha, digamos assim, aquilo que é a política tarifária que vai ser aplicada, sendo que a Câmara Municipal, obviamente, não fecha os olhos às recomendações que a Assembleia Municipal refere nos pareceres. ----

----- Para já, remetia-me apenas a esta apresentação e há aqui algumas matérias que eu acho que carecem de ser totalmente, esclarecidas, mas que aguardarei as intervenções dos vários grupos municipais e depois, farei uma intervenção no final. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sobre esta proposta, há pareceres da 1ª e 8ª Comissões Permanentes, sendo que a relatora de ambos é a Senhora Deputada Ana Páscoa. Depois, a 3ª Comissão Permanente deliberou subscrever o parecer da 8ª Comissão Permanente, portanto, não tem relator próprio. E há ainda, uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda que seria uma proposta de emenda, mas não pode ser, e que foi reconvertida numa proposta de recomendação, portanto, que será, naturalmente, se o BE entender, apresentada aqui e apreciada. -----

----- Portanto, vamos dar a palavra à Senhora Relatora.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, e na qualidade de relatora dos pareceres da 1ª e 8ª Comissões Permanentes, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, em relação a esta proposta, a Proposta 759/2014, vou também referir muito sucintamente, que se trata de uma concessão de um direito de superfície a favor da EMEL para a construção de um parque de estacionamento. Este parque de estacionamento que está abrangido pelo Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade, e Zona envolvente, portanto, já estava previsto e, obviamente, sendo a EMEL a empresa do setor encarregada da gestão, seria natural ser ela a fazer a construção e a exploração. -----

----- Na proposta estão perfeitamente consignados todos os aspetos legais. Há um estudo de viabilidade económica e financeira. -----

----- No decurso da discussão desta proposta, quer em sede da 1ª Comissão, quer em sede da 8ª Comissão, surgiram algumas dúvidas que deviam de ser esclarecidas pela Câmara. E nesse contexto foram também realizadas audições, quer com o Senhor



## DRAFT

vereador Manuel Salgado, quer com as Juntas de Freguesias com relação com esta proposta da construção do Parque de Estacionamento, como seja a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, a propósito de um projeto que teria para lá.-----

----- Portanto, no termino dos trabalhos, as Comissões fazem algumas recomendações à Câmara, eu de qualquer forma vou dizer quais são, embora tenha ouvido agora o Senhor Vereador Duarte Cordeiro já a fazer referências a elas e a dar algumas indicações. De qualquer forma, as recomendações que as Comissões fazem, 1ª e 8ª Comissões, e subscritas pela 5ª Comissão, são as seguintes: obviamente que a construção deste parque de estacionamento foi considerada de interesse e visa responder a uma necessidade de estacionamento nesta zona da cidade. Nesse sentido é uma proposta positiva que contribui para uma melhor regulação do estacionamento e da circulação.-----

----- Portanto, as recomendações que se fazem à Câmara que é essencial que sejam devidamente acauteladas pela Câmara, a situação dos comerciantes que mantêm a sua atividade no atual Mercado 1º de Dezembro, nomeadamente o pagamento das indemnizações a que houver direito.-----

----- A segunda recomendação diz respeito ao limite máximo da tarifa a praticar pelas assinaturas mensais para residentes e comerciantes, não deve exceder o valor praticado pelo mesmo tipo de tarifa mensal noutros parques similares, sendo que o regime de tarifário específico deverá ser objeto de prévia aprovação pelo município. Esta foi uma das questões que há pouco o Senhor vereador referiu.-----

----- Outra recomendação á Câmara é que se repense as questões de facilidade de acesso e de segurança relativamente à utilização do acesso da Rua Alexandre Herculano pelas viaturas do posto de limpeza nos dois sentidos.-----

----- Que seja estudada a possibilidade de associar a este projeto, mesmo que numa fase posterior, a transformação do edifício da Auto Industrial com usos complementares aos propostos para o Parque de Estacionamento do Rato, permitindo assim, ainda, um melhor e mais seguro acesso de peões ao parque e ao interior do quarteirão.-----

----- Última recomendação, que não seja tomada pela Câmara Municipal de Lisboa uma decisão definitiva quanto ao projeto de arquitetura do parque de estacionamento proposto, antes de ser devidamente analisada a proposta apresentada pela Junta de Freguesia de Santo António.-----

----- Face ao exposto, as Comissões consideram que a Proposta 759/2014 está em condições de ser discutida e votada em Plenário.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A necessidade de criar novas áreas de estacionamento ordenado nesta zona da cidade não é novidade. Não só não é novidade, como não suscita qualquer tipo de dúvida, basta circular a qualquer hora do dia entre o Marquês e o Rato, para perceber que algo está em falta.-----

## DRAFT

----- Por melhor servida de transportes coletivos que esta zona esteja, e por mais incentivos que se criem à sua utilização, continua sempre a subsistir, pelo menos, a necessidade de os residentes estacionarem ordenadamente a suas viaturas. -----

----- Nesta zona, que é a antiga São Mamede, onde as novas Santo António e Misericórdia se confundem, confunde-se também, a zona 33 de estacionamento regulado pela EMEL, uma das maiores da cidade mas que infelizmente, não é sequer suficiente para a procura dos residentes, quanto mais dos visitantes. E esta necessidade não é nova, é um problema que subsiste há tempo bastante para a ideia de criar uma área de estacionamento nos terrenos do Mercado do Rato estar já prevista no PUALZE, publicado a nove de setembro de 2009, há seis anos. -----

----- Sucede que o processo de elaboração do Plano de Urbanização onde a Avenida da Liberdade e a sua zona envolvente se iniciou, na verdade, em 1991, há vinte e quatro anos, e a constatação do défice de estacionamento ordenado, e mesmo desordenado ou irregular, vem já dessa primeira abordagem, de 91, conforme se pode verificar no primeiro volume do Relatório do PUALZE na sua atual versão. -----

----- No que concerne ao estacionamento, os diagnósticos das versões de 1991 e de 2009, demonstram um agravamento do problema só ligeiramente atenuado no contexto do espaço público pelo ordenamento entretanto realizado pela EMEL, mas que mantém em défice o número de lugares disponíveis. Não será, por isso, difícil de compreender que o PUALZE em vigor que assume como opções essenciais a revalorização da função habitacional e a qualificação do espaço público com salvaguarda e acréscimo de área pedonal, preconize, necessária e paralelamente, a criação de estacionamento que apoie estas duas metas. -----

----- Atualmente, verifica-se uma enorme pressão sobre as áreas de circulação com especial prejuízo para a circulação de peões porquanto se vê o espaço público, em grande parte, tomado por estacionamento devido à falta de alternativas com a sua subsequente degradação da imagem urbana e até das suas condições de conservação. --

----- Considerando que a solução deste problema é essencial para a concretização dos restantes objetivos do plano, o PUALZE propõe a par com um novo ordenamento de estacionamento á superfície, a criação de cinco novos parques de estacionamento; Avenida da Liberdade 1 e 2, Rua do Passadiço, Largo da Oliveirinha e Mercado do Rato, não só os prevê como os considera como ações urbanísticas essenciais para a concretização do plano. -----

----- Em suma, a proposta que hoje aqui debatemos está prevista, foi longamente estudada, está classificada como ação essencial em instrumento de gestão territorial em vigor, foi objeto de discussão pública sem qualquer oposição e é urgente. Porém, aquando da remessa desta proposta à Assembleia municipal foi suscitada na 1ª, 3ª e 8ª Comissões, pela voz do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, a possibilidade de se encontrar uma solução que compatibilizasse estacionamento com atividades económicas dedicadas num projeto de parceria com uma entidade particular cujos detalhes não chegaram ao conhecimento das comissões a tempo da aprovação dos respetivos pareceres. -----

## DRAFT

----- A possibilidade de compatibilizar estacionamento com outros usos, não colide nem com o PUALZE, nem com as conclusões dos pareceres das comissões. -----

----- Para o PS a compatibilização de estacionamento com outros usos é interessante e pode ser valorizadora. Mas não posso deixar de mencionar aqui a nossa posição de princípio, a cidade espera há já vinte e quatro anos por esta solução, não nos opomos a uma solução mista, mas ela tem de surgir em tempo útil, compatibilizar-se com os instrumentos de gestão territorial em vigor, e ser financeira e tecnicamente viável. O PS revê-se integralmente, nas conclusões dos pareceres das comissões e não queremos protelar no tempo a concretização mas que consensual da bolsa de estacionamento do Mercado do Rato. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente a esta proposta, 759/2014, sobre o contrato de programa que definirá o direito de superfície a favor da EMEL para a construção e exploração do parque de estacionamento, gostaríamos de acrescentar algumas ideias e explicitar um pouco melhor a nossa recomendação. -----

----- Naturalmente, que subscrevemos as critica e as sugestões que analisam aquela zona da cidade como uma das que maiores necessidades têm ao nível de espaço para estacionamento, em particular para os residentes e comerciantes da zona que se vêm diariamente, perante uma situação de dificuldade para encontrar lugares de estacionamento. E portanto, esta proposta, esta ideia de utilização daquele espaço é de salutar e poderá ter uma relevância grande na utilização daquele espaço, e na solução destes problemas. -----

----- Naturalmente, e por isso, subscrevemos as propostas de recomendação das comissões, em particular, da 8ª Comissão, estas soluções podem resolver os problemas daquela população residentes e comerciantes, caso a efetivação desta proposta, os pormenores da proposta, o tarifário aplicado àquela zona permite que, seja, efetivamente, utilizado o parque por quem mais precisa que são os residentes e comerciantes locais. -----

----- Portanto, o Vereador fez referência na sua apresentação. Há pormenores que são importantes porque podem fazer a diferença nesta solução para esta zona da cidade e, por isso, subscrevemos as propostas de recomendação das comissões. -----

----- Sabemos que a lógica de operação e de rentabilização da EMEL, por vezes, ou muitas vezes, colide com o que deve ser uma política de mobilidade sustentável e, sobretudo, de articulação com os transportes públicos na Cidade de Lisboa. É uma empresa municipal, de capitais exclusivamente municipais, mas tem, naturalmente, essa preocupação, tem naturalmente, essa prioridade na política de mobilidade para a cidade. -----

----- Por isso, o BE tem defendido sempre que a política de mobilidade, a definição de como deve funcionar a cidade nesta temática, deve estar nas mãos do município, e não nas mãos de uma empresa, ainda que, exclusivamente municipal. Hoje é uma empresa municipal, não sabemos como será no futuro, esperemos que assim continue, mas não

## DRAFT

há nenhuma garantia que assim, continue. Por isso, fazemos essa recomendação, este contrato programa deve refletir algumas salvaguardas que possam proteger o interesse público, o interesse municipal, o interesse dos lisboetas, nesse futuro que poderá ser incerto sobre esta empresa municipal. -----

----- A proposta que fazemos de recomendação, apesar de enferma de algumas ilegalidades, tal como a Senhora Presidente referiu, que corrigimos e corrigiremos numa nova entrega que irei deixar na Mesa, detêm-se, sobretudo, em dois pontos: o primeiro que tem a ver com a resolução de litígios, e que são os pontos dezassete e dezoito, que propomos que sejam retirados, mas sobretudo, sobre o prazo e a renovação destes direitos para a superficiária, para a EMEL. Conforme está no ponto oito das condições do acordo, o direito de superfície pode ser prorrogado por vontade da superficiária, ou seja, a superficiária basta manifestar a sua vontade para que haja prorrogação por sucessivos períodos de vinte e cinco anos, e o município, a outra parte interessada, a parte pública, a parte que aqui nós defendemos e discutimos, tem condições, só pode o município reclamar aquela parcela desde que justifique com obras de renovação urbana, ou outro fim de interesse público Entende o BE que não deve de haver condições para o município para que possa suspender ou terminar esta concessão, e para que a superficiária basta manifestar a sua vontade para que continue este acordo. Portanto, deve haver uma igualdade de direitos sobre aquele espaço, sobre aquele acordo, sobre este contrato, e por isso propomos na nossa recomendação que o ponto oito seja alterado para a seguinte redação: “o direito de superfície pode ser prorrogado se nenhuma das partes de opuser, com um ano de antecedência relativamente ao termo, por sucessivos períodos de quatro anos”. -----

----- Esperamos assim, que a Câmara Municipal de Lisboa tenha em contas as recomendações que aqui são colocadas, as das comissões e, naturalmente, a do BE, também.” -----

----- (A **Recomendação nº 1/59**, apresentada pelo BE, fica anexada à presente Ata como **anexo V**, e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, queria agradecer a clareza e o conteúdo dos esclarecimentos que o Senhor Vereador Duarte Cordeiro deu logo, na apresentação da proposta, o que mostra, claramente, uma atenção por parte do executivo relativamente àquilo que foi apresentado pelas comissões, e que vêm, de alguma forma, corrigir aquilo que foi a proposta inicial e, sobretudo, a apresentação do Senhor Vereador Manuel Salgado aquando a sua audição. E, portanto, registó isso com agrado porque me parece que é neste entendimento de que, quer a EMEL, quer em particular este parque de estacionamento, devem servir a população da zona e as necessidades que existem de estacionamento dos seus residentes, do que propriamente, encarar isto, apenas, como mais um negócio de rentabilidade financeira que se tem de assegurar a qualquer preço. -----

----- E a propósito disto, eu não queria deixar de chamar a atenção para o trabalho que foi desenvolvido pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, que

## DRAFT

espero que esteja a ouvir pois está ali a falar com a colega do lado, que na comissão apresentou uma justificação técnica e política para este parque de estacionamento que a Câmara Municipal fazia bem em ver, e em analisar, porque era essa a justificação técnica e política que devia de ter aparecido na proposta que foi submetida à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal e, portanto, às Comissões. E acho que isso marca um bocado a diferença, e ainda bem que essa intervenção foi feita por uma pessoas do partido da maioria que governa a Câmara, portanto, que não é suspeito de qualquer tipo de animosidade, qualquer tipo de intensões que não seja contribuir para soluções mais interessantes. -----

----- E porque é que eu chamo isto á coação? Por uma razão extremamente simples, é que aquilo que nos foi apresentado de uma forma clara e evidente e com base nos dados quantificáveis que estão disponíveis na Câmara Municipal, e pela própria EMEL, é que, de facto, há uma disparidade brutal entre aquilo que é a possível oferta de estacionamento naquela zona da cidade, e aquilo que é a procura dos seus residentes, quer pelos selos de residentes que são emitidos, quer por aquilo que são os comerciantes que, como sabem, para efeitos de atribuição de selo, são em muitos aspetos equiparados a comerciantes. E essa é que é a questão de fundo. E é por isso, que foi possível na Comissão chegar-se rapidamente a um entendimento no que se refere à necessidade de ter um parque de estacionamento naquela zona, mas ter um parque de estacionamento cuja orientação fosse, fundamentalmente, para resolver os problemas dos residentes. E, de certo modo, nessa forma de contrariar não só as tarifas que aparecem no estudo económico e que foram, aliás, depois apresentadas quase como inelutáveis nas audições que foram feitas aos representantes da Câmara e aos seus serviços, quer no que se refere ao número de lugares de estacionamento para residentes. -----

----- Penso que as recomendações da comissão são perfeitamente claras acerca do assunto. Primeiro, não é admissível que para este parque de estacionamento se proponha uma tarifa de residentes de cem euros, quando na Calçada do Combro se propõe setenta euros, ou no Chão do Loureiro se propõe, não chaga a oitenta euros, foi uma atualização dos setenta euros da Calçada do Combro para lá, como aliás também não é muito aceitável que em trezentos e tal lugares de estacionamento, apenas setenta sejam para residentes, sendo que há mais uma vinte e tal lugares para os comerciantes da zona. Isto é manifestamente inferior e devo dizer que é, inclusivamente, abaixo daquilo que no mandato anterior se exigia aos privados quando faziam as suas propostas de concessão para lugares de estacionamento. -----

----- E, portanto, estas questões são absolutamente, cruciais, pelo que registo com muito agrado a disponibilidade já transmitida pelo Senhor Vereador Duarte Cordeiro e essas questões serem devidamente, acauteladas no futuro. -----

----- Como também me parece que é de saudar a abertura que houve para encontrar a disponibilidade e o tempo necessários para discutir com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António a possibilidade de ter um outro tipo de valências naquela zona, e portanto, que não impede a aprovação, neste momento, desta proposta mas que lhe trará um enriquecimento importante. -----

----- E para terminar, quero dizer-vos que esta questão do número de lugares para residentes não é apenas uma questão de justiça em relação àquilo que deve ser a política da Câmara nesta matéria, e em particular para a população daquela zona da cidade, mas é uma questão técnica, pura e simples, é que um parque de estacionamento com aquele número de lugares a funcionar essencial para rotação, lançaria o caos na Rua Alexandre Herculano, e em todo o Largo do Rato como, aliás, por uma situação muito parecida já hoje se verifica na Praça Luís de Camões, onde o volume de tráfego é muitíssimo inferior àquele que existe na Alexandre Herculano. ----

----- E, portanto, havia aqui, inclusivamente, uma própria questão técnica que era face àquela exiguidade e acessos que existem ao interior daquele quarteirão, estar ali a fazer um parque de estacionamento destinado à rotação como se apresenta no estudo económico, era um verdadeiro disparate e ia criar condições muito complicadas de funcionamento na própria cidade naquela zona, tratando-se como aliás, foi dito pelo Senhor Vereador na audição, de um dos eixos principais de atravessamento da cidade.

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ao analisarmos a proposta 759/2014, que corresponde à cedência do direito de superfície sobre a parcela de terreno municipal na Rua Alexandre Herculano ao Mercado Municipal 1º de Dezembro, no Rato, a favor da EMEL para a construção de um parque de estacionamento, o Partido da Terra tem as seguintes considerações a fazer: a primeira é sobre a política de estacionamento da cidade levada a cabo por este executivo, dado que o Senhor Vereador Manuel Salgado informou em reunião de Câmara que este parque integra a estratégia de redistribuição de parques de estacionamento ao longo de um eixo que se inicia na Infante Santo, prolongando-se pela Estrela, Rato e Alexandre Herculano, cruzando depois com a Jacinta Marta, Almirante Reis, Morais Soares até ao fim da Mouzinho de Albuquerque, junto ao rio. -

----- Os parques de estacionamento ao longo destas artérias serão ocupados numa lógica de um terço dos lugares para residentes, e dois terços para rotação. -----

----- O Partido da Terra reconhece que o défice de estacionamento para residentes da envolvente ao espaço em questão, e a necessidade de ser encontradas soluções. Contudo, o Plano de Mobilidade para a Cidade de Lisboa recomenda que o estacionamento para residentes deve ter uma dimensão reduzida, a rondar os sessenta a oitenta lugares, podendo atingir o máximo de cento e cinquenta lugares por forma a não serem necessários grandes espaços para a sua construção. -----

----- O projeto para o parque de estacionamento hoje em discussão, é constituído por trezentos e dez lugares, dos quais setenta estão reservados para residentes, vinte para comerciantes e dez para o público. De ressaltar que este projeto não cumpre as orientações designadas no Plano de Mobilidade, quer ao nível da dimensão, como da regra de um terço para residentes, já referida anteriormente. -----

----- Uma das justificações apresentadas pela Câmara, para a construção deste parque de estacionamento da EMEL, assenta no pressuposto de tirar pressão do tráfego do interior da cidade. Na nossa perspetiva só é viável a retirada de veículos do centro da

## DRAFT

cidade, em especial do eixo Marquês-Terreiro do Paço, se se apostar na construção de parques de estacionamento de longa duração na periferia, preferencialmente, em espaços próximos de transportes públicos.-----

----- O Plano de Mobilidade da Cidade de Lisboa previa a implementação nos seguintes locais: junto ao Jardim Zoológico, ou alternativamente a Praça de Espanha, se bem que esta última localização já possa ser considerada muito dentro da malha urbana, para servir viagens com origens na A5, na zona do Lumiar, do cruzamento da Linha Amarela com o Eixo Norte-Sul, no aumento da capacidade do parque do Colégio Militar, ou na zona envolvente, nomeadamente, nos terrenos envolventes do Estádio da Luz, e no Corredor Loures-Odivelas, aproveitando a expansão da rede do Metropolitano até Odivelas.-----

----- Embora o Partido da Terra não conheça a evolução de todas as propostas supra mencionadas, a de Sete Rios e da Praça de Espanha estão praticamente, hipotecadas. O executivo pretende deslocalizar o terminal dos transportes do Sul Tejo, atualmente na Praça de Espanha para o parque da EMEL junto ao Zoo de Lisboa. Os terrenos do atual terminal serão permutados para construção.-----

----- No entanto, foi com agrado que constatamos na última informação escrita do Senhor Presidente, que a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes está a iniciar o trabalho de atualização da inventariação de todos os parques de estacionamento de acesso público existentes em Lisboa, de modo a promover uma política de estacionamento concertada que atualmente, não existe.-----

----- Outras considerações que tecemos, e não menos importante que as anteriores, diz respeito ao encerramento do Mercado 1 de Dezembro.-----

----- O atual projeto prevê que a área do mercado dê lugar ao parque de estacionamento, sendo inevitável o encerramento. Os rumores circulam desde o início de 2013, o que tem originado o abandono por grande parte dos comerciantes residentes, restando atualmente, cerca de seis, aos quais a Câmara ainda não esclareceu sobre a sua situação e de salvaguarda dos seus direitos.-----

----- Segundo a imprensa, também o Presidente da Junta de Freguesia de Santo António diz que foi, e cito: “Apanhado de surpresa”, pela Câmara, e tinha intenções de promover a revitalização do mercado, tendo para isso, desde o início do ano, promovido negociações com empresas e patrocinadores.-----

----- Apesar de todos os aspetos negativos evidenciados, nem tudo é mau. Com a provável viabilização da presente proposta, será reestruturado o posto de limpeza, proporcionando assim, aos trabalhadores da Higiene Urbana melhores condições de trabalho.-----

----- Face ao exposto, a Câmara informou que esta renovação vai permitir, possivelmente, o encerramento do posto de limpeza do Rossio. Aguardamos que não seja uma manobra da Câmara para transformar este espaço num parque de estacionamento.-----

----- Em suma, o Partido da Terra não pode acompanhar positivamente esta proposta pelos factos, anteriormente, pronunciados, em bora concorde com a generalidade das recomendações apresentadas pela 8ª Comissão, de onde se destacam os pontos 2.1,

sobre a situação dos comerciantes que mantêm a sua atividade, e 2.5, que não seja tomada pela CML uma decisão definitiva quanto ao projeto de arquitetura ao parque de estacionamento proposto antes de serem analisadas as propostas apresentadas pela Junta de Freguesia de Santo António.-----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ainda bem que as comissões reúnem e redigem pareceres. E eu venho aqui ler um parecer da recomendação, o 2.5, da 8ª Comissão; “que não seja tomada pela CML uma decisão definitiva quanto ao projeto de arquitetura do parque de estacionamento proposto antes de, devidamente analisadas, as propostas apresentadas pela Junta de Freguesia de Santo António”. Ora, a Junta de Freguesia de Santo António, desde o primeiro momento, a seguir à introdução do parque de Estacionamento do Mercado do Rato, nas notícias, teve várias reuniões com a EMEL e com o então Presidente da EMEL. Foi-nos dito que a EMEL via com “bons olhos” a apresentação de um projeto pela Junta de Freguesia em conjunto com o parque de estacionamento, o que logo aí abriu uma janela de oportunidade, mais tarde aceite pelo Vereador Manuel Salgado, e ao qual o Vereador Duarte Cordeiro sempre defendeu, desde a primeira hora, a abertura de mais do que uma valência, do que apenas, e só, um parque de estacionamento. -----

----- Eu tomei a devida boa nota e, ainda há pouco em conversa com o Senhor Vereador Duarte Cordeiro que reiterou que foi sempre esta a sua posição, desde o início, posição, esta, defendida pela Junta de Freguesia de Santo António.-----

----- Ora, os pareceres apresentados hoje, e ainda bem que o PS está de acordo com eles, vão contra a proposta. O 2.5 da 8ª Comissão, recomendação 2.5 vai exatamente, no sentido de não ser aprovado aqui e fechado este plano, nesta proposta, porque se calhar faltam incluir algumas frases que defendam de vez uma situação de valência mista. -----

----- Ora, as comissões reúnem, pergunto eu, para? Para fazer estes pareceres, e não só para gastar erário público. Porque se nós reunimos e damos o parecer que vai contra a proposta, e ela não é levada em conta, as reuniões das comissões provavelmente, deixam de fazer sentido. -----

----- Eu deixo aqui apenas uma pergunta; a CML passando, hoje, para a EMEL o direito de superfície, fica a EMEL mandatada para negociar com terceiras entidades, sem que a CML seja ouvida, é isso? -----

----- Quanto à construção do parque de estacionamento na cidade, Parque do Passadiço foi uma proposta apresentada pela Junta de Freguesia de S. José, antes da revisão administrativa, Senhora Deputada Rita Neves. Avenida 1 e 2, eu não sei o que é. Aliás, como é óbvio, poderão estar melhor informados do que nós, e eu compreendo isso, mas o que é certo, é que foi sempre defendido pela Freguesia de Santo António uma construção mista, nunca fechada. E esta proposta fecha apenas, ao parque de estacionamento da EMEL. -----

----- Obrigado.” -----



----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Neves (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Vasco Morgado, gostaria só de colher um segundo da sua atenção para lhe dar conta que percebeu mal aquilo que eu vim aqui dizer. -----

----- Primeiro, e começando pelo fim, os parques de estacionamento a que me referi constam todos eles do Plano de Urbanização da área da Avenida da Liberdade e zona envolvente. Muita dessa área está na sua freguesia, e eu deduzo que um plano de ordenamento desta natureza, aprovado em 2009, ou seja, antes do Senhor ser candidato à Junta de Freguesia, seria do seu conhecimento. Portanto, eu presumi isto, desde então, e por isso não fiz uma explicação tão longa. Contudo, certamente porque não teve a oportunidade de verificar por completo, e não saberá que há mais parques de estacionamento previstos naquele plano, naquele instrumento de gestão territorial. --

----- Segundo, eu não vejo exatamente onde é que colide uma e outra solução. Aquilo que o Partido Socialista aqui disse, tal como disse na comissão, foi que uma solução mista não nos choca, pelo contrário, acabei de dizer aqui nesta tribuna que acho até valorizadora. Mas não acredito, e não acho, esta é a minha opinião, naturalmente, que a aprovação hoje de um direito de superfície colide imediatamente, com a instalação de uma solução mista. Aliás, disse-o eu, na minha intervenção, e disse também o Senhor Vereador Duarte Cordeiro no início da sua intervenção quando começou a fazer a sua explicação sobre a proposta. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Depois de ouvir todas as questões apresentadas pelos vários grupos municipais, parece-me que, independentemente de podermos, ou não, no final deste processo concordar, não há nenhuma questão que tivesse aqui sido levantada que não possa ser equacionada pelo Município de Lisboa. -----

----- Primeira questão que aqui ficou referida. Vou primeiro remeter-me às questões que foram levantadas pela Senhora Deputada Ana Páscoa que são as tais dúvidas e recomendações que os pareceres referem que os vários Deputados Municipais foram fazendo, também, eles próprios, nota disso. -----

----- A primeira questão referente à política tarifária constante do estudo de viabilidade, e que depois foi um pouco mais detalhada pelo Senhor Deputado Nunes da Silva, referir que, como aqui foi dito, e bem, houve um raciocínio por detrás daquilo que foi apresentado, que foi uma média, digamos assim, das políticas tarifárias dos vários parques. A Câmara não está fechada para reequacionar essa questão, mas também haverá oportunidade para os vários grupos municipais se entenderem discordar em momento próprio, uma vez que levaremos a reunião da Câmara Municipal a questão da política tarifária para este parque. -----

----- Houve um raciocínio por trás, e foi agora aqui colocada a questão da Câmara Municipal de equacionar. Realmente há parques de estacionamento com tarifários mais baixos, como aqui foi dito pelo Senhor Deputado Fernando Nunes da Silva. No entanto, há também um conjunto de parques com tarifários bastante mais altos, nesta mesma zona. Mas sim, a questão que se colocava era a possibilidade deste assunto ser

## DRAFT

detalhadamente debatido posteriormente, e até votado em reunião de Câmara, e parece-nos que é uma matéria que pode, perfeitamente, ser aceite do ponto de vista da questão que foi colocada. -----

----- No que diz respeito á distribuição da proporção dos lugares pelos residentes, pelos comerciantes, por aquilo que é de rotação, sim, também me parece que a Câmara está disponível para rever e aumentar o número de lugares para residentes. Não sei se chegando a um terço tal como foi aqui referido pelo Senhor Deputado John Baker Rosas, mas pelo menos aumentar o número de lugares de residentes como aqui foi expresso. Parece-me que sim, que é pacífico em relação a esta matéria. -----

----- Em relação à questão dos comerciantes que lá estão, neste momento, no mercado. Eu já tive a oportunidade de dizer aqui na Assembleia Municipal, como já tive a oportunidade de dizer em reunião de Câmara, e contradigo desta forma, o que o Senhor Deputado John Baker disse, a Câmara Municipal, aliás, eu próprio, tive a oportunidade de reunir com os comerciantes onde lhes apresentei, caso desejem, no fundo, terminar a sua atividade, quais eram os valores relativos às indemnizações que foram calculados pelos serviços, inclusivamente, dei-lhes para eles próprios apreciarem e reverem, caso entendam que têm mais direitos do que aqueles que foram previamente, calculados pelo município. Portanto, todos os comerciantes têm conhecimento dos seus direitos, foi-lhes inclusivamente, dada a oportunidade de continuarem a sua atividade noutros mercados, e foi-lhes inclusivamente, reservado lugar noutros mercados para o caso dos comerciantes desejarem continuar a sua atividade noutros mercados, aliás, foi algo que foi feito em parceria com uma Junta de Freguesia que foi contactada expressamente, para este fim. E, portanto, foi dada a oportunidade, que continuará a ser dada para os comerciantes que quiserem continuar a sua atividade, e para aqueles que queiram indemnização, terem a indemnização, colocar-se-ão outras questões relacionadas com aquilo que foi há pouco, colocado pelos outros fins, porque poderá, eventualmente, no limite, haver compatibilidade para algum comerciante continuar se existir mais do que um uso para o parque de estacionamento, nomeadamente, a existência, ou não, de outras superfícies comerciais anexas ao parque de estacionamento que possam manter a atividade de um comerciante. Essa parte, ainda, não está fechada, mas independentemente disso, eles têm conhecimento dos seus valores de indemnização e, caso queiram continuar a atividade no mercado, têm essa possibilidade. -----

----- No que diz respeito ao projeto que agora intitulam projeto da Junta de Freguesia de Santo António, existia um conjunto de entidades que apresentaram projetos à Câmara Municipal para dar outros fins ao espaço do Mercado do Rato que, penso eu, posteriormente, apresentaram também à Junta de Freguesia de Santo António. -----

----- Dizer que do lado da Câmara Municipal havia questões que ainda, estão por responder para a viabilidade, ou não, dessas possibilidades. Desde logo, as acessibilidades que também aqui foi dito pelo Senhor Deputado Nunes da Silva. -----

----- A Câmara Municipal tem tentado ver se é possível melhorar, ou não, as acessibilidades, contactando com grupos privados como os que são donos, nomeadamente, a Auto Industrial. Obviamente, que da parte da Câmara Municipal

## DRAFT

existe a disponibilidade e a abertura. E ao contrário do que foi dito, a aprovação desta proposta não põe em causa nenhum desses projetos. E a Câmara Municipal também já demonstrou, pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, que sim está disponível para estudar com a Junta de Freguesia de Santo António a possibilidade de avaliar o projeto para incluir. Obviamente, está dependente da viabilidade económica, está dependente do valor do investimento, está dependente das acessibilidades. E eu quero lembrar que na própria proposta, no ponto 14, está definido claramente, que ficam dependentes da autorização do Município de Lisboa quaisquer transmissões posteriores como a constituição de direitos reais, mesmo que temporariamente. Portanto, é perfeitamente, possível compatibilizar com aquilo que é a proposta que está aqui a ser votada. E se nós somos todos pessoas de boa-fé, se existe conversas com a Junta de Freguesia de Santo António, elas não são em vão. Não quer dizer que isto signifique que haja sucesso nas conversas porque dependem de fatores, dependem da existência de privados, depende de investimento, depende das acessibilidades, mas nós todos conhecemos os riscos desta matéria, e não podemos agora, taxativamente, dizer que vai haver mais do que um fim. Não podemos, Acho que seria incorreto. Agora, estamos disponíveis para estar com a Junta de Freguesia de Santo António, isso estamos, já reunimos nesse sentido. Até a própria EMEL já demonstrou essa vontade. -----

----- Acho que não justifica um voto contra, seria bastante difícil de compreender essa posição.-----

----- Dizer também, eu tinha dito que foi o Deputado Nunes da Silva, mas foi a Senhora Deputada Ana Páscoa a falar do edifício da Auto Industrial, e dizer que sim, que já iniciamos essas conversas para ver se temos essa possibilidade de alargar as acessibilidades e facilitar, gerar a ideia de outros equipamentos.-----

----- Por outro lado, dizer também, em relação às dúvidas colocadas pelo Senhor Deputado Ricardo Robles, do BE, que se ler bem a questão da prorrogação do prazo, a Câmara pode a qualquer momento, por interesse público, não permitir a prorrogação. Portanto, ela não é automática. Uma leitura atenta da forma como está redigida permitirá à Câmara Municipal se entender, não prorrogar, não está exclusivamente, da vontade de quem explora, não é verdade. E se houver dúvidas, fica aqui a minha declaração que a Câmara Municipal a qualquer momento, por interesse público, pode não prorrogar o prazo de concessão. -----

----- Penso que estão esclarecidas todas as questões, e penso que não há razão nenhuma em ter desconfiança em relação a este processo, e penso que este parque de estacionamento irá ser muito útil para aquela zona da cidade. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu reconheço a elasticidade demonstrada aqui pelo Vereador relativamente a este processo, e a possibilidade que ele possa ser alterado, ou vir a ser adaptado de acordo com as circunstâncias que de futuro, venham a ser acordadas entre as partes, e isso é de louvar, desde que seja feito de boa vontade e sem reservas, mas há aqui uma

## DRAFT

coisa que é preciso esclarecer, é que o que nós vamos aprovar é um contrato de programa, aliás é essa a competência da Assembleia Municipal em relação às empresas municipais, é aprovar os contratos de programas. E um contrato de programa não pode ser alterado sem mais, nem menos, não se pode dizer que agora são trinta lugares para residentes, e amanhã são sessenta, ou duzentos. Não se pode. Portanto, há um contrato de programa que obriga a Câmara e, neste caso a EMEL, a respeitar. E é um contrato de programa sancionado pela Assembleia Municipal.-----

----- É verdade que o contrato programa também diz que pode o concessionário vir a estabelecer o tipo de relações, ou de acordos com terceiros, ou seja, vir a subconcessionar parte da área que lhe está, agora, atribuída, desde que a Câmara autorize. Mas não é só isto que está em causa, o que está em causa são as alterações substanciais que o Senhor Vereador deu aqui a entender que poderiam ser realizadas, e que não estão, ou pelo menos daquilo que eu conheço, não estão vertidas no contrato programa. Portanto, se é este o contrato programa, como é que podemos ir adaptá-lo àquilo que, eventualmente, amanhã, isto dentro de um espírito de negociação de boa vontade e de abertura, venha a ser concretizado com a Freguesia de Santo António, ou outra entidade qualquer? Não, tem de se respeitar o contrato programa.-----

----- Portanto, eu acho que aqui há alguma confusão que deveria ser esclarecida.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Muito obrigado pelo PNPN ter-me cedido o tempo para responder.-----

----- Senhor Deputado Vítor Gonçalves, volto a referir que não há nada nesta proposta que possa ser aprovada, mesmo as questões que levantou, no que diz respeito, por exemplo, ao parque de estacionamento, a existência de um parque de estacionamento, com esta dimensões, com este volume de investimento, com este estudo de viabilidade, é perfeitamente possível aprovar esta proposta e como aqui está expresso, se existir, e existindo entendimento entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e eventuais outros interessados para existência de outros equipamentos que possam acrescentar ao que aqui está, pode perfeitamente e esta proposta é compatível com essa possibilidade de futura decisão. Não há nada nesta proposta que fique afetada por essa decisão.-----

----- E no que diz respeito à distribuição de lugares, o Senhor Deputado, o próprio deu resposta à questão. Portanto, à possibilidade e flexibilidade em qualquer contrato, para a revisão da distribuição, estamos a falar de uma revisão que não é significativa no que diz respeito a lugares de residentes e não me parece que ponha em causa o estudo de viabilidade económica deste parque de estacionamento. Portanto, confesso que nestas matérias parece-me que é um bocadinho excessivo para justificar uma inviabilização de um projeto, portanto, não vejo razão nenhuma para modificar a votação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu:-----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de intervenção, pelo que irá pôr a **Proposta 759/2014** à votação. Votos contra do PSD, MPT e CDS-PP, abstenção do BE, votos a

## DRAFT

favor do PS, PCP, PEV, PNPN, PAN e 6 IND. A **Proposta 759/2014** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Os Independentes, PSD e BE, cada um deles, irá apresentar uma **Declaração de Voto**. Peço que entreguem o mais depressa possível para não atrasar a ata.” -----

----- (Sobre a **Proposta nº 759/2014**, os Independentes entregaram a seguinte **Declaração de Voto**):-----

----- “*O grupo de deputados independentes “Cidadãos por Lisboa”, votaram favoravelmente esta proposta da CML tendo em conta as explicações que foram dadas na sessão da AML de 10 de Março pp pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro, na altura em substituição do Sr. Presidente da CML, bem como no acordo que assumiu em nome da CML quanto a acatar as recomendações constantes do parecer da 8ª Comissão Permanente da AML, nomeadamente no que se refere ao sistema tarifário a aplicar no futuro parque de estacionamento, além de se alargarem o número de lugares reservados a residentes e com tarifa reduzida de 24h.* -----

----- *Deste modo, e considerando que, tal como foi afirmado pelo Sr. Vereador, os aspetos constantes do contrato programa anexo à proposta que versam sobre estes dois aspetos, são suscetíveis de ser facilmente alterados aquando da aprovação do sistema tarifário pelo município, assim como ao facto da CML já estar a trabalhar com a JF de Sto. António no estudo da viabilidade de introduzir valências comerciais e de serviços neste projeto, não restavam outras questões de fundo que obstassem à aprovação da atribuição à EMEL do direito de superfície requerido para a construção do referido parque de estacionamento. Daí o nosso voto favorável.* -----

----- (Sobre a **Proposta nº 759/2014**, o PSD entregou a seguinte **Declaração de Voto**):-----

----- “*Os Deputados Municipais do PSD, votaram contra a proposta nº 759/CM/2014, porquanto entendem que os pressupostos constantes no contrato programa são prejudicados caso seja acolhida a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Stº António, a saber:* -----

----- *1. São alterados substancialmente os custos constantes no estudo económico, uma vez que o Contrato- Programa da presente proposta prevê estacionamento em superfície.* -----

----- *2. A proposta da Junta de Freguesia de Stº António prevê estacionamento subterrâneo com consequentes movimentos de terras e consolidação da encosta ao longo da rua S. Filipe Nery.* -----

----- *3. Também o Contrato- Programa prevê a demolição do edifício do mercado, enquanto a proposta da Junta de Freguesia de Stº António prevê a sua reabilitação.* ---

----- *4. Por outro lado, são alteradas de modo substancial as participações na empreitada ao prever-se a manutenção do mercado que não é de todo contemplado no presente Contrato-Programa.”* -----

----- (Sobre a **Proposta nº 759/2014**, o BE entregou a seguinte **Declaração de Voto**): -

----- “*Considerando que:* -----

----- *a) Da Proposta n.º 759/CM/2014 constam as “Condições de Acordo” e, no seu Anexo III, uma minuta de Contrato-Programa;*-----

## DRAFT

- b) Que das “Condições de Acordo”, no ponto 17 decorre que “A resolução de todo e qualquer litígio emergente da interpretação, aplicação ou execução de qualquer das cláusulas anteriores, fica sujeito a um tribunal arbitral, com expressa renúncia a qualquer outro”, ficando a constituição e funcionamento do Tribunal Arbitral definido no ponto 18; -----
- c) Por sua vez, a Cláusula 9.<sup>a</sup> do Contrato-Programa constante do Anexo III à Proposta n.º 759/CM/2014 determina que as partes determinam que para dirimir os litígios emergentes desse contrato designam como competente a Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro foro; -----
- d) O recurso a tribunais arbitrais nem sempre tem sido uma boa experiência no contencioso dos Contratos celebrados com a Administração Pública, em especial quando decidam de PPP’s; -----
- e) Importa ainda que haja coerência entre as “Condições de Acordo” e a minuta de “Contrato-Programa” constantes da Proposta n.º 759/CM/2014; -----
- f) Por outro lado, as condições de não prorrogação do prazo inicial do direito de superfície são muito gravosas para o Município e muito pouco usuais em contratos desta natureza; -----
- g) Conforme se lê no Ponto 8 das “Condições de Acordo”, “ O direito de superfície pode ser prorrogado por vontade da superficiária por sucessivos períodos de 25 anos, desde que o Município de Lisboa não necessite da parcela ou dos prédios nela edificados para obras de renovação urbana ou outro fim de interesse público”; --
- h) Assim, e decorrido o já longo período inicial de constituição de direito de superfície, que é de 50 anos (ver Ponto 1 das “Condições de Acordo”), o direito de superfície é prorrogável por sucessivos períodos de 25 anos, sem que possa haver uma livre oposição por parte do Município (fica condicionado a invocar a necessidade do terreno ou edificado “para obras de renovação urbana ou outro fim de interesse público”); -----
- i) Ora, os 50 anos de período inicial são mais que suficientes para que se recupere os eventuais investimentos, não se justificando semelhante desequilíbrio contratual em prejuízo do Município e da livre decisão dos futuros órgãos municipais; -----
- j) Facto ainda agravado se, num cenário que repudiamos, a EMEL deixar de ser, parcial ou totalmente detida pelo Município, ou em caso de insolvência ou liquidação da mesma; -----
- k) Assim, importa que decorrido o prazo inicial, possa qualquer das partes livremente opor-se à prorrogação da constituição do direito de superfície constituído, alterando-se, em consequência, o ponto 8 das “Condições de Acordo”, fixando-se o prazo das renovações sucessivas por 4 anos, para que em cada mandato assim possa ser decidido; -----
- l) Esta proposta apresentada pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal não pode por esta ser livremente alteradas, nos termos do artigo 25.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

----- m) No entanto pode a Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal que altere os termos das propostas, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- Acresce ainda que durante a apreciação em sede de comissão e no debate plenário, os deputados municipais do Bloco de Esquerda propuseram que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere, ao do artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que altere a Proposta n.º 759/CM/2014, nos seguintes termos: -----

----- 1- São eliminados os Pontos 16 e 17 das “Condições de Acordo”; -----

----- 2- O Ponto 8 das “Condições de Acordo” passa a ter a seguinte redação: **“8. O direito de superfície pode ser prorrogado se nenhuma das partes se opuser, com um ano de antecedência relativamente ao termo, por sucessivos períodos de 4 anos.”** -----

----- Infelizmente, esta nossa pretensão não teve acolhimento da Assembleia Municipal, pelo que **votamos contra.**” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Vamos continuar com as matérias relacionadas com esta proposta. -----

----- Há um conjunto de recomendações que estão nas conclusões do parecer da 1ª Comissão, e que a Mesa lembra, é o ponto 2 das conclusões; “Face às questões suscitadas recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa: a) É essencial que seja devidamente acautelada pela Câmara municipal a situação dos comerciantes que mantêm a sua atividade no atual Mercado 1º de Dezembro, nomeadamente o pagamento das indemnizações a que houver direito”. Alínea b), “O limite máximo das tarifas a praticar para as assinaturas mensais para residentes e comerciantes não deve exceder o valor praticado para o mesmo tipo de tarifa mensal noutros parques similares, sendo que o regime tarifário específico deverá ser objeto de prévia aprovação pelo município”. -----

----- Portanto, estas são as recomendações da 1ª Comissão, que a Mesa vai passar a chamar **Recomendação nº 2/59**, será a **Proposta de Recomendação 2/59**, constituída por estas duas indicações da 1ª Comissão, que vou pôr à vossa votação. -----

----- (A **Proposta de Recomendação nº 2/59**, fica anexada à presente Ata como **anexo VI**, e dela faz parte integrante).-----

----- Vamos então, à votação. Não há votos contra nem votos de abstenção. A **Proposta de Recomendação nº 2/59** foi **aprovada por unanimidade.**-----

----- Vamos, agora, às recomendações que vieram da 8ª Comissão, que será a **Proposta de Recomendação nº 3/59**, que é constituída por cinco pontos, na página quatro do parecer da 8ª Comissão, a 3ª Comissão subscreveu o mesmo parecer, tem cinco pontos um deles tem a ver com a situação dos comerciantes, outro é as questões de facilidade de acesso e segurança relativamente ao acesso à Rua Alexandre Herculano pelas viaturas do posto de limpeza, outro sobre o limite máximo das tarifas, outro sobre a possibilidade de associar este projeto, mesmo numa fase posterior, à transformação do edifício da Auto Industrial para usos complementares aos propostos, permitindo um melhor e mais seguro acesso aos peões, e o último, relevante, que não seja tomada uma decisão definitiva por parte da Câmara quanto ao projeto de

arquitetura do parque sem ser devidamente, analisadas as propostas da Junta de Freguesia de Santo António. -----

----- (A **Proposta de Recomendação nº 3/59**, fica anexada à presente Ata como **anexo VII**, e dela faz parte integrante). -----

----- Vamos então, à votação. Não há votos contra nem votos de abstenção. A **Proposta de Recomendação nº 3/59** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Temos uma terceira recomendação, que é a recomendação apresentada pelo BE, que terá que ter uma alteração de redação senão não pode ser votada. Não sei se o Senhor Deputado Ricardo Robles está em condições já de esclarecer isso. -----

----- A recomendação propunha recomendar à Câmara de Lisboa que altere a proposta 759/2014, nos seguintes termos. Ora, a lei não nos permite recomendar alteração de propostas, mas sim, apenas, recomendar à Câmara que apresente uma nova proposta. --

----- Portanto, pergunto ao BE, seria recomendar à Câmara que apresente uma nova proposta, nos seguintes termos. -----

----- Peço desculpa, não está prejudicado. É possível fazer recomendações para apresentar novas matérias, é possível fazê-lo. Se os Senhores Deputados entenderem que não é oportuno, podem evidentemente, votar contra. -----

----- Eu estive a analisar isto com algum cuidado, e no meu entendimento nós podemos aceitá-lo desde que se trate de uma nova proposta. Evidentemente, que a Câmara pode aceitar a recomendação, ou não, e a recomendação pode ser aceite pela Assembleia, ou não. Isto pode ser feito. Não se pode é alterar a proposta, isso é que não se pode fazer porque é daquelas matérias reservadas em que não pode haver alteração em Assembleia Municipal.-----

----- Peço desculpa, mas o nº 3, do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei 75/2013, diz claramente que; estas matérias não podem ser alteradas na Assembleia Municipal, mas a Câmara deve ouvir as recomendações e sugestões que a Assembleia Municipal tiver a fazer. -----

----- Penso que não podemos estar a fazer diálogo sem ser através de pedidos de palavra, e para que fique registado em ata. Se o Senhor Deputado Sérgio Azevedo quiser usar da palavra, faça favor. -----

----- Não quer. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação nº 1/59** do BE. Votos contra do PS, 6 IND e PNP, as abstenções do PCP e do PEV, votos a favor do PSD, BE, CDS-PP, PAN e MPT. A **Recomendação nº 1/59** foi **rejeitada**.-----

----- Antes de passar ao próximo ponto da ordem de trabalhos, eu tenho aqui uma informação que julgo ser útil dar a todos os Senhores Deputados, não esperar pela próxima sessão, pela razão seguinte:-----

----- Nós na semana passada tivemos aqui um debate específico com o Senhor 1º Secretário Metropolitano, sobre a Estratégia Integrada do Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa. Neste debate específico fomos alertados para uma série de problemas e dificuldades que se prendem com a construção dos regulamentos e das propostas relacionadas com esta matéria e eu, hoje, fui confrontada, à hora de almoço, com uma deliberação co Conselho Metropolitano, portanto, os Presidentes



## DRAFT

todos da Área Metropolitana de Lisboa, tomaram uma deliberação muito crítica em relação aos documentos todos associados a esta estratégia integrada. -----

----- Penso que é do interesse da Assembleia ter conhecimento que esta decisão foi tomada, eventualmente, mandarei à 2ª Comissão para analisar com cuidado esta tomada de posição da Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Presumo que não valha a pena estar a lê-la, agora, talvez o Senhor 1º Secretário faça um resumo muito curto, iremos pôr esta tomada de posição que é muito dura e muito crítica, iremos coloca-la no *site*, de pois eu irei pedir à 2ª Comissão que a aprecie porque, eventualmente, a Assembleia Municipal poderá querer. Corrijo, mando às duas Comissões Permanentes para darem parecer, às duas Comissões que se renunciaram sobre isto, vamos mandar este comunicado. Mas, eventualmente, poderão querer analisá-lo com mais cuidado, ou poderão querer apresentar algo adicional à Assembleia Municipal.-----

----- Eu peço ao Senhor 1º Secretário para resumir o conteúdo, porque ele é, de facto, importante e penso que é de utilidade de todos conhecerem-no.”-----

----- **O Senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, vou tentar resumir embora não seja muito simples, mas é o seguinte:-----

----- O Conselho Metropolitano de Lisboa, em cinco de março de 2015, abordou o papel e intervenção da AML no “Portugal 2020”. Fez algumas constatações, acordou, nomeadamente, constatar que as ações integradas de desenvolvimento urbano sustentável, tal como estão a ser propostas, desvirtuam a concessão mais original e interessante do período de programação 2014-2020.-----

----- Reafirmar que o atual ciclo de programação financeira por limitação clara de verbas do PORL, não permitirá resolver os problemas que existem no território da AML, onde reside cerca de um quarto da população portuguesa.-----

----- Rejeitar a crescente estrutura burocrática administrativa requerida para a execução dos fundos comunitários.-----

----- Não aceitar a eventual partilha pela Administração Central e com as entidades privadas dos fracos recursos financeiros destinados a atribuições municipais e intermunicipais.-----

----- Alertar que um dos principais desafios que se colocam com o país é criar uma nova geração de políticas de urbanismo e habitação, assim como mobilidade sustentável, coisa que estando presente nos discursos da Administração do Estado, não se vislumbra no “POR Lisboa 2020”.-----

----- No final, o Conselho Metropolitano acordou manifestar reservas quanto à estrutura qualitativa e quantitativa dos fundos comunitários para a AML, e quanto à contratualização com autoridades que estão nos termos propostos.-----

----- Mandatar a Comissão Executiva para negociar com o Governo, com a CCDR, com a ADC, termos do eventual pacto para o desenvolvimento e coesão territorial, suscitando, desde já, audiências a Sua Excelência o Ministro-adjunto do Desenvolvimento Regional, bem como a ADC e a CCDRL-LFT.-----

## DRAFT

----- Portanto, são estas e no essencial os termos do comunicado resultante da reunião extraordinária do Conselho metropolitano de Lisboa, de cinco de março 2015.”-----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DO 3º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO DA REFORMA ADMINISTRATIVA DE LISBOA, ANEXO À PROPOSTA Nº 49/2015, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K) DO NÚMERO 2, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - (2XGRELHA BASE-68 MINUTOS);**-----

----- (anexado à presente ata como anexo VIII, e dela faz parte integrante);-----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, e da 5ª Comissão, Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais fica anexado à presente Ata como **anexo IX**, e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta de Recomendação nº 4/59**, fica anexada à presente Ata como **anexo X**, e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu serei, também, em relação a esta matéria, muito rápido. Até porque imagino que todos terão tido a oportunidade de apreciar o dito relatório e, portanto, este é o terceiro relatório que foi produzido pela equipa de trabalho chefiada pelo Senhor Professor João Seixas.-----

----- Dizer que, no que diz respeito a este relatório, que já foram visitadas as vinte e quatro Juntas de Freguesia, foram feitas entrevistas e visitado equipamentos, e que já tem vários estudos de caso, houve críticas em relação aos primeiros relatórios por causa da apreciação da extensão do mesmo, este já é bastante mais amplo e, portanto, de alguma forma, vem confirmar a consolidação da Reforma Administrativa e, no fundo, reporta-se ao final do ano.-----

----- No que diz respeito, concretamente, às apreciações que são tidas no mesmo relatório, a Câmara Municipal revê-se na fotografia que o relatório assim refere. Não sei se terei oportunidade para comentar, ou não. Mas, no que diz respeito ao parecer das Comissões gostaria só de referir que algumas das conclusões que são tidas pelos pareceres das Comissões não nos pareceram inteiramente, corretas no que diz respeito àquilo que é o relatório e no que diz respeito àquilo que é a apreciação que nos tem vindo a chegar.-----

----- Em primeiro lugar, a questão que é referida em relação á questão da relação das Juntas de Freguesia com os serviços sociais. Quero deixar claro, e o relatório também o diz, que vinte e duas das vinte e quatro, Juntas de Freguesia já assinaram um acordo com os Serviços Sociais da Câmara. Portanto, há duas freguesias da cidade que não têm. Parece-me que a generalização que é entendida na conclusão do relatório que é excessiva.-----

----- Segundo aspeto, também me parece que há apreciações da conclusão do mesmo relatório no que diz respeito a algumas áreas qualitativas que me parecem, também, excessivas e que, ao não identificarem as áreas do território que nós estamos a falar,

## DRAFT

também me parecem desproporcionais, nomeadamente, algumas apreciações da expressão, penso que está na conclusão do relatório, que “alguns embaraços permanecem”. Confesso que não me revejo nesse tipo de conclusão, não me parece que o próprio relatório que foi produzido pelo grupo de trabalho, fundamente esse tipo de conclusão, o que me parece um bocadinho excessiva a conclusão que é retirada. ----

----- Com isso não pretendo, de forma alguma, escamotear algumas dificuldades que são normais neste processo que, algumas, estão bem identificadas nos pareceres das comissões, nas conclusões, e também no próprio relatório. -----

----- Dizer que esta foi uma reforma bastante grande, uma reforma que teve uma transferência de cerca de setecentos equipamentos, uma transferência de cerca de mil trabalhadores, competências de várias ordens, algumas delas transferidas de forma faseada, nomeadamente o licenciamento que só foi transferido no início deste ano, que obviamente, requeriam tempo, o tempo natural para as Juntas de Freguesia poderem começarem a desenvolver de forma natural as suas competências e que, também, as Juntas de Freguesia foram condicionadas, nomeadamente, alguns aspetos que são, absolutamente, evidentes por aquilo que eram os equipamentos existentes na Câmara Municipal, quer ao nível das instalações, quer ao nível dos equipamentos para a realização de um conjunto de competências. E, portanto, naturalmente, herdaram um conjunto de défices que havia, já existentes, na Câmara Municipal, do ponto de vista da própria manutenção desses equipamentos. Mas isso não significa que não estejam previstas, com as várias Juntas de Freguesia, uma melhoria significativa dos seus espaços, desde logo, as suas instalações administrativas, com a melhoria das condições de trabalho, por exemplo, dos seus postos de limpeza. Ainda há pouco, estávamos a falar do Mercado do Rato que pressupõe um novo posto de limpeza para a Freguesia de Santo António, só para dar um exemplo, e também não significa que da parte da Câmara Municipal não exista uma responsabilidade com a melhoria de algumas das suas estruturas, como por exemplo, mercados municipais, alguns casos em particular em que se tem mantido estas conversas com as Juntas de Freguesia para a melhoria substancial das suas instalações. -----

----- Portanto, dizer que a Câmara Municipal entende que a reforma administrativa tem sido um sucesso, que não haja dúvidas desse processo, que como todos os processos desta dimensão e desta profundidade, não é homogéneo em toda a cidade, há Juntas de Freguesia que apreenderam algumas competências de forma mais rápida, houve outras que evoluíram de forma mais rápida noutras matérias. Que há muitos aspetos a limar, muitos, do ponto de vista das instalações, equipamentos, daquilo que é o trabalho qualitativo, da homogeneidade dos programas entre as Juntas de Freguesia, das respostas que devem ser dadas em conjunto. Temos plena consciência que a gestão do trabalho é contínuo, e o mais importante é que estes relatórios não nos intimidam, pelo contrário, dão-nos objetivos e continuam a nos motivar para fazer um trabalho cada vez melhor.-----

----- Muito obrigado”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra e na qualidade de relator do parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões Permanentes, leu as

## DRAFT

conclusões do referido parecer que consta nesta ata como anexo IX, tal como, anteriormente, referido. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, referiu: -----

----- “A Mesa aproveita para sublinhar a importância e a qualidade deste parecer conjunto, do Senhor Deputado Magalhães Pereira, e da Senhora Deputada Sofia Oliveira Dias. -----

----- O relatório é, de facto, um documento extenso. O parecer é um documento também bastante bem analisado e, portanto, o Senhor Deputado aqui leu, mas julgo que mostra, mais uma vez, a importância que as Comissões dão à matéria que é submetida à sua apreciação. -----

----- Vamos, agora, dar a palavra aos Senhores Deputados que estão inscritos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Analisamos hoje o 3º relatório trimestral de monitorização sobre o processo da Reforma Administrativa de Lisboa, o qual pretende espelhar o estado da arte até finais de 2014. -----

----- Defende-se que o objetivo da reforma em curso se centra no esvaziamento das obrigações camarárias e no reforço das competências das Juntas, por estas deterem um maior conhecimento local. Diz-se, também, que se pretende dar sequência aos anteriores protocolos de delegação de competências, para que passem agora de anuais a definitivos, a fim de permitir a consolidação de alguns instrumentos, como orçamentos participativos, a Agenda XXI Local ou os Conselhos de Freguesia ou de Bairro. Porém, passado mais de um ano, ainda não se divisa nenhum destes desideratos. -----

----- O processo até não estaria tão errado se salvuardasse a coerência de uma gestão municipal integrada e equitativa para todos os trabalhadores e munícipes. Mas será que é cumprida esta aspiração? E será que esta sequência de relatórios de monitorização reporta, para além de observações elogiosas, as reais disfuncionalidades da reforma em curso? -----

----- Façamos então algumas citações. Convém recordar que estes relatórios são executados por ‘mão-de-obra’ da casa, pelo que não poderão ser totalmente imparciais em causa própria. Diz-se depois na p. 9, que a CML “tem disponível para consulta” a documentação sobre o processo desta reforma, desde os autos e seus anexos, aos dossiês técnicos e aos acordos tripartidos. Se os tem, passado mais de um ano, esta Assembleia continua a desconhecê-los. -----

----- Quanto à metodologia da monitorização, ela terá concertado entrevistas a dirigentes, com grupos de estudo e idas ao terreno, reconhecendo, no entanto, o próprio ‘Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa’, na p. 16, que os indicadores quantitativos que obtiveram sobre as diversas áreas são afinal desiguais e escassos. -----

----- Quanto à transferência dos recursos financeiros, a CML e as Juntas terão promovido a reavaliação das receitas e dos custos. Os saldos apurados terão levado a eventuais correções financeiras para acerto das assimetrias. Mas o facto é que não

## DRAFT

apenas subsistem disparidades alertadas pelos executivos de algumas Juntas, como é recorrente esta Assembleia se deparar com ‘incoerências’ entre saldos e défices, o que tem inviabilizado um correto acompanhamento deste plenário e uma compreensão clara e objetiva por parte dos Grupos Municipais.-----

----- Já quanto à transição dos recursos humanos, dos 185 registos de voluntários, apenas 93 foram aceites nas Juntas. Os restantes 85 acabariam por não transitar, ou por não terem sido aceites pelos executivos ou porque acabaram de desistir do seu próprio registo de voluntariado, o que denota o receio óbvio pela mudança para o incerto.-----

----- Fazendo-se uma análise integrada das três fases de transição de recursos humanos da CML para as 24 Juntas de Freguesia, procedeu-se à transição de 1270 funcionários, baixando a taxa de satisfação de 95% para apenas 27,5%, o que terá sido verdadeiramente sintomático das incertezas sobre o desenrolar deste processo. Ou seja, para além do regime de voluntariado não ter obtido os resultados esperados, também muitos dos funcionários se defrontaram com dúvidas sobre a sua segurança laboral, casos de desigualdade no acesso aos serviços sociais e urgência da manutenção de outros direitos, levando esses trabalhadores a manifestarem publicamente o seu protesto perante a perspectiva de extinção futura do seu posto de trabalho no município.-----

----- Quanto à transferência de meios, o relatório atesta na p. 66 que subsistem as anteriormente denunciadas “avarias nos equipamentos mecânicos e veículos recebidos”, facto que uma coordenação centrada no DRMM, facilmente poderia solucionar se, para tal, houvesse uma visão de conjunto e vontade política por parte da CML, o que, notoriamente, não existe.-----

----- Também na manutenção dos espaços verdes e jardins, a página setenta e um do relatório evidencia a extensão e o mau estado das estruturas recebidas, não complementadas com os recursos humanos necessários, pelo que as Juntas optaram por soluções de facilitismo com a contratualização de serviços externos, o que demonstra que o processo em curso conduziu à inversão da prestação de um serviço que deveria ser público. Ou seja, é indesmentível que se incrementaram em algumas Juntas os recibos verdes e os ‘outsourcings’.-----

----- Quanto aos equipamentos escolares subsiste a necessidade de realização de obras pela CML, visto as Juntas não disporem dos necessários meios financeiros. Os executivos, ao referirem a falta de informação sobre contratos, custos de manutenção e investimentos previstos, confirmam um grau de preocupação relativamente elevado (p. 87). Existem também relevantes problemas de manutenção de alguns equipamentos desportivos e casos de Juntas que aprovaram novas tabelas de taxas diferenciadas, aumentando de forma relevante os preços (p. 92). E a situação repete-se lamentavelmente com o mau estado de conservação de vários parques infantis (p. 99).-----

----- O relatório constata o facto de algumas Juntas ainda não se apresentarem tecnicamente preparadas para executar as competências transferidas, existindo por isso alguma apreensão na sua gestão. Os próprios recursos humanos, afetos a serviços que não perderam competências, identificaram inclusive dificuldades internas, como a

## DRAFT

sobrecarga dos trabalhadores que permaneceram nos serviços da CML. E quanto ao processo de transição em si, até os dirigentes reconheceram que há serviços a serem prestados de forma diferenciada, consoante cada Junta de Freguesia. -----

----- A disparidade destas situações poderia ter sido previamente resolvida com a elaboração de regulamentos municipais comuns, o que a CML não acautelou. E porque não promoveu a CML estas soluções óbvias? Pela sua ânsia e precipitação na rápida imposição das transferências. -----

----- Em conclusão: o relatório diz-nos que continuam a observar-se problemáticas comuns, persistindo a fragmentação de políticas e a duplicação de serviços. São sentidas insuficiências pela falta de recursos humanos qualificados, conducente à contratação de serviços externos, limitações impostas pelo estatuto dos eleitos locais, o desajustamento de recursos financeiros e de contratos, a insuficiência das instalações, taxas diferenciadas, o mau estado e as avarias patentes em inúmeros equipamentos transferidos, os custos das necessárias manutenções, etc. -----

----- Pelo que o Grupo Municipal de “Os Verdes” interroga se a Câmara Municipal de Lisboa assume ou não os encargos pela reparação dos equipamentos com problemas ou se a despesa terá de sair dos orçamentos das Juntas. Gostaríamos também de entender, passado um ano, para que serviram afinal estes Relatórios se, entre o 1º e o 3º, a Câmara Municipal de Lisboa não corrige as deficiências apontadas aos serviços municipais transitados. -----

----- Assumindo os relatórios uma atitude laudatória, não deixam de desencobrir o véu das fragilidades sentidas neste processo. Pergunta-se: até ao momento, o que ganharam os munícipes e os trabalhadores com ele?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos a discutir o terceiro relatório de monitorização do processo da Reforma Administrativa de Lisboa, e queria dar uma palavra de incentivo ao Professor João Seixas que continua a profundar, num sentido crítico, os seus relatórios que oiça os trabalhadores e que nos transmita, efetivamente, de todo este processo o seu grau de satisfação, ou não, como por exemplo os trabalhadores da Biblioteca do Museu da Republica e Resistência que sofreram, e continuam a sofrer, pois continuam numa sala, não laboram, retiraram-lhes os e-mails porque ainda, não regressaram à Câmara, pelo que há que perguntar por que razão continua aquela situação assim?-----

----- E ouvir os munícipes os primeiros interessados nesta reforma, para que a perceção se transforme em dados científicos em todo o processo. -----

----- Também, queria dar os meus parabéns aos Deputados que elaboraram o parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões, independentemente de concordarmos, ou não, com a orientação política que está a ser seguida, até aqui, e que foi um exaustivo trabalho. ----

----- Queria chamar a atenção para um aumento da externalização e privatização de serviços. É que alguns têm vindo a interiorizar que uma gestão moderna é aquela que vai privatizando serviços para os quais os municípios não tenham, ou não estejam vocacionados que nos levou a uma reflexão e a um debate mais profundo aquando da resposta coordenada pelo então comissário, Dr. João Seixas, à questão número seis da

Carta Estratégica de Lisboa, 2010-2024, como criar um modelo de governação eficiente, participado, financeiramente, sustentado, que criar estruturas e procedimentos e uma governação urbana eficiente e participada, sustentada, aliás, à semelhança das melhores práticas das grandes cidades europeias. -----

----- Mas, a nosso ver, já refletia uma visão neoliberal da gestão da coisa pública, que não acompanhamos pois o munícipe não fica melhor servido, pois não confundimos eficiência com melhor gestão pública de um serviço público. -----

----- Sempre defendemos um desempenho eficiente e com uma proximidade dos cidadãos às novas atribuições que lhe foram cometidas, gestão de proximidade que deve caracterizar a gestão autárquica ao nível da freguesia, a freguesia deve assegurar no essencial, a democracia de proximidade numa lógica que poderíamos designar por Unidade de Gestão Territorial. E que na transferência de bens humanos para as Juntas de Freguesia tem de se garantir a manutenção dos postos de trabalho, direitos laborais e o vínculo dos trabalhadores ao município deve-se manter inalterado se essa for a sua vontade, independentemente, da sua deslocalização e sempre com a possibilidade de regresso ao serviço de origem. -----

----- No quadro da Reforma Administrativa deve merecer uma atenção particular a orgânica dos serviços municipais. A articulação da Reforma Administrativa com a reorganização dos serviços municipais deve contribuir para aproximar Lisboa e as suas freguesias do munícipe e dos fregueses. -----

----- Como todos nós sabemos, transitaram da Câmara para as Juntas de Freguesia mil duzentos e setenta trabalhadores, mil cento e vinte e um do quadro do município, e cento e quarenta e nove prestadores de serviço. -----

----- Na transferência dos trabalhadores e equipamentos para as Juntas de Freguesia muitos problemas se têm manifestado, segundo o sindicato mais representativo. Alguns trabalhadores foram prejudicados, financeiramente. Verificou-se um recurso ao trabalho abusivo, trabalho precário, para resolver necessidades permanentes de serviço. O serviço público prestado aos lisboetas revela, hoje, visíveis carências. A ameaça de externalização e de privatização ganha contornos reais. O acesso a equipamentos desportivos discrimina, financeiramente, os lisboetas em função das zonas residenciais. -----

----- Contrariando o que afirma, publicamente, o executivo municipal, e os muitos executivos das Juntas de Freguesia, a realidade deteriorou-se a níveis sem precedentes, degradando-se a vida dos trabalhadores, mas também o serviço público prestado aos lisboetas. -----

----- Perante o levantamento do sindicato, sobre o trabalho precário no universo do município, preocupa-nos que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-presidente, tenham desvalorizado esses níveis de precaridade. -----

----- Preocupa-nos os níveis de aumento de precarização da relação de trabalho com o aumento da contratação de prestadores de serviço, e desses novos trabalhos escravos, e não esqueçamos de o afirmar, dos contratos de emprego e inserção, já várias vezes por nós, abordados nesta Assembleia. -----

## DRAFT

----- Mas, é clara a denúncia de que existem na Câmara trezentos a quatrocentos trabalhadores precários que a situação que se verifica nas empresas municipais, contabiliza-se cem funcionários que também estão nessas condições.-----

----- Também na Empresa de Gestão de Equipamentos, a EGEAC, existem funcionários que desenvolvem as mesmas funções que os outros trabalhadores, mas só recebem o subsídio de alimentação.-----

----- Queria, pois, concluir que neste momento em que estava concluída a fase de candidatura para admissão dos cantoneiros, queria saber se vai-se, finalmente, resolver e pôr fim ao trabalho de escravo dos contratos de emprego e inserção? Quantos trabalhadores serão admitidos, nesta fase, tendo em conta o desmembramento da limpeza urbana e da sua capacidade operacional? -----

----- E, por último, queria saber se também, contribuirá para pôr fim à precaridade laboral através dos recibos verdes que têm vindo a aumentar no município. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Cardoso (PS)** no uso da palavra, fez o seguinte protesto: -----

----- “Em primeiro lugar, queria dar aqui um esclarecimento ao Senhor Deputado que acabou aqui de intervir, e o que disse não corresponde ao que se passa no espaço Museu Republica e Resistência, até porque esse espaço não existe mais. Agora é o Fórum Grandela. -----

----- E, ao contrário daquilo que afirmou, os três visados estão a trabalhar num projeto que tem que ver exatamente com uma exposição que está a ser feito em nome do Grandela, digamos que foi quem deu origem àquele bairro que, inclusive, presumo que o Senhor Deputado saberá, foi classificado. -----

----- E, portanto, o que o senhor foi ali dizer foi, perdoe-me a expressão, um “chorrilho de inverdades”. Em primeiro lugar estão os três a colaborar nesse projeto, e o senhor poderá confirmar se tiver a oportunidade de lé ir fisicamente, para perceber que isto que lhe estou a dizer corresponde, literalmente, à verdade. Creio, inclusivamente, que a Senhora neste momento está de baixa, pois a semana passada teve um incidente de trabalho que ficou de baixa. Agora, os outros dois senhores estão a trabalhar ativamente, no mesmo posto de trabalho. -----

----- E, já agora, dizer-lhe, e dar-lhe esta garantia, porque presumo que também deve estar interessado em saber, a Junta de Freguesia cumpre escrupulosamente com os deveres que lhe foram atribuídos. Desde logo, recebem, todos eles, o seu salário, pela Junta de Freguesia. E, portanto, estão a exercer as suas funções para as quais são remuneradas.-----

----- Não diga, por favor, que as pessoas que lá estão continuam a sofrer assédio, pois não é verdade. As pessoas estão a trabalhar espontaneamente e de livre vontade.-----

----- Tenho dito. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, fez o seguinte contraprotesto:-----

----- “Eu estava aqui à procura onde é que tinha isso escrito. -----



----- Eu queria só colocar a seguinte questão, o que eu disse foi que os trabalhadores estavam lá parados, e que lhes foi retirado o *email*. Não sei porque os *emails* deles que tinham pela Câmara Municipal, lhes foram retirados.-----

----- Aquilo que eu quis colocar é que, no relatório, que foi apresentado pelo Dr. João Seixas, diz lá que eles, a seguir, irão regressar à Câmara. E aquilo que eu coloquei na minha intervenção foi que, se vão regressar à Câmara por que razão continuam nesta situação? Foi simplesmente isto que eu coloquei. -----

----- É bom que tenham encontrado um novo projeto para aquele espaço. É bom que se desenvolva a cultura na Cidade de Lisboa, mas a única coisa que queria colocar era, rapidamente, que a Câmara Municipal, e é um apelo que quero fazer à Câmara Municipal, que resolva rapidamente esta situação das pessoas. Não vale a pena se as pessoas vão regressar ou têm um novo posto de trabalho, ainda bem, para não continuarem naquela situação, e já agora, era melhor que não se pagassem os ordenados ao fim do mês. É um direito que lhes assiste. -----

----- Não vale a pena dizer mais nada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bom, em primeiro lugar eu julgo que é de evidenciar este cuidado que tem existido em monitorizar o processo em curso no que diz respeito à Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa. -----

----- Tenho dito várias vezes, e mantenho, o documento que vai daqui resultar, será sem dúvidas nenhuma, um registo histórico da evolução que foi este salto quantitativo e qualitativo, no que diz respeito à procura e aumento da oferta do serviço público prestado à população da Cidade de Lisboa. -----

----- Independentemente, de qualquer adjetivação que possa gerar maior, ou menor, conforto em função do leitor, importa realçar dois aspetos que me parecem, cada vez mais, relevantes e que se calhar tem algum sentido de ganhar algum destaque no que diz respeito à evolução da própria análise e dos próprios relatórios futuros. -----

----- A missão a que nos propomos, tanto enquanto autarcas, como, inevitavelmente, enquanto decisores públicos, é qual o caminho que queremos e quais os objetivos pretendíamos no momento em que executamos esta reforma? Eu diria que, no limite, aquela que pode ser a maior preocupação que assola tanto quem se propões a esta reforma como, eventualmente, àqueles que, ainda hoje, entendem que ela é um mau caminho e uma má solução, é na realidade o resultado que ela irá provocar e as consequências práticas, tanto do ponto de vista da decisão autárquica, como inevitavelmente, do ponto de vista da qualidade de vida dos nossos concidadãos. -----

----- Eu diria que faz sentido começarmos a fazer uma reflexão mais aprofundada que se prende, inevitavelmente, com o grande objetivo da reforma e sobretudo, com aquela que deverá ser a missão que a reforma estabelece, a missão das Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia no âmbito do serviço público, e as Juntas de Freguesia no âmbito da sua função na estrutura orgânica do próprio Estado. E é aqui que julgo que será muito interessante, e muito importante, não só o contributo do relatório, porque os relatórios têm vindo a ser trazidos a público, fazem uma

enumeração da evolução em vários níveis e em vários aspetos da própria reforma administrativa, ensinam-nos, a nós, o histórico dessa reforma, e indicam-nos o que é que, ainda, está por fazer e o que é que poderá a vir a ser feito, identifica de uma forma cada vez mais genérica, cada vez mais geral, aquelas que têm vindo a ser as principais dificuldades encontradas, obstáculos, e aqueles passos que têm de ser ultrapassados, tanto pelos autarcas ao nível da Câmara Municipal de Lisboa, como, inevitavelmente, pelos das Juntas de Freguesia, e por isso, esse relatório é, sem dúvida nenhuma, aquela que é uma peça fundamental para compreender o modelo de evolução da própria reforma, mas, sobretudo, e mais importante, é, inevitavelmente, um registo de qual o caminho que nós queremos trilhar, e de que forma nós podemos adequar aquela que será, de facto, a missão que as juntas de Freguesia podem vir a ter.

----- Portanto, eu diria que independentemente, uma vez mais, dos adjetivos presentes no próprio relatório, eu diria que o mais relevante, neste momento, e o mais relevante tanto para o decisor ao nível da câmara Municipal, quer para o decisor da Junta de Freguesia, é compreender que ensinamentos, que lições, porque cada Junta de Freguesia está preocupada com o seu caso, os membros da vereação estão preocupados com a perspectiva de transferência e eu diria, inclusivamente, que fica claro da intervenção do Senhor Vereador Duarte Cordeiro, que no caso da Câmara Municipal a preocupação tem recaído, sobretudo, no que diz respeito +á eficácia da transferência dos recursos, dos equipamentos, dos meios, enfim, de uma forma geral, á eficácia de transferência da despesa associada ao serviço público que estava a ser efetuado.-----

----- O que nos interessa, agora, também é compreender de que forma nós podemos, rapidamente, transformar essa despesa em maior capacidade de investimento por parte das Juntas de Freguesia naquele que é o grande desígnio, a grande missão, e que estas podem desempenhar.-----

----- E, por isso, eu diria que no final do dia, e para rematar, Senhora Presidente, mais relevante e mais importante é de facto compreender qual o caminho a seguir nos relatórios que nós temos tido a oportunidade de apreciar, qual tem sido as conclusões que esses relatórios têm enunciado, tanto para a vereação, como para as Juntas de Freguesia. E, Senhora Presidente, tão ou mais importante que tudo isto, sendo que o papel da Assembleia Municipal nestas matérias é da maior importância, aquelas que têm sido as conclusões dos relatórios feitos em sede de comissão, que tipo de acolhimento têm tido por parte da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia.-----

----- E eu julgo, para terminar, este era o grande desafio que fazia sentido pormo-nos a nós, enquanto Deputados Municipais, e Presidentes de Junta, aqui com assento, é compreender do ponto de vista da evolução que têm tido os vários relatórios, e as conclusões que têm sido apresentadas pelas várias Comissões, o que é que tem influenciado isso, nos relatórios seguintes, o que é que tem tido concretização e o que é que tem sido acolhido por parte, tanto dos Presidentes de Junta, como também por parte dos Senhores Vereadores, e de que forma todos nós, Assembleia Municipal incluída, vemos aquela que será a missão futura das juntas de Freguesia no Plano Autárquico e sobretudo, no Conselho de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu gostaria, em primeiro lugar, focar a posição que o PCP tem em relação ao relatório de monitorização e a esta proposta.-----

----- Portanto, a monitorização do processo da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa deveria ser efetuada por uma entidade externa. O facto do grupo de acompanhamento ser o mesmo que procedeu e agilizou a implementação da reforma, pode ser limitador da independência com que se abordam os diversos aspetos da própria reforma. Esta limitação está patente na abordagem subjetiva das matérias em apreço, em detrimento de uma abordagem mais objetiva e independente como seria desejável.-----

----- Não é compreensível que os trabalhadores que transitaram, os mais afetados por todo o processo, ainda não tenham sido ouvidos. No entanto, pese embora todo o relatório seja orientado para salientar os aspetos positivos do processo, a verdade é que mesmo assim, não deixam de transparecer já alguns problemas enunciados pelo PCP aquando da aprovação da reforma, destacando-se; o aumento de externalização de serviços, as diferenças nas taxas no que diz respeito à utilização de equipamentos coletivos nas diversas freguesias, a insuficiência de recursos humanos e financeiros para assegurarem as competências transitadas. A capacidade de articulação e aproveitamento de meios, perdeu-se pelo facto da gestão ter deixado de ser centralizada, dificultando a alocação de meios aos vários pontos da cidade, em caso de necessidade.-----

----- Um eleito a tempo inteiro nas Juntas de Freguesia não é suficiente para assegurar as necessidades provenientes da nova realidade, a ausência do manual do munícipe, a significativa perda de rendimentos em subsídios ou abonos, para alguns trabalhadores transitados, a diferenciação entre freguesias no regime da semana de trabalho, sendo que não é compreensível que os trabalhadores não tenham sido ouvidos.-----

----- Em relação ao parecer, eu também dou os parabéns aos relatores pelo parecer das comissões que realizaram o relatório.-----

----- Devo dizer que alguns dos contributos, e posições, do PCP foram, de facto, incorporados como críticas gerais ou dificuldades no processo, situação que nos apraz muito, de qualquer forma, em relação às conclusões que este mesmo parecer diz, o PCP não pode concordar inteiramente, com conclusões que afirmem, por exemplo; “que todo o processo está a decorrer com apreciável qualidade”, ou que “a reforma tem sido implementada com inegável sucesso”. Portanto, as críticas e os aspetos menos positivos que eu acabei de referir, realmente, fazem-nos considerar que não existe este “inegável sucesso”. No final, lá estaremos para ver se é assim.-----

----- Em relação às recomendações, que são propostas no parecer, obviamente que, o PCP está genericamente de acordo com essas recomendações.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Dias (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

## DRAFT

----- “A análise de monitorização efetuada até trinta e um de dezembro, de 2014, permite ao grupo de acompanhamento e monitorização da reforma administrativa de Lisboa, liderada pelo Professor João Seixas, concluir que o processo de reforma como um todo se mantém a decorrer com apreciável qualidade e coesão, atenta a sua envergadura e complexidade. Esta conclusão suporta-se, por exemplo, pelas análises de monitorização efetuadas pelo grupo de trabalho, bem como no continuado consenso comprovado pelos diversos intervenientes do processo de reforma inquiridos.-----

----- Infere ainda, o grupo de acompanhamento que a assunção das novas competências estará a transmitir à maioria das Juntas de Freguesia a capacidade de estas intervirem com mais eficácia e criatividade do que a Câmara Municipal.-----

----- Não obstante, e tal como já havia sido referido nos dois relatórios anteriores, torna-se evidente a necessidade de dotação de plataformas de informação, de instrumentos comuns de gestão, bem como de regulamentos globais numa série de dimensões de bases estruturante a toda a cidade, que suportem e regulem as responsabilidades e as interações na prestação de serviços públicos entre as principais entidades públicas da cidade. Para tal, afigura-se necessário para consolidar canais permanentes de comunicação e de sistematização protocolar entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, bem como iniciar a gestão integrada de novos protocolos de segunda geração e de regulamentos comuns.-----

----- Acrescente-se, ainda, que o grupo de acompanhamento assinala a necessidade de se promover um mais claro esclarecimento em torno do que são obras e ações de manutenção de caráter estruturante e, por outro lado, de caráter não estruturante atentos aos desentendimentos nem sempre coincidentes ocorridos ao longo do ano de 2014.-----

----- Salienta-se, ainda, que um dos aspetos mais evidentes em termos de desfasamentos ainda existentes, e referido pela esmagadora maioria das juntas, é o da impossibilidade de atribuição de mais tempos inteiros aos executivos, o que cria dificuldades óbvias a uma governação que se pretende permanente e ativa.-----

----- O grupo de acompanhamento, por um lado, conclui que apesar da confirmação do processo de reforma prossegue com considerável qualidade e coesão, a reforma ainda, carece de importantes ações, sobretudo num campo mais integrado e estratégico. E, por outro lado, considera-se que a mudança gradual de paradigma de governação da cidade, de acordo com os princípios propostos para a sua reforma político-administrativa, está efetivamente, a acontecer.-----

----- Ouvidos ao Presidente de Junta de Alvalade, Carnide, Estrela e Parque das Nações por o Jornal Público desta semana, disseram estes que houve melhorias no serviço prestado à população, mas é insuficiente a existência apenas de um eleito a tempo inteiro.-----

----- Com efeito, segundo este jornal, as melhorias resultantes desta reforma administrativa ressentem-se na área da higiene urbana, lavagem e varredura das ruas, gestão dos espaços verdes, manutenção dos pavimentos pedonais, relação com os municípios e a rapidez com que se tem feito algumas pequenas obras com benefícios

concretos da reforma administrativa da cidade, na área social, na educação, na cultura, no desporto e no atendimento ao público, a situação melhorou substancialmente, avalia o Presidente da Junta do Parque das Nações. Também Luís Newton, da Estrela, diz que este processo decorre dentro do que era espectável para uma reforma desta dimensão e sublinha que há, de parte a parte, vontade para continuar a melhorar. -----

----- Cumpre, ainda, relembrar da necessidade urgente de elaboração e consequente elaboração do Manual do Município que explicita e distinga de forma clara as competências que são das Freguesias, e as que são da Câmara Municipal. -----

----- Em resumo, a implementação da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa, resultante de um processo político de participação e compromisso, demonstra estar a cumprir com o seu propósito fundamental; o melhoramento da gestão da cidade, tornando-a mais eficiente e com maior capacidade de resposta. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado, Senhora Presidente. Vou tentar ser conciso na minha intervenção. -----

----- Agradecer também aos dois relatores das duas comissões, e também partilhar aqui a visão manifestada pelo Deputado e Presidente de Junta, Luís Newton, quer na visão, quer nas preocupações aqui apresentadas. -----

----- Perante as cento e vinte páginas do terceiro relatório trimestral da monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa, o CDS-PP regista que o mesmo coincide, em boa parte, com dados por nós recolhidos junto dos nossos autarcas, e da população em geral que, de forma empírica, já confirmavam que a reforma administrativa estava a ser uma aposta ganha, aposta ganha porque ao permitir solucionar os problemas com mais eficiência, em menos tempo, falta saber se com menos custos, estamos a valorizar o trabalho do poder local com maior proximidade ao cidadão como o que é realizado pelas Juntas de Freguesia de Lisboa, e a prestigiar e a consolidar a democracia. -----

----- No entanto, continua a verificar-se deficiências de que a Câmara não tem conseguido solucionar, tendo as Juntas, com habilidade e prática, tentado resolver a curto prazo, situação que importa corrigir. -----

----- O otimismo com que olhamos para os resultados não pretende mascarar que tudo correu bem, ou que não se pode melhorar. Porém, decorreu, exatamente, um ano desde que foi implementada uma reforma de grande envergadura e complexidade, e que implicou não só a transferência de competências, mas também de equipamentos, de recursos humanos e financeiros. -----

----- É, portanto, normal, na nossa ótica, que esse curto período de um ano tenha sido de adaptação, de ajuste e de necessária correção de um conjunto de novos procedimentos a que, necessariamente, ainda, não terminou. -----

----- Aguardaremos, por isso, as eventuais críticas para os aspetos que, futuramente, não forem corrigidos e que estão mencionados no parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões, destacando pela sua importância a falta de verbas de investimento em

## DRAFT

algumas áreas, clarificação das matérias inerentes aos recursos humanos, e a criação do Manual do Município para que este dissipe, de vez, as dúvidas sobre quem gere o quê.-----

----- E para que o trabalho de acompanhamento e fiscalização do executivo seja eficaz e numa base de transparência, não podemos continuar a aceitar discutir propostas de efetivação de transferências de competências sem ter conhecimento dos respetivos anexos, como tem acontecido até à data. -----

----- Porém, o otimismo que anteriormente, mencionamos, tem várias razões de ser. Gostaria de colocar o enfoque naquilo que já é “*Vox Populi*”, no que já são as melhorias reconhecidas por todos e cujos créditos, em larga maioria, são pertença das Juntas. Por exemplo, na higiene urbana, onde a varredura e a lavagem passaram a ser uma rotina quando anteriormente, era quase apenas quando chovia, ou na transferência dos mercados municipais para a gestão das Juntas, permitindo que estas equacionem projetos de indemnização do comércio e de outras atividade fundamentais para a revitalização dos espaços que, anteriormente, estavam moribundos, e fiscalização efetiva e cumprimento das regras de higiene e segurança alimentar. Ou, ainda, na transferência de equipamentos culturais e desportivos, ocasionando uma maior adaptação à população e de acordo com os interesses locais. --

----- Um ano após a implementação da Reforma Administrativa de Lisboa os resultados que consideramos positivos, levam a que o CDS-PP esteja de consciência tranquila pelo voto favorável que concedeu à reforma, embora o CDS-PP tivesse apresentado uma proposta autónoma e mais audaz, com mais competências para as Juntas, e orgulhoso pelo contributo e participação dos seus autarcas na sua aplicação visando primordialmente o bem-estar dos que vivem, trabalham e visitam Lisboa. -----

----- Há ainda, muito a fazer, a aprender e a melhorar, mas este é um trabalho contínuo e que acompanharemos de perto, não só nesta Assembleia, mas também, pelo *Feedback* que chega dos nossos autarcas e da população, e da perceção real e prática dos moradores, comerciantes, agentes económicos e forças vivas da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Precisamente, passado um ano da assinatura dos autos de transferência entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, discutimos o terceiro relatório trimestral de monitorização do processo da Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa, quatro meses após a última versão. -----

----- Nesse sentido, o Partido da Terra gostaria de solicitar que nos próximos relatórios houvesse uma diminuição do intervalo de tempo entre o encerramento do documento e a sua subida para apreciação em Assembleia Municipal. -----

----- De salientar que a monitorização para o presente relatório teve como data o seu término a trinta e um de dezembro de 2014, e não se justifica que só passados três meses é que esteja a apreciá-lo. -----

----- Em relação ao documento propriamente dito, assinalamos melhorias relativamente aos anteriores, nomeadamente, o reconhecimento por parte do grupo de

## DRAFT

acompanhamento de que os indicadores quantitativos utilizados são relativamente, escassos pelo que se comprometeram, no próximo relatório, a incluir um painel global de monitorização das principais funções urbanas para a cidade.-----

----- Entre outubro e dezembro de 2014, ficou concluída as visitas ao total das freguesias, trabalho que foi fracionado nos últimos dois relatórios. À semelhança das fases anteriores, estas visitas foram acompanhadas pelas entrevistas com base em guião pré estruturado, aos executivos, aos serviços da Câmara e aos gabinetes de vereação. -----

----- Todavia, o Partido da Terra continua sem perceber porque é que os *focus groups* apenas se realizam aos funcionários que se mantiveram na Câmara, e não aos colaboradores que transitaram para as Juntas de Freguesia, independentemente se apenas agora se procedeu à última parte da transferência de competências. -----

----- Até ao final da segunda fase transitaram mil duzentos e setenta trabalhadores, apenas noventa e três foram voluntariamente, enquanto nestes últimos três meses, apenas nove funcionários transitaram da Câmara para as Juntas. Estes valores são indicativos de que este modelo de reorganização está longe de ser consensual, refletindo os principais problemas provenientes da aplicação da reforma administrativa.-----

----- No passado dia vinte e quatro de fevereiro, os trabalhadores do município trouxeram a este Plenário o seu sentimento de insatisfação. Foram levantadas questões importantes, algumas já expressas nos anteriores relatórios de monitorização, outras completamente ausentes, e sobre as quais achamos que o executivo tem a obrigatoriedade de dar resposta. -----

----- Justiça seja feita, o atual executivo sempre defendeu a jornada das trinta e cinco horas semanais, embora o regime esteja a vigorar no município, algumas freguesias têm encontrado sérias dificuldades nas assinaturas dos acordos que permitam o enquadramento legal.-----

----- Outros aspetos foram enunciados, nomeadamente, os relacionados com os recursos humanos e a quebra de expectativas. Contrariamente ao acordado, tem-se verificado dificuldades de regresso à Câmara por motivos não imputáveis aos trabalhadores como a falta de comunicação, folgas acumuladas e perdas substanciais de rendimentos face às anteriores funções, atropelos à legislação laboral e aumento da precaridade laboral.-----

----- Retomando ao documento em apreciação, as maiores preocupações elencadas pelas Juntas de Freguesia assentam na indisponibilidade a tempo inteiro por parte dos executivos face às exigências que advêm desta reforma administrativa que requer uma maior dedicação e governação ativa.-----

----- Por outro lado, as lacunas ao nível da área de licenciamento e do *BackOffice*, apoio administrativo, gestão financeira e contabilística, gestão de recursos humanos, gestão documental e arquivo, informática entre outros, derivado da insuficiência de recursos humanos qualificados continuam a limitar a estrutura orgânica das Juntas de Freguesia. Apesar de até trinta e um de dezembro terem sido executadas quarenta e seis ações de formação, estas não são suficientes. -----

## DRAFT

----- No último relatório apresentado mencionamos que na área dos sistemas de informação existia um longo caminho a percorrer devido à falta de manutenção evolutiva e à necessidade de formação. No entanto, é com agrado que verificamos que esta situação finalmente, vai ter uma solução.-----

----- O Partido da Terra considera que a introdução dos casos de estudo que constituíram uma excelente ferramenta de análise acerca do estado em que se encontram os diversos equipamentos. Em relação à sua gestão, foram transferidos cerca de setecentos, dos quais quatrocentos e trinta e três são espaços públicos o que significa que 85% dos equipamentos passaram para a gestão das freguesias, mantendo-se apenas os equipamentos estruturantes sob alçada da Câmara.-----

----- Contudo, continuam a existir sobreposições e/ou indefinições de competências nos serviços prestados. É urgente uma definição precisa do que é estruturante para a cidade.-----

----- Ainda em relação aos relatórios anteriores, persistem as mesmas problemáticas ao nível da gestão e manutenção dos equipamentos desportivos em especial nas piscinas municipais onde se verificam taxas para a utilização distintas o que tem criado situações de desigualdade entre munícipes. Urge a necessidade de se implementar uma tabela de uniformização de preços.-----

----- O objetivo da reforma consiste na descentralização municipal e consequentemente a capacitação gradual de vinte e quatro novas instituições na cidade, de forma a promover uma nova proximidade entre munícipes e quem os representa de forma a melhorar a qualidade de vida dos mesmos. Porém, sobre os ganhos de eficácia da reforma devido à proximidade, ainda não existe informação suficiente para testar o grau de satisfação dos munícipes.-----

----- Pese embora o parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões considerar que o processo de reforma administrativa estar a decorrer com, e passo a citar: “considerável qualidade e a ser implementada com sucesso”, o Partido da Terra considera que se assim fosse muitos dos problemas anteriormente, explanados teriam sido solucionados logo após a sua deteção.-----

----- Seria importante, tal como foi sugerido em reunião de Câmara, que os próximos relatórios reunissem informação sobre as ações desencadeadas em função dos problemas detetados nas avaliações anteriores.-----

----- No parecer supramencionado, o Partido da Terra concorda com a generalidade das recomendações, em especial com os pontos; um, cinco e seis.-----

----- Para finalizar, e não obstante continuarmos a não concordar com os moldes em que foi implementada atual reforma, legitimamos a importância da existência de um modelo de monitorização e avaliação preferencialmente efetuado por uma entidade externa.-----

----- Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sendo breve da leitura deste relatório tal como refere o parecer da 5ª Comissão que já foi aqui lido, fica-se com a ideia geral que este processo de implementação da



## DRAFT

Reforma Administrativa de Lisboa está a decorrer bem, e tal como referiram os Deputados Municipais Independentes, concordamos com a ideia de um processo de descentralização que torne as freguesias mais fortes e o governo da cidade mais forte e participado. -----

----- Porém, persistem algumas dificuldades que convinha aqui realçar. -----

----- Para já, não está ainda completo o processo que estabelece as condições de acesso de todos os trabalhadores municipais aos serviços sociais da Câmara, nem todas as freguesias consideram preencher todos os seus requisitos em recursos de trabalho para prover as novas competências e é também urgente a resolução de determinadas circunstâncias que tem impedido que todas as freguesias venham a dispor de instalações administrativas adequadas ao exercício da totalidade das suas competências. -----

----- Por outro lado, e relativamente ao conteúdo do relatório em si, aliás, como tivemos a oportunidade de referir na reunião da comissão em que também secundado por este parecer, quanto às metodologias seguidas pelo grupo de acompanhamento, desejava-se que nas próximas monitorizações aprofundem a introdução de painéis indicadores quantitativos, e falta, obviamente, e para nós um dos pontos mais importantes, o envolvimento dos principais atores desta reforma, que são os munícipes, que continuam a ser, a nosso ver, ignorados no desenho da sua implementação. -----

----- Assim, mostra-se como já foi aqui referido por quase todos os intervenientes e também por este parecer, que é necessário e urgente a elaboração do Manual para o Município que distinga de forma clara as competências que são das freguesias de Lisboa e as que são da Câmara Municipal, e sobre esta matéria gostaríamos de ter uma resposta cabal da Câmara, se irá, ou não, fazer este Manual para o Município e quando? -----

----- Mantém-se também a necessidade de proceder à inquirição direta aos munícipes para aferir da sua perceção relativa a este processo da reforma administrativa e que também, é um dado que não temos. E não poderíamos concordar mais com a recomendações à Câmara Municipal de Lisboa que faz este parecer da 5ª Comissão, para já desta produção urgente do Manual para o Município, mas também ao estabelecimento deste conjunto de indicadores de base quantitativa de aferição da capacidade das freguesias. -----

----- É também o estabelecimento urgente destes protocolos e outros instrumentos adicionais relativamente aos serviços sociais do município com as freguesias que ainda não os puderam celebrar e, como já referido anteriormente, a disponibilização no mais curto prazo dos documentos camarários relativos aos acordos de efetivação de transferência celebrados com as freguesias, os famigerados anexos J, K, L, que foram enviados a esta Assembleia mas se encontram truncados nestes anexos dos autos de transferência, aliás, tem sido insistentemente pedido pelos Deputados Municipais Independentes, já fizemos aqui várias iniciativas, e também queríamos uma resposta cabal da Câmara se vai enviar, ou não, os originais dos documentos como foi pedido à

## DRAFT

Câmara Municipal, num requerimento que enviamos em janeiro deste ano, e do qual ainda não obtivemos resposta. -----

----- Por fim, uma questão que gostávamos de colocar era uma informação que se nos deparou no próprio relatório que julgamos também precisar de esclarecimento. Concretamente, no ponto dos recursos financeiros é referido que as transfinanceiras que foram transferidas para as vinte e quatro Juntas de Freguesia estariam de acordo com o previsto na Lei do Orçamento de Estado, no entanto, é também referido que a Câmara Municipal e as novas Juntas irão promover, previamente, a assinatura dos autos de transferência numa reavaliação das receitas e dos custos associados a estas competências. Esta reavaliação da qual nós não temos conhecimento dos seus termos porque não temos acesso a este anexo L, como já foi referido, configurou-se numa transferência financeira da qual uma das propostas que já passou na Câmara e passou também aqui, nesta Assembleia, a Proposta 560, de um complemento financeiro da reforma administrativa no valor de 2,17 milhões de euros, e disto temos conhecimento desta Assembleia, no entanto, não temos conhecimento dos protocolos referentes a investimentos e ações previstas para os anos de 2014-2015, que totalizam um valor de cerca de 3,19 milhões de euros referentes às Juntas de Freguesia que possuem um saldo de *superavit*, o que aparenta que se somarmos estes dois valores, um conjunto de 5, 36 milhões de euros dos quais pouca informação temos nesta Assembleia Municipal. E também gostávamos de ter um esclarecimento desta questão, pela Câmara Municipal, lembrando que o facto de não termos a informação que aqui é necessária é um motivo que nos preocupa e nos permite aferir relativamente a estas questões financeiras e outras, como está a decorrer o processo da Reforma Administrativa de Lisboa. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero referir em primeiro lugar que, hoje, não é um dia qualquer, hoje, faz um ano que se celebra a transferência dos autos, que se assinaram os autos para a transferência das competências para as Juntas de Freguesia e que deu arranque, verdadeiramente, à Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa. E, portanto, este é um dia que deve ser assinalado por todos como um dia, extraordinariamente, relevante, positivo e marcante para a mudança da forma como a cidade gere e se relaciona com os municípios. -----

----- Dizer que há um conjunto de considerações que justificam ser feitas em relação às intervenções que foram aqui feitas pelos vários grupos municipais. -----

----- Em primeiro lugar, sobre o próprio relatório, uma das críticas que aqui foi referida dizia respeito ao período entre o momento em que o relatório é apresentado na Câmara Municipal e vem à Assembleia Municipal. É importante que se refira, neste caso em particular, que entre o momento em que foi apresentado o relatório na Câmara Municipal e foi votado, na Câmara Municipal, demoraram quinze dias. E depois são os prazos normais de quaisquer propostas que chegam aqui à Assembleia Municipal. -----

## DRAFT

----- Confesso que não entendo esta crítica. Poderemos sempre olhar para os prazos administrativos inerentes a esse relatório, mas parece-me que não é um assunto que merece essa relevância. Talvez esteja associado aqui o aspeto dos relatórios estarem desfasados do ponto de vista temporal do período de apreciação para o período que nós estamos, hoje, a analisar. Só isso, por exemplo, justifica algumas incorreções nomeadamente, do parecer que aqui foi apresentado pelas duas comissões da Assembleia Municipal, porque é dito, por exemplo, que ainda não está completa a adesão dos trabalhadores das Juntas de Freguesia aos serviços sociais. Porque, por exemplo, à data, este relatório é do final do ano, mas à data já está perfeitamente, completo, e das vinte e quatro Juntas de Freguesia já assinaram com os serviços sociais, no relatório está expresso vinte e duas de vinte e quatro, e portanto, só isso explica, por exemplo, esta incorreção no parecer das comissões. -----

----- Mas no que diz respeito ao prazo administrativo do relatório, confesso que não entendo esta mesma crítica. -----

----- No que diz respeito à não audição dos trabalhadores que aqui foi referido por vários grupos municipais. É importante que se perceba que este grupo de acompanhamento tem um método. Os trabalhadores da Câmara Municipal, à data, já foram ouvidos, vai constar no próximo relatório, inclusivamente, já houve trabalhadores, já foram ouvidos trabalhadores, trabalhadores que ficaram na Câmara como aqui foi dito, trabalhadores que foram voluntariamente para a junta, mas os trabalhadores que foram para as Juntas de Freguesia, por exemplo, já foram ouvidos mas à data, neste relatório, ainda não consta deste relatório mas constará do futuro relatório. -----

----- Como aqui foi dito a questão dos indicadores quantitativos, ou mesmo a questão da audição dos munícipes, mais uma vez é algo que o grupo de trabalho tem perfeitamente, integrado na sua metodologia mas, obviamente, não conta deste relatório, mas constará do futuro relatório. E, portanto, sobre essa matéria quero tranquilizar todos que vai ser feita audição aos trabalhadores, será feita audição aos munícipes, através de inquéritos, para que todos tenham consciência que a avaliação que está a ser feita é isenta, tem qualidade, e o objetivo é mesmo melhorar o processo da reforma. -----

----- Dizer também que, não se espere que uma reforma que tenha uma transferência de setecentos equipamentos, cerca de mil e trezentos trabalhadores, com um ano de análise, esteja tudo perfeito. Não estaria com certeza, nem aqui, nem no melhor dos mundos. E olhe-se para aquilo que é o resultado da reforma ao fim de um ano, eu diria que os resultados são bastantes bons, são de assinalar e demonstram que Lisboa e as Juntas de Freguesia de Lisboa são exemplares num processo de reforma administrativa de uma profundidade, provavelmente, nunca antes vista no contexto da administração pública portuguesa. -----

----- Dizer também, que este foi um processo faseado e portanto, as Juntas de Freguesia, naturalmente, não terão a mesma maturidade em relação a todas as competências. O licenciamento iniciou-se a um de janeiro de 2015, não se espere que as Juntas de Freguesia, nesta altura do campeonato, consigam ter a mesma fluência no

## DRAFT

processo do licenciamento que a Câmara Municipal tinha. Mas em muitas matérias já se nota, e é muito evidente, melhorias significativas como na área da limpeza urbana. Dirão que ainda há problemas na área da limpeza urbana, pois há, e havia antes da reforma administrativa. Não é justificável utilizar a reforma administrativa para tentar procurar problemas que existem na cidade, existiam antes, e vamos acreditar que nós conseguiremos resolver depois.-----

----- Se nós quiséssemos fazer uma análise qualitativa, eu diria que, por exemplo, na área da higiene urbana, se nós qualificássemos as Juntas de Freguesia de forma hierárquica a que está a fazer um trabalho pior, se calhar, está a fazer um trabalho tão bom como anteriormente, era feito. E portanto, na maioria dos casos o trabalho é evidentemente melhor, e eu até tenho termos de análise, eu olho para as papeleiras para ver se estão cheias ou vazias, e desafio-vos a verem quais é que são as Freguesias da cidade que têm muitas papeleiras cheias, porque verão que não têm e é sinal do bom trabalho das Juntas de Freguesia. É uma forma simples de avaliar o trabalho qualitativo na área da limpeza urbana, só para dar um exemplo, isto revela também, que este município e este executivo têm confiança no trabalho das Juntas de Freguesia, e estes momentos são sempre momentos para nós lembrarmos os argumentos que cada uma das partes têm a favor, ou contra, a reforma administrativa, mas não há avaliação sobre esta reforma administrativa. -----

----- O PCP gosta sempre de nos lembrar que desconfia em relação à delegação de competências para as Juntas de Freguesia e para o trabalho qualitativo que eles fazem. Obviamente, que é uma provocação, mas não podia deixar de fazer uma provocação face às intervenções do PCP. Mas quero transmitir ao PCP, que do lado do executivo da Câmara permanece a confiança e a força em relação ao trabalho que está a ser feito em relação a esta matéria. -----

----- Dizer que há problemas, que há problemas nas instalações, há problemas nos equipamentos, há problemas efetivamente. E está a ser feita, Junta a Junta, uma análise para as instalações administrativas, para a melhoria dos seus equipamentos. Mas devo-vos dizer que, em muitos aspetos, há problemas que já foram resolvidos pelas Juntas de Freguesia que se ficassem do lado da Câmara, demorariam muito mais tempo. E até posso citar um exemplo da insuspeita Junta de Freguesia de Carnide, que o seu Presidente já fez aqui exemplo, fez logo obras no posto de limpeza, provavelmente, na Câmara Municipal demorariam mais tempo. Mas obviamente, que isto é de nota um trabalho de proximidade das Juntas de Freguesia em relação aos trabalhadores e em relação às suas instalações. -----

----- Muitas Juntas de Freguesia já compraram equipamentos de proteção individual, muitas Juntas de Freguesia compraram equipamentos novos, e sabem porquê? Porque as verbas, e em alguns casos, quero reconhecer, foi reconhecido na relação com as próprias, que as verbas que tinham não compreendiam a totalidade das competências. Mas muitas sabem que tinham verbas para a renovação dos equipamentos, tinham verbas para a compra de equipamentos de proteção individual, portanto, isso é também um ponto do relatório que fica absolutamente, claro as verbas que foram

## DRAFT

transferidas é suposto incluírem verbas para a renovação de equipamentos para a proteção do pessoal. -----

----- Dizer que, no que diz respeito à reforma também, se reconhece a necessidade de melhorar a informação para o munícipe apesar de, aos poucos, vamos todos tomando consciência das competências quer das Juntas, quer da Câmara, mas reconhece-se que talvez faça todo o sentido acelerar a apresentação do manual que fique direcionado, se calhar, digital, não sei se há a necessidade de o fazer em papel, mas que permita de alguma maneira e com factos muito simples, clarificar aquilo que são competências de cada uma das partes. Sim, esse trabalho qualitativo faz sentido. -----

----- Dizer sobre o futuro, partilho inteiramente, da apreciação que aqui foi feita pelo PSD, mas é importante que se perceba a avaliação qualitativa, o aprofundamento qualitativo, obviamente, ao fim de um ano, já se nota, já se vê, mas obviamente, à medida que nós vamos avançando com a reforma, tornar-se-á mais evidente, mais fácil e mais claro. E, portanto, se por um lado é evidente que a fase seguinte passará por uma procura de homogeneização do ponto de vista daquilo que é o trabalho que é feito, das respostas, e o relatório aí quer dizer que a Comissão, que as duas Comissões fazem referência ao trabalho social, também nos parece que é evidente do ponto de vista da necessidade, do aprofundamento, de umas respostas mais homogenias, mas também vos dizer que terão da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia apoio nos que diz respeito às suas pretensões porque também entendemos que faz todo o sentido haver mais do que um eleito a tempo inteiro, porque as Juntas de Freguesia de Lisboa têm toda a responsabilidade do mundo para gerir dentro dos seus orçamentos, nomeadamente, aquilo que entendem ser mais adequado naquilo que diz respeito a esta matéria, como entendemos que fará sentido a alteração legislativa no que diz respeito à correção das verbas para as Juntas de Freguesia. -----

----- Dizer também, que a reforma administrativa não nos limita, não nos limita a procurarmos mais competências para as Juntas de Freguesia, não nos limita a procurarmos uma segunda geração de protocolos de delegação de competências no que diz respeito à minha área, por exemplo, na fiscalização da higiene urbana, na limpeza de expectantes, mas também em outras áreas, em particular, como por exemplo a questão das obras. Temo-lo feito, vale a pena fazer também, de uma forma mais homogénea de todas as Juntas de Freguesia, mas a reforma administrativa não nos limita e o facto de haver Presidentes de Juntas de Freguesia que o têm dito, também é sinal de confiança porque já não têm receitas de competências que têm e querem mais, e essa vontade de querer mais é um sinal muito positivo em relação à Reforma Administrativa de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Queríamos só interpelar a Mesa no sentido de pedir, junto da Câmara, que providencie a resposta a algumas das questões que foram feitas, particularmente, no relatório que, como dissemos, vem 5,36 milhões de euros que estariam relacionados com os valores, supomos, do somatório dos anexos que esta Assembleia Municipal

não tem conhecimento e pedíamos a resposta da Câmara e cedemos o nosso tempo, os dois minutos que nos sobraram.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu: -----

----- “Senhor Deputado, eu não sei se o Senhor Vereador está em condições de dar a resposta neste momento, senão será dada a resposta por escrito e posteriormente. -----

----- Portanto, eu agradecia que o Senhor Deputado fizesse chegar exatamente a pergunta cuja resposta deseja ter, e eu farei chegar à Câmara e obteremos a resposta por escrito. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, não temos mais inscrições. Está na hora de passarmos à votação.-----

----- As recomendações à Câmara Municipal de Lisboa constam do ponto E, do parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões, e passará a ser uma **Proposta de Recomendação nº 4/59**, que passará a constar da ata como **Recomendação nº 4/59** Está dividida em sete pontos, e bem sei que o Senhor Vereador disse que um dos pontos que aqui está, já está resolvido, mas penso que não prejudica votarmos na mesma, não há problema nenhum, se já tiver resolvido tanto melhor, são recomendações, e portanto ela está apropriado àquilo que na altura era a informação disponível das Comissões e, portanto, a Mesa entende que deve ser colocada assim, exatamente, como está. Não há objeções. Vamos votar. -----

----- **Recomendação nº 4/59**, não há votos contra, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PNP, PAN e 6 IND. A **Recomendação nº 4/59** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos interromper os nossos trabalhos para fazer a mudança da sala.-----

----- Lembrar os Senhores Deputados que às dezoito horas serão colocadas novas listas de presença para confirmação de quórum, nas mesas de apoio, e nós só podemos dar início ao Debate Temático logo que tenhamos quórum.-----

----- Portanto, pedia aos Senhores Deputados para terem isto em consideração, e para manterem o quórum no decurso do Debate Temático que hoje vai ser particularmente, interessante. Teremos a atriz Mariana Monteiro connosco e teremos uma Mesa bastante competente para nos informar sobre a matéria em causa. -----

----- Muito obrigada e até já.”-----

----- **PONTO 8 – SEGUNDA SESSÃO DO DEBATE TEMÁTICO “ERRADICAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES”, SUBTEMA “VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES – PREVENÇÃO E PROTEÇÃO”, NOS TERMOS DO PROGRAMA APROVADO EM 27.01.2015, PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ATRAVÉS DA PROPOSTA 01/CR/2015, E AO ABRIGO DO ARTIGO 39º DO REGIMENTO DA AML:** -----

----- **INTERVENÇÕES DO PAINEL DE ORADORAS CONVIDADAS.** -----

----- **DEBATE ABERTO AO PÚBLICO.** -----

----- **RESPOSTAS DO PAINEL DE ORADORAS.** -----

----- **ABERTURA DOS TRABALHOS** -----

----- **2ª SESSÃO**-----

-----“ **Erradicação da Violência Contra as Mulheres – Violência Contra as Mulheres – Prevenção e Proteção**” -----

----- O Painel foi moderado pela Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (Presidente da 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto);

----- Participou do debate, na qualidade de oradora convidada, a **Senhora Subcomissária Aurora Dantier**, da PSP; a **Senhora Dr.ª Margarida Medina Martins**, da Associação de Mulheres Contra a Violência; a **Senhora Professora Dr.ª Anália Torres**, do ISCSP/CIEG; a **Senhora Dr.ª Dulce Rocha**, Vice-Presidente do Instituto de Apoio à Criança e a **Senhora Dr.ª Sandra Benfica**, da MDM, Coordenadora do projeto “Tráfico de Mulheres – Romper Silêncios”.

----- Houve, ainda, o depoimento inicial da **Atriz Mariana Monteiro**, “Champion da Igualdade de Género das Nações Unidas, projeto Pequim +20”.

-----Foram nomeados para relatores da segunda sessão os seguintes Deputados Municipais:

----- O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP) e a Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND).

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, na qualidade de moderadora do debate, fez a seguinte intervenção:

----- “Agradecia que tomassem os vossos lugares, Senhores Deputados, público, imprensa, agradecia que se sentassem que vamos dar início à sessão.

----- A Violência Contra as Mulheres, Prevenção e Proteção.

----- Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Senhoras Oradoras, público, imprensa, senhoras e senhores, temos hoje a segunda sessão do debate temático; “**Erradicação da Violência Contra as Mulheres – Violência Contra as Mulheres – Prevenção e Proteção**”, que terá três momentos, um primeiro momento da intervenção dos oradores convidados, que eu apresento, a **Subcomissária Aurora Dantier**, a **Dr.ª Margarida Medina Martins**, da Associação de Mulheres Contra a Violência, a **Professora Dr.ª Anália Torres**, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, a **Dr.ª Dulce Rocha**, Vice-Presidente do Instituto de Apoio à Criança e a **Dr.ª Sandra Benfica**, da MDM, Coordenadora do projeto “Tráfico de Mulheres – Romper Silêncios”.

----- A cada um dos oradores será dado dez minutos para a sua intervenção.

----- Depois teremos um segundo momento de debate aberto com o público. Temos cinco intervenções, para já, e cada uma das intervenções poderá ter três minutos.

----- Por fim, iremos ter as respostas do painel das oradoras, que terão cinco minutos, cada uma, para responder às questões que terão sido colocadas.

----- Começo o nosso debate de hoje, dedicado à Violência Contra as Mulheres – Prevenção e Proteção, lembrando José Saramago que disse, um dia: “Durante séculos, a mulher teve de pedir autorização ao seu marido ou ao seu pai para fazer fosse o que fosse. Como é que pudemos viver assim tanto tempo condenando metade da humanidade à subordinação e à humilhação?”.

----- Mas, apesar do muito que tem sido feito, e do muito que já foi feito, para estabelecer a paridade entre homens e mulheres, o que é certo, é que quase

diariamente surgem notícias de violência física extrema, até à morte, contra as mulheres por parte dos maridos e companheiros, sem falar na violência psicológica que é mais difícil de detetar.-----

----- Segundo dados da PSP, a violência doméstica foi o segundo crime mais comunicado, em 2013. Tem dois sentidos, por um lado, quer dizer que há muita violência, por outro, quer dizer que as pessoas passaram a verbalizar e a pedir ajuda, o que é já um passo em frente. -----

----- Muito já foi feito desde que Beatriz Ângelo, naqueles longínquos anos de 1913, através de um artil conseguiu votar. Mas foi apenas um gesto de liberdade, isolado, e de igualdade, que só se tornaria num direito muitos anos mais tarde. -----

----- Hoje, que a Lei dá plenitude de direitos à mulher, o que é essencial para evitar a violência, ainda, praticada pelos homens que sentem o seu poder diminuído, é educar. Educar, desde a mais tenra infância, os rapazinhos a respeitar as meninas, e vice-versa, e radicar todas as formas de machismo e habituá-los a viver em sã convivência.-

----- Há escola, se isto for feito desde a mais tenra infância, na escola, na família, na sociedade, grande parte desta violência latente será erradicada. Mas é preciso resistência e ainda, muitos anos. Os processos de mudança são morosos, e aqui trata-se de processos de mudança de mentalidade, mas não podemos baixar os braços quando, ainda, em pleno século XXI, há mulheres assassinadas pelos companheiros.---

----- Vamos, agora, antes de dar início à sessão, através da apresentação das nossas oradoras, teremos aqui um pequeno filme, com uma ideia do Secretário-Geral das Nações Unidas, sobre o tema da Violência Sobre as Mulheres que propunha que adotássemos todos, e que será seguido de um depoimento da Atriz Mariana Monteiro-Champion da Igualdade de Género das Nações Unidas, projeto Pequim +20”. -----

----- **A Senhora Mariana Monteiro**, Atriz, fez a seguinte intervenção inicial: -----

----- “Começamos bem ao ver este vídeo que veio logo deitar abaixo uma crença muito antiga que era aquela mítica frase: “entre marido e mulher, ninguém mete a colher”. Aqui está a prova viva de que isso não é assim, porque a pensar dessa forma, não estaríamos a andar para a frente e a evoluir neste sentido da prevenção e da proteção contra a violência. -----

----- Portanto, antes de mais, quero agradecer à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, a Exm<sup>a</sup> Arquiteta Helena Roseta, por este honroso convite, e enaltecer esta iniciativa que trás para debate público um tema tão atual e com impacto crescente na sociedade portuguesa, como é o tema da violência contra as mulheres. ---

----- O meu nome é Mariana Monteiro. Tenho vinte e seis anos. Faz no próximo mês de Julho, dez anos que iniciei a minha carreira como atriz, mas comecei a interessar-me mais por estas temáticas, estas problemáticas, em 2009, e já explico o porquê. -----

----- No entanto, desde cedo que eu ouvia a falar muito do universo feminino, da situação das mulheres na sociedade, da igualdade de direitos, não só porque lá em casa estamos em maioria, somos três mulheres e um homem, mas também pelo trabalho do meu pai, como Sociólogo, desenvolvido ao longo de vários anos, inicialmente, Comissão da Condição Feminina, depois, Comissão para a Igualdade



dos Direitos das Mulheres e, atualmente, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, a CIG. -----

----- Portanto, como disse, o despertar desta problemática surgiu mais em 2009, quando eu aceitei, com muito orgulho, participar numa campanha de sensibilização e informação cujo slogan era, na altura, contra a violência sobre as mulheres, e cujo slogan era: “Nenhum Homem que Faça Parte da Minha Vida, Será Mais do que Eu”. Esta era uma campanha da CIG, e esta frase é muito assertiva pois afirma de forma vigorosa a igualdade entre os sexos que deve comandar as relações humanas, entre seres com igual responsabilidade, igual independência, liberdade e direitos.-----

----- Mais tarde, em 2014, dei a cara por uma campanha, essa internacional, numa iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, apelidada “*Time To Act*” que falava na violência em conflitos armados, principalmente sobre as mulheres. -----

----- E, de facto, tenho vindo ao longos destes anos, a estar associada a mais campanhas, sempre nestas temáticas, sempre no mesmo âmbito. -----

----- Já este ano de 2015, fui escolhida para representar as Nações Unidas no projeto “*Beijing+20*” como Champion para a Igualdade de Género, um convite que abracei com o maior orgulho e com um sentido de responsabilidade ainda maior. Portanto, é um privilégio, para mim, poder associar-me para dar mais visibilidade a este movimento que eu acho que é um movimento de consciencialização e luta pela dignidade e pelos direitos das mulheres. -----

----- O tema proposto para o debate de hoje centra-se na questão da prevenção e proteção. Eu irei focar-me numa abordagem mais pessoal, e enquanto jovem inserida numa sociedade global, mas também, no desempenho da minha atividade profissional como atriz, num contexto sociocultural mais mediatizado, como seja, pela televisão, pela imprensa escrita ou redes sociais. Apresentarei o meu ponto de vista, espero não entediar ninguém, sobre a prevenção da violência e proteção das vítimas e o que penso que possa acrescentar a esta causa com o meu contributo. -----

----- Começando, então, pelo primeiro ponto. Prevenir é informar. Na minha área, da representação, posso fazer prevenção como? Através de uma peça de teatro, de uma novela, de uma série, ou filme, que retrate uma situação de violência sobre a mulher mas com soluções para que esta possa sair da situação vencedora, rompendo o silêncio, denunciando, aceitando ajuda, é preciso mostrar o dito: “*Happy Ending*” para que as mulheres de revejam e ganhem coragem e convicção de que podem sair dessa teia. -----

----- Considero também, importante que se divulgue, que se publicite, se eduque com exemplos de mulheres inspiradoras, poderia citar muitas das que estão aqui presentes, de facto, mas as que vou falar são casos internacionais. Mas o que é preciso mostrar são modelos de força, de luta, de inteligência e de coragem.-----

----- Eu vou citar aqui três mulheres, três figuras que eu considero que têm estas características. Falo de uma General, a General Norueguesa Christian Lund, que aos cinquenta e seis anos foi a primeira mulher a chefiar uma missão de paz na ONU, em Maio de 2014. Depois, a tão falada Malala Yousafzai, jovem paquistanesa que aos dezassete anos venceu o Prémio Nobel da Paz pelo trabalho que tem feito na luta

pelos direitos das mulheres no acesso á educação. Desde os onze anos de idade, julgo que aos onze anos já tinha criado um blog, tendo a mesma sido baleada no sentido de tentarem travar aquela luta. E não podia deixar de fora a tão falada Oprah Winfrey a afro-americana que teve um passado em que foi abusada sexualmente por um tio e por primos, portanto, não se fala da quantidade de abusos, mas é o suficiente. Ganhou coragem e aos treze anos de idade ela fugiu de casa, recorreu a uma amiga, apoiou-se nessa amiga, prosseguiu com os estudos e hoje destacou-se, como é visto, nas mais variadas áreas, e em 2013, foi considerada pela prestigiada revista *Forbes* como sendo a pessoa mais influente do mundo. Portanto, uma mulher coragem. Acho que este é o exemplo maior que eu consegui encontrar dentro do tema. -----

----- A ideia aqui é portanto, mostrar que a prevenção passa muito pelo acesso á educação, à informação e divulgação de boas práticas e bons exemplos de mulheres que tiveram coragem de se afirmar e de ganhar autonomia.-----

----- As campanhas nos meios de comunicação e nas redes sociais são, sem dúvida, outra forma de fazer informação e sensibilização com grande impacto. Veja-se, agora, muito atualmente, e vou buscar um exemplo mais atual, uma campanha feita pelo Exército da Salvação de África do Sul que alerta a violência contra as mulheres com uma imagem de uma mulher maltratada, apresentada com um vestido que na última semana gerou um *buzz* maior nas redes sociais, porque é um vestido que foi fotografado e pela forma como foi fotografado faz com que o nosso cérebro percecionas as imagens das cores do vestido, de diferente forma, há quem veja branco e dourado, há quem veja branco e azul. Então eles pegaram numa mulher maltratada, vestida com esse vestido na versão branco e dourado e colocaram o slogan “Porque razão é tão difícil ver o preto e o azul”, referindo-se, desta forma, às nódoas negras exibidas pela mulher do spot. Tem sido uma campanha que tem ganho bastante visibilidade, portanto, é um bom exemplo. -----

----- A educação dos jovens nas escolas também é crucial para a mudança de mentalidades e de comportamentos porque, muitas vezes, começa desde cedo essas tais ideias “entre marido e mulher, ninguém mete a colher”, ou “quem veste as calças”, são coisas que começam logo na formação académica.-----

----- E porque a ficção se confunde, muitas vezes, com a realidade, é preciso aproximá-la do real, porque neste tema é preciso, de facto, informar, é preciso sensibilizar, educar. Portanto, uma mulher que se apercebe da situação em que se encontra, acontece a tantas outras, e que muitas conseguem romper com o silêncio e sair desse ambiente traumático, isso para ela torna-se encorajador, de facto, e dá-lhe força para fazer o mesmo. Portanto, assim como é fundamental mostrar que numa relação dita sadia, normal, seja familiar, conjugal ou de namorado, não aceitáveis atitudes e comportamentos que nos coloquem a nós, mulheres, em situações submissas ou de indignidade. -----

----- Portanto, para mim, muito resumido, prevenir é informar, sensibilizar, educar, usando todos os meios que estiverem ao nosso alcance, para atingir jovens, adultos, homens e mulheres.-----

----- Quanto ao segundo ponto, falamos então da proteção.-----

----- Proteger é apoiar, dar abrigo, acompanhar estas mulheres e é fundamental porque elas estão fragilizadas, indefesas, muitas com baixa autoestima, traumatizadas, portanto, é importante que conheçam onde devem recorrer, quem é que as pode ajudar a sair desse pesadelo e encontrar alternativas, novas ideias e novas soluções. É quase um renascer, é reinventar a vida, iniciar uma nova etapa de valorização pessoal, reformular até conceitos de valorização pessoal e de autoestima. Proteger é garantir segurança, é informar as mulheres vítimas de violência que existem pessoas e instituições a quem pedir ajuda, porque muitas vezes, de facto, recorre-se inicialmente, a amigos e familiares, mas vai sempre acabar nas instituições que são os grandes salvadores. Essas instituições podem informar dos direitos, podem pedir abrigo, como a APAV, CIG, UMAR, entre muitas outras, acho que são fundamentais na proteção.-----

----- Ocorreu-me, no âmbito deste convite, lançar um desafio e convidar os que me seguem no *Facebook* e *Instagram* a refletirem sobre este tema e a dizerem o que pensam. Eu sinalizei cerca de oito mil *likes*, oitocentas partilhas e foram feitos mais de duzentos comentários dos quais, 74% das mulheres e restantes 26% de homens. É sem dúvida ainda uma temática mais abordada por mulheres. No entanto, também analisei comentários masculinos que irei passar a citar. Analisei vários comentários e destaquei as seguintes conclusões; que há uma consciência social generalizada acerca da gravidade da violência que atinge maioritariamente mulheres, mas que há também homens vítimas de maus tratos, que a violência contra as mulheres é um flagelo e que para além da violência física, há muitas mulheres que sofrem da violência psicológica. E passo a citar o que foi dito por uma vítima; “a violência psicológica, a violência que magoa mais do que a física porque deixa marcas que ferem a alma”.-----

----- “Há uma condenação generalizada da violência, seja ela qual for, e uma condenação implacável aos agressores, são cobardes, monstros, criminosos, quem ama não maltrata e quem maltrata deve ser preso”. Esta última foi uma afirmação feita por um homem.-----

----- “As mulheres devem ter coragem de dizer “basta”, quebrar o silêncio, denunciar, procurar ajuda em instituições de apoio, as leis devem ser mais punitivas, os apoios sociais e logísticos mais alargados”, sugeriu um homem, novamente.-----

----- Persistem os estereótipos sexistas, como há pouco falamos, “entre marido e mulher, sim, às vezes é preciso meter a colher e não há que ter esse receio”.-----

----- E depois, há mais um desabafo de uma seguidora que diz uma história de vida de maus tratos, perdões, reincidências e um ciclo de violência que se repete até ao pedido de socorro. E o acolhimento pela UMAR, que pôs fim ao inferno.-----

----- Para concluir, eu enquanto cidadã jovem farei o que estiver ao meu alcance, disponibilizando-me para me associar e participar na sensibilização e na prevenção contra todas as formas de violência que vitimam as mulheres, colaborando, quer seja em campanhas públicas de sensibilização e informação, nos meios de comunicação social, nas redes sociais, ou em outras iniciativas como esta, que promovam a coragem, a mudança de mentalidades, atitudes e comportamentos em relação à igualdade de género.-----

## DRAFT

----- Vou deixar uma citação do Ex Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, porque acho que é bastante forte; *“A violência contra as mulheres é talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza. Enquanto se mantiver, não poderemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz”*.-----

----- Muito obrigada a todos”.-----

----- **A Senhora Subcomissária Aurora Dantier**, da PSP, fez a seguinte intervenção inicial: -----

----- “Boa tarde a todos e a todas. -----

----- Em primeiro lugar, queria agradecer à Arquiteta Helena Roseta o convite para estar aqui presente, às parceiras de mesa, algumas conhecidas há alguns anos, e venho-vos falar rapidamente, o que nós fazemos no âmbito, neste caso a PSP, no âmbito da prevenção e proteção.-----

----- A PSP é por excelência uma polícia de prevenção, e como tal, tem de começar aí.

----- Criou, em 2006, o Policiamento de Proximidade e as Equipas de Proximidade, as EPAV's que são as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima, e as EPES, as Equipas do Programa Escola Segura, porque falamos aqui dois grupos diferentes de pessoas. E é aqui na prevenção que nós devemos intervir. E intervimos como? Começamos com as nossas crianças e com os nossos jovens, com ações de sensibilização que são calendarizadas ao longo do ano letivo, e informar estes novos e futuros cidadãos, ou seja, cidadão informado é um cidadão cuidado. E nestas ações de sensibilização nós falamos de vários temas nas escolas, consoante são as crianças. Falamos de Bowling, falamos de violência no namoro e falamos das regras de segurança e outros temas. Mas estes relacionados com a violência doméstica são aqueles a que nos dedicamos mais. E falamos com jovens do 9º ao 12º ano.-----

----- E nas ações que eu também já fiz juntamente com as equipas de proximidade da escola segura, conseguimos verificar que muitos dos jovens não têm noção daquilo que lhes acontece, que o que o namorado lhe está a fazer é violência, é agressão, e acham aquilo normal, e como acham normal, permitem que aquilo lhes aconteça. Conhece-lhes a *password* do *Facebook*, do *mail*, do cartão de crédito, de tudo, e depois quando se zangam é que as coisas se complicam. Começa a perseguição, os maus tratos, tudo, e as jovens de doze, de treze, de catorze, de quinze anos, começam a passar aquilo que dizemos na gíria “as passas do Algarve”. -----

----- Ao informarmos estes jovens dos seus direitos e daquilo que podem encontrar na polícia, neste caso, a Escola Segura que está permanentemente nas escolas a proteger estes jovens e a informá-los, e a informar, também, os pais através de reuniões e ações de sensibilização. Infelizmente, posso dizer que quando são convocados os pais para irem à escola para uma reunião para uma ação de sensibilização que diz respeito aos seus filhos, mais de 90% não aparecem. Só vêm aqueles que estão mesmo interessados, porque os outros não aparecem nas escolas.-----

----- Depois temos a intervenção em si nos casos de incidência de violência doméstica. E aqui, normalmente, quem é que está à noite, vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano? A polícia que tem as esquadras abertas e os

carros de patrulha a circular durante vinte e quatro horas, os hospitais, e nós também dizemos os taxistas. Mas por norma, a polícia é que está. E somos chamados a casa das pessoas quando a situação de violência doméstica já está no seu auge, quando há um incidente gravíssimo. Há meia-noite, às duas da manhã, normalmente é aos fins de semana que isso acontece, e nos meses de verão, com o calor, as pessoas acabam por estar mais tempo juntas e criam mais atritos e incidentes de violência doméstica. E, infelizmente, nestes casos encontramos as crianças, e nós temos que proteger a vítima, a mãe, e as crianças que também são vítimas. E são estas vítimas que depois saem de casa, em que nós temos de nos socorrer das entidades de primeira linha que apoiam estas vítimas de violência doméstica, para uma casa abrigo, em situações muito dolorosas. -----

----- A proteção. Como é que nós fazemos essa proteção? Não só através dessas equipas que fazem ação de sensibilização porque vão informando, vão ensinando os cidadãos, mas também, no acompanhamento e na recolha de informação de casos de violência doméstica. Porque nem todos os casos chegam às esquadras, nem todas as pessoas telefonam, como se pede, que leguem para a esquadra a dizer que têm um caso de violência doméstica. É no contato diário com as populações que, os idosos que têm mais tempo livre e têm uma proximidade com a polícia e são eles que acabam por nos comunicar casos de violência doméstica que tiveram conhecimento e que ocorreram durante a noite, no seu prédio. -----

----- Quando temos casos de violência doméstica e são registados, nós temos de fazer o acompanhamento pós-vitimação, porque estas vítimas ficam muito fragilizadas após o incidente de violência doméstica, elas e os seus filhos. E quando elas decidem, porque aqui tem a ver com o seu consentimento, decidem ficar em casa com o agressor, temos de ter os cuidados necessários na proteção diária destas vítimas, irmos ao encontro delas e não esperar que elas nos contatem. E vamos ter com estas mulheres, falar com elas, ver a suas necessidades e encaminhar para as entidades de primeira linha que as possam ajudar, seja a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, seja os tribunais, seja uma Junta de Freguesia, seja uma Associação de Proteção às Vítimas de Violência Doméstica, seja qualquer organismo que as possa ajudar nas suas necessidades, nós encaminhamos e fazemos a ponte, porque estas mulheres precisam de ser ajudadas e apoiadas desde o momento que se regista até à fase do julgamento, se o caso ali chegar. -----

----- Mas na prevenção é que nós ganhamos. Ganhamos quando antes do incidente ocorrer, realmente queremos que isso não ocorra. E infelizmente, dos casos que eu já tive, os casos mais graves de jovens de violência doméstica foram com jovens com quinze anos, muito graves em que houve a perseguição, a violação do domicílio, portanto, situações muito graves e com jovens com quinze anos. Infelizmente, a estatística diz que, desde que a lei foi mudada, que temos registado mais casos de violência doméstica entre jovens. -----

----- As ações de sensibilização que nós fazemos nas escolas e fazemos na comunidade, e fazemos também com as Juntas de Freguesia e com as entidades que nos apoiam nessas ações, acabamos por descobrir que muitas vezes é aí que as vítimas

e aquelas pessoas que conhecem o caso, nos vêm denunciar. Portanto, esta relação de proximidade com as equipas de proximidade que nós temos, Equipas da escola Segura, que muitas vítimas vêm ao nosso encontro porque acabam por se aperceberem que a situação que têm, um familiar, uma pessoa amiga, ou até uma vizinha, nos venham contar. É é nestes casos que temos conseguido chegar aqueles números que a Mariana falou há pouco, que infelizmente, vinte e sete mil casos de violência doméstica num ano, é muita violência doméstica, são muitos os casos. E infelizmente, destes vinte e sete mil, nem todos chegam à barra do tribunal porque estas vítimas desistem, porque não têm o apoio necessário até lá chegarem. -----  
----- Não podemos dizer que “entre marido e mulher, ninguém mete a colher”. Temos de meter a colher, sim, e seja ele qual for. -----  
----- Infelizmente, mesmo profissionais que nós conhecemos, das nossas relações, que nós nos articulamos, com quem nós trabalhamos, ainda há profissionais que não comunicam, não dizem que ocorrem e têm conhecimento de situações de violência doméstica. E começa precisamente, numa escola, uma criança que vai à escola e uma professora, a assistente operacional ou a da ação educativa que está ali, que contata com aquela criança e que se apercebe que a mesma não está bem, e acaba por contactar com a família e apercebe-se que qualquer coisa não está bem e se cala, está a maltratar aquela criança e aquela mulher. Infelizmente, tem ocorrido muitas situações destas, em que muitas situações de violência doméstica chegam às escolas e não são comunicadas com receio de represálias, com receio que não fica bem, que alguém há de dizer, não pode ser, temos que interferir para proteger as nossas crianças, para protegermos as nossas mulheres, para não chegarmos novamente, ao final de 2015, com mais uma estatística de mais de quarenta mulheres mortas. -----  
----- Com este programa com que nós temos estado a trabalhar na polícia, e felizmente já está implementado a nível nacional, portanto, o modelo de proximidade da polícia já está implementado a nível nacional, em todas as esquadras, em que estas equipas foram formadas para fazer este atendimento, este acompanhamento, para melhorarmos o atendimento a estas vítimas, para melhorar o acesso que essas pessoas têm às nossas esquadras porque quem conhece algumas das esquadras da polícia, e vou falar daquelas que já fecharam, a 6ª e a 8ª esquadra, não é nem para os polícias, nem para as pessoas, e temos vindo a criar condições, até salas de atendimento mais agradáveis para atendermos as nossas vítimas com a qualidade que elas merecem. -----  
----- Muito obrigada.” -----  
----- **A Senhora Dr.ª Margarida Medina Martins**, da Associação de Mulheres Contra a Violência, fez a seguinte intervenção inicial com a apresentação de um documento em *Powerpoint* o qual fica anexado à presente ata como **anexo XI**, e dela faz parte integrante:-----  
----- “Uma boa tarde a todos e a todas. -----  
----- Eu começo por agradecer à Senhora Presidente da Assembleia Municipal o convite que me foi feito. -----

## DRAFT

----- Vou sair um bocadinho da área da violência doméstica porque é aquela que, de alguma forma, tem mais visibilidade atualmente, nos últimos anos, para falar de outro aspeto, da violência contra as mulheres que é a violência sexual, mulheres e raparigas.

----- Nós na Associação de Mulheres Contra a Violência, temos um projeto que é financiado pelos fundos da Noruega, geridos pela Fundação Calouste Gulbenkian. -----

----- A área da violência sexual nomeadamente a violação é uma área prioritária para nós há vinte e dois, vinte e três anos, não foi até esta data prioridade da agenda política, sendo que a Associação já pôs junto da Segurança Social, no Ministério da Segurança Social, três ou quatro projetos para criar em Portugal respostas especializadas nesta área. -----

----- Com esta linha de financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian foi possível criar um projeto que tem estes eixos que estou aqui a apresentar e que é a construção em Lisboa de uma rede articulada e especializada na área da violência sexual, um gabinete técnico especializado, lançar uma petição *on-line*, e um grupo de ajuda mútua e grupos de auto representantes, um guia de bolso, um seminário final e tem uma avaliação externa ligada ao Instituto Superior da Damaia. -----

----- Eu passo, de imediato para outro slide e queria partilhar convosco uma outra questão que é, nós temos, neste momento, Portugal tem nos últimos dez anos, se analisarmos os dados do INE, mais de uma violação por dia, esta é uma dimensão que está registada no sistema. -----

----- Sabe-se que em Portugal, como em qualquer outro país, mais de 90% destes crimes sexuais, de facto, não são denunciados. Assim sendo, nós criamos uma petição, portanto, convido todos, e todas, os presentes a virem subscrever este nosso pedido no sentido de conseguirmos implementar, em Portugal, o primeiro serviço especializado na área da violência sexual. Eu não vou abrir mais informação sobre isto. Vou pedir aos colegas que passem um vídeo, um vídeo das Nações Unidas, um vídeo antigo dos anos oitenta, mas parece-me que, sem palavras, retrata bem a vivência diária das mulheres em qualquer parte do mundo e que, de alguma forma, é quase a raiz destes problemas todos e disponibilizo-me, depois, para qualquer clarificação, ou debate. -----

----- Portanto, peço aos colegas para passarem o vídeo das Nações Unidas (este vídeo é colocado para visualização de todos os presentes). -----

----- Este vídeo tem praticamente, trinta anos, é das Nações Unidas, está no *Youtube*, e chama-se *Impossible Dream* e devia de fazer parte de todas as escolas, da educação, pois nós não vamos conseguir estancar toda a violência se não tratamos esta parte, do dia-a-dia da vida das pessoas. É o meu sentir.” -----

----- **A Senhora Professora Dr.ª Anália Torres**, do ISCSP/CIEG fez a seguinte intervenção inicial com a apresentação de um documento em *Powerpoint* o qual fica anexado à presente ata como **anexo XII**, e dela faz parte integrante: : -----

----- “Praticamente, depois de mais nada, com este vídeo está tudo dito, porque são as raízes das coisas de que vamos aqui falar. -----

----- Em primeiro lugar, quero agradecer muito à Arquiteta Helena Roseta, à Assembleia Municipal de Lisboa pelo convite, e também queria dar os parabéns pela iniciativa, que acho muito importante, e queria dizer que o meu Centro

## DRAFT

Interdisciplinar de Estudos de Género, que é o centro da Universidade de Lisboa que foi criado há pouco tempo e que já foi avaliado e que é o único centro que se dedica às questões de estudos de género e está completamente disponível para qualquer iniciativa que a Câmara, ou a Assembleia Municipal de Lisboa, possa querer desenvolver nestas áreas. -----

----- Como prevenir? Para saber como prevenir é preciso perceber o que está na base da violência contra as mulheres. E o que é que está na base? São as desigualdades de género, desigualdades de poder entre mulheres e homens, histórica e socialmente situadas, isto é, assumindo configurações diferenciadas em sociedades e temporalidades distintas.-----

----- A violência sobre as raparigas e sobre as mulheres, constitui um caso limite destas desigualdades e assimetrias de poder. -----

----- Com efeito, é importante encarar esta questão das desigualdades como desigualdades estruturais, ou seja, estão nesta estrutura social de assimetria de poder, porque só assim se pode explicar, de facto, a assimetria brutal entre homens e mulheres no exercício da violência. Dados registados mostram que, em 2013, os incidentes de violência doméstica, 81% das vítimas eram mulheres, e apenas 19% eram homens, sendo que alguns destes 19% eram também homens que violentavam outros homens. Portanto, esta é uma evidência desta desigualdade estrutural porque muitas vezes diz-se que há desigualdade, portanto, há violência dos homens sobre as mulheres, mas também há das mulheres sobre os homens como se isto fosse simétrico. Não é simétrico, é assim que se passa, isto demonstra num certo sentido que há aqui mais do que só uma questão psicológica, ou de violência, é uma questão de base.-----

----- E porque é que é uma questão de poder? E porque é que é sobre as mulheres? Porque são as mulheres que mais frequentemente estão nos lugares de subordinadas de vulnerabilidade económica, social e individual, e portanto, é por isso também, que este lugar de poder faz com que elas sejam mais as vítimas.-----

----- A violência dos homens sobre as mulheres, sobre as crianças e sobre outros homens, é um problema social muito grave e que tem de ser explicado numa lógica interdisciplinar, de forma multifatorial; fatores pessoais, interpessoais, psicológicos, ideológicos, familiares e sociais. -----

----- Para explicar as raízes da violência de género é essencial entender também os sentimentos de posse e de domínio arcaicos, e que se manifestam claramente, no femicídio que é o assassinato de mulheres, muitas vezes, pelos cônjuges, ou ex-cônjuges, como sabem foram quarenta, em 2013, são números já conhecidos, e trinta e sete, em 2014. -----

----- Estes sentimentos exprimem ao nível emocional e subjetivo, o domínio consentido no plano estrutural, e alimentado, no plano ideológico e cultural, e mesmo em alguns países, como sabem, no plano jurídico e no plano político. -----

----- Os estudos feitos nesta área mostram que a estratégia dos agressores é muito semelhantes; isolamento das vítimas, expressão e terror físico e psicológico, e o ciclo de violência tem uma lógica muito própria. O conhecimento e a familiaridade destas práticas ajudam a que as vítimas se libertem mais cedo. Por outro lado, também há



vulnerabilidade por parte das vítimas. O estatuto de mulher casada como “mulher propriedade de um homem”, o sentimento que muitas vezes as mulheres têm de obrigação de manter a situação familiar e a proteção dos filhos e das filhas, as desigualdades de poder, as fragilidades psicológicas que muitas vezes, são fruto da própria violência, a violência e o ciclo da violência geram paralisação, medo e passividade. Estas vulnerabilidades contribuem para que as mulheres levem muito tempo para libertarem-se da situação de violência, e que seja difícil a libertação desta situação. -----

----- Para explicar a violência masculina, há que ter em consideração que sendo transversal às classes sociais, ela se manifesta de formas diferentes e assume contornos distintos em função da idade, do momento do ciclo de vida, da relação com fatores de exclusão social, entre outros. E o mesmo se passa em relação às vítimas. Mas há, ainda, outros e mais graves problemas no caso feminino. Temos uma dupla vitimização porque para além de ser agredida, ainda se fica isolada, com vergonha, dependente economicamente, tendo de fugir permanentemente de um agressor, que é o que se passa quando as mulheres vão para casas de abrigo, em que os pais dos filhos acabam por, também, violentar os próprios filhos. -----

----- E a questão que se coloca com esta questão das casas de abrigo, reparem que há uma dupla vitimização, não só se é agredida como, ainda por cima, tem de fugir com os próprios filhos. E esta questão pode-se colocar exatamente ao contrário. Há países onde há casas de contenção, e pode-se perguntar retoricamente, porque é que são as mulheres que têm de fugir para as casas de abrigo, e porque não são os homens que têm de sair das casas deles porque estão a ser agressivos para com as suas mulheres? Esta é uma questão que se pode colocar desta forma. -----

----- Para prevenir e proteger o que é que se pode fazer? Há esta palavra que muito acham feia, eu também não acho muito bonita, mas é a que existe e que é o empoderamento das mulheres, num certo sentido, combater aquilo que está na raiz desta falta de poder que são combater as desigualdades sociais, económicas e as situações de dependência psicológica, há que criar um ambiente social e familiar completamente, rejeitante da violência, e as campanhas e as iniciativas que estão a ser feitas, eu que já estou nestas lutas há muito tempo com a Margarida, apesar de tudo, sentimos que houve uma evolução enorme relativamente ao que se passa hoje, relativamente a temas que eram tratados por pequenos grupos, em pequenos grupos. Portanto, há, de facto, aqui um aquisitivo, sou uma pessoa com uma perspetiva mais otimista, acho que em relação a outras áreas isto também pode acontecer, se bem que ao mesmo tempo, sinto que é frustrante perceber que as coisas permanecem, ou voltam a permanecer, mas enfim, a consciência mais forte, também anima, num certo sentido, e eu acho que também é muito importante envolver os homens em campanhas contra a violência. Há muitos exemplos, já hoje em dia, e irei dar-vos um exemplo muito rápido, movimentos de homens contra a violência, movimentos de homens feministas, e que são nos Estados Unidos, no Brasil, em Espanha, portanto, há muitos casos já destes e que eu acho que são muito importantes. -----

## DRAFT

----- Mas há um terceiro aspeto, com o qual irei terminar, mas dando alguns exemplos, e que é o problema das práticas jurídicas adequadas e aplicadas à aplicação correta das leis existentes. -----

----- O que acontece com as práticas jurídicas é o seguinte, muitas vezes as interações entre as mudanças da lei, e as mudanças de mentalidades e os operadores judiciários que as aplicam, não são, por vezes, muito harmoniosas. E o caso da Lei do Divórcio, de 2008, e o caso das Responsabilidades Parentais Partilhadas, em particular, são casos que espelham bem esta dificuldade. -----

----- O que podem ver aqui são as iniciativas do divórcio. E quem é que toma a iniciativa do divórcio? Como vêm aqui, antes da lei, e depois da lei, a esmagadora maioria dos casos quem toma a iniciativa do divórcio são as mulheres. E, portanto, revela-se aqui esta ideia quando se se lembrarem do que surgiu na altura sobre a Lei do Divórcio que ia ser uma coisa desgraçada porque os homens iam passar todos a ter a iniciativa de pedir o divórcio. Era exatamente, o contrário o que se passava, porque quem toma a iniciativa do divórcio são as mulheres, mas não necessariamente, porque são elas a querer o divórcio, ou porque sejam elas que tenham provocado o divórcio. Tomam a iniciativa porque são elas a quererem regular as situações legais, querem estabelecer a questão dos alimentos, dos filhos, etc., mesmo que não tenham sido elas que tenham provocado, são elas que querem resolver rapidamente, a situação jurídica para se protegerem, a elas e aos filhos. -----

----- Os estudos mostram, também, que os homens que exercem violência doméstica não querem divorciar-se, querem manter a situação inalterada, que as mulheres continuem a lavar as meias e a apanhar pancada. Portanto, no fundo, ao permitir pela primeira vez, com esta lei, criou-se uma situação ao permitir o divórcio sem o consentimento do outro, que a própria mulher violentada pudesse agilizar os pedidos de divórcio e fosse ela a pedir, já que na situação anterior, se uma pessoa se quisesse divorciar, por exemplo, de um homem violento, tinha que dizer que ela própria tinha culpa para se poder divorciar. Portanto, ao retirar a culpa, o que a lei fez foi de facto, fazer isto. -----

----- A questão das responsabilidades parentais partilhadas, vou passar muito rapidamente, são os tais dois minutos, e há aqui uma questão muito importante que é perceber assim, as responsabilidades parentais partilhadas, isto para mim produz algum efeito porque tive alguma responsabilidade pela sua introdução na lei, e acho que em situações normais é absolutamente, fundamental que haja partilha entre pais e mães das responsabilidades parentais em relação aos filhos. E o que é que acontece no caso em que há violência doméstica? A lei o que prevê é que não seja em todas as situações que esta responsabilidade partilhada seja atribuída, portanto, é logo o número dois, que diz; “que nem em todas as situações ela se aplica”. Mas o que é que fazem os operadores judiciários? O que fazem é, por exemplo, em situações absolutamente, intoleráveis como no Tribunal de Família obrigam uma mulher que tem um caso no Tribunal Cível relativamente a um acaso de violência doméstica até já comprovado, vem o Tribunal de Família e diz que esta mulher tem de levar o filho porque diz que aquilo é família e é outra coisa. Isto é absolutamente, intolerável.

## DRAFT

Porque sei que isto contradiz o espírito da lei, e que por isso, isto está a ser mal aplicado.-----

----- Para terminar, prevenir é criar um ambiente de intolerância total em relação á violência e mobilizar mulheres e homens para o seu combate. Campanhas e iniciativas deste tipo são fundamentais. -----

----- Prevenir é aplicar a Convenção de Istambul, que foi falada a semana passada. ----

----- Proteger é criar condições para que as práticas políticas sejam premiadas pela igualdade de género, e os operadores judiciais extensíveis à igualdade de género, pelo que a informação é essencial. -----

----- Deixo-vos um exemplo de uma campanha *Men Stop Violence Against Women* uma campanha feita por homens, e *Men Engage, boys and men for gender equality*. ---

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Dr.ª Dulce Rocha**, Vice-Presidente do Instituto de Apoio à Criança, fez a seguinte intervenção inicial: -----

----- “Muito boa tarde. É um gosto estar aqui e quero agradecer à Arquiteta Helena Roseta pelo convite, porque acho que iniciativas destas têm muita importância, não apenas por causa dos dados empíricos, é que têm sido feitos estudos, houve até um estudo feito nos Estados Unidos, ao longo de três décadas, e que chegou à conclusão que as ações de sensibilização têm mais resultados positivos do que as próprias leis da paridade. Portanto, estão a ver, eu que sou uma apologista das quotas, fiquei agradada também, com o facto de as ações de sensibilização terem tanta importância, e isso já é reconhecido nas convenções mais recentes, inclusive, naquela que agora todas falamos muito, e que é a Convenção de Istambul que, justamente, trata da proteção das vítimas da violência doméstica e de género, e que ainda não temos normas que tenham sido alteradas no nosso ordenamento jurídico para se adequarem à Convenção que só entrou em vigor em agosto, e nós demoramos sempre muito a fazer esses ajustamentos que são, absolutamente, necessários. Fazemos outro tipo de ajustamentos, como sabem, mas quando se trata de defender as mulheres e as crianças demoramos muito. Se fosse uma lei fiscal, já estava, a esta hora já tudo tinha sido feito.-----

----- Pensei trazer-vos aqui a ideia de que a violência doméstica quando nós conseguimos, nós a associações feministas, conseguiram tornar o crime público porque, não sei se se lembram, os juristas que aqui estão lembrar-se-ão, mas as outras pessoas não, quando em 1982, pela primeira vez o nosso Código Penal falou de um crime de maus tratos conjugais, era um crime público, só que depois, há sempre, as coisas nunca são adquiridas, há sempre pessoas que discordam, que as mulheres são adultas e era o que faltava o estado proteger tanto pessoas adultas. Querem igualdade e agora até têm crimes públicos. Há quem pense assim. -----

----- Em 1995, alterou-se o Código penal em muitos aspetos, e bem, mas em outros aspetos ficou pior. Por exemplo, o crime de maus tratos passou a ser semipúblico, outra vez, portanto, dependente de queixa, e o crime de abusos sexuais de crianças, a mesma coisa. Estão a ver a contradição. E o crime de abusos sexual de criança foi constituído nessa altura, como um crime autónomo, um tipo autónomo porque havia a

## DRAFT

violação, o estupro, e o próprio crime de violação tinha uma norma especial para as crianças com menos de doze anos, mas quando foi criado o crime de abuso sexual de crianças foi uma coisa boa, e ficou um crime semipúblico. É extraordinário. -----

----- Depois, as organizações feministas começaram a lutar muito pela alteração da situação e o crime de maus tratos conjugais passou a ser público no ano 2000, com uma Proposta de Lei do BE, que foi aprovada, creio que em março, no mês das mulheres, e o crime de abusos sexuais às crianças passou a ser público, em 2001, mas só os crimes praticados pelos pais, por pais ou quem tivesse autoridade. -----

----- Portanto, a questão da violência, sobretudo, da violência interpessoal mas, sobretudo, se for exercida contra pessoas mais vulneráveis, com menos poder, é sempre qualquer coisa que não está adquirido e que é sempre muito discutível. Ainda há pouco tempo, nas redes sociais, vinha uma posição absolutamente, retrógrada de um advogado que voltava a crer que o crime de violência doméstica fosse semipúblico. Portanto, nós temos de estar sempre muito vigilantes e muito atentos, porque de facto isto é um crime de terror sobre estas mulheres que vivem o terror dentro de casa. -----

----- Eu quando era delegada, em Setúbal, foi a minha primeira Comarca, o Código penal tinha sido aprovado á pouco tempo, e acusei por crime de maus tratos conjugais um facínora que todos os dias batia na mulher, causando-lhe lesões gravíssimas, uma vez partiu-lhe os dentes, os ossos próprios do nariz, era uma constante, e a mulher estava aterrorizada porque o filho tinha casado e tinha ido viver para Sines. Enquanto o filho esteve em Troia, ia vigiando. Mas depois foi viver para Sines e a senhora estava aterrorizada. E aquilo que ela me contava, e eu já contei a história à Margarida Medina Martins, da última vez ele tinha enchido a banheira de água e tinha-a tentado sufocar, em que a Senhora pensou que em breve ele a iria matar. E eu que ainda não sabia o que sei hoje, isto já lá vão trinta e tal anos, eu acusei e a acusação não foi recebida. O crime de maus tratos conjugais era recente e eu expliquei tudo bem explicadinho, portanto; ele chegava a casa, atirava-a contra os móveis e só descansava quando ela ficava no chão, e muitas vezes a espezinhar. Eu achava aquilo uma coisa horrorosa. O crime na altura exigia a malvadez e o egoísmo, não sei se o Pedro se lembra dessa redação antiga, nem teve curiosidade, mas é giríssimo. Malvadez e egoísmo. -----

----- Depois o Juiz disse, Juiz que hoje é Conselheiro no Supremo Tribunal de Justiça, e o Juiz disse que eu não tinha explicado bem a malvadez e o egoísmo, não sei se estão a ver, eu tinha descrito, articuladamente, todos os factos praticados, mas não tinha explicado bem. -----

----- Recorri para a Relação de Évora e, passado algum tempo, já eu era Delegada em Almada, no tal sítio onde tivemos aquele caso, quando veio o resultado do Recurso, Ganhei o Recurso. Mas a minha colega telefonou-me tristíssima e disse-me que tinha ganho o recurso mas que a senhora tinha sido, entretanto, assassinada pelo facínora. ---

----- Bem, isto para mostrar que, de facto, muitas vezes as mulheres saem da relação de violência com muito medo, não é só vergonha, a vergonha é para aquelas senhoras

com um estrato social mais elevado, mas sobretudo têm muito medo, o medo está sempre presente. -----

----- E nós que, agora, estudamos mais isto, e já há dados estatísticos, já sabemos que muitos dos casos de homicídio se verificam após a separação. -----

----- O que é que sucede com as crianças? As crianças ficam traumatizadíssimas. As crianças têm um medo terrível, também. E eu lembro-me que, já no Tribunal de Menores, estava a falar com um menino com cerca de nove anos, andava na terceira classe, e estava-lhe a dizer, porque a mãe queria que o menino fosse para uma instituição porque era muito batido pelo pai, e eu dizia-lhe que a mãe queria, e ele respondia-me; “Mas eu não quero. Eu não posso ir. Porque se eu vou para a instituição, ele mata a minha mãe”. E acabaram por ir ambos para Évora, para uma instituição, creio que ainda existe, onde recebiam, quer as mães, quer os filhos. -----

----- É por isso que este crime tem de ser público porque não é apenas a integridade, o valor, o bem jurídico e a integridade física que é atacado quando há uma agressão deste tipo. É também, o respeito pela família, é também o desenvolvimento da criança que está em causa. Portanto, eu penso que nós devemos lutar muito para que a Convenção de Istambul que fala em todas essas medidas, no campo da educação, haver programas, livros que falem, que desmontem os estereótipos de género e que ataquem muito a violência, que expliquem a gravidade dos casos, e a grande injustiça que constitui uma parte da humanidade estar a ser tão violentada. -----

----- Penso que era interessante se a Câmara se associasse no sentido de nas escolas do primeiro ciclo, algo, uma brochura, há brochuras do Conselho da Europa interessantíssimas. O Instituto de Apoio à Criança Também estaria disponível para fazermos alguma parceria. -----

----- E uma coisa que é muito importante era que nos planos municipais contra a violência de género sobressems que a própria Convenção de Istambul, também, considera as crianças, portanto, as raparigas até aos dezoito anos, também, entram aqui. E, portanto, por todas essas razões achei muito bem que o Instituto de Apoio à Criança estivesse aqui, na Assembleia, a chamar a atenção sobre alguns aspetos que às vezes não são tão visíveis. As crianças são as segundas vítimas do crime de violência doméstica, aquelas que também por serem uma população vulnerável, sentem mais os danos que a violência doméstica provoca, inevitavelmente. E geralmente, andam associadas. Não pensem que o agressor só bate na mulher, geralmente, bate nos filhos, também. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Dr.ª Sandra Benfica**, do Movimento Democrático das Mulheres, fez a seguinte intervenção inicial:-----

----- “Se calhar posso falar daqui porque, depois do vídeo que a Margarida nos presenteou, estamos todas cansadas, não é? Portanto, ficámos um bocadinho cansadas.

----- Muito boa tarde, a todos e a todas. -----

----- Eu vou tentar cumprir o horário.-----

----- Queria agradecer o convite que me foi formulado em nome do Movimento Democrático de Mulheres, portanto, vou deixar aqui os agradecimentos, com menos

palavras, mas com certeza, sentirão que é com enorme prazer que aqui estamos e esperamos poder contribuir de alguma forma, para enriquecer a reflexão e, já agora, também a desocultação daquilo que nós designamos, a multiplicidade das violências, um real bem feminino. -----

----- A minha comunicação procura, de alguma forma, trazer-vos aquilo que é o produto de alguma reflexão que é coletiva, que o MDM recentemente, aprofundou em dois congressos importantes, um na Universidade de Aveiro, especificamente sobre a questão das violências, e também o seu 9º Congresso que teve lugar aqui nesta maravilhosa sala, em outubro. E, naturalmente, também procurando aqui aportar um pouco que foi o privilégio que tive, e que tenho, de poder coordenar, no Movimento Democrático de Mulheres, um projeto sobre tráfico de mulheres a que chamamos “Romper Silêncios” e que foi muito interessante ouvir a Mariana a falar nesta necessidade de romper silêncios, foi exatamente, esse o nome que adotamos e que, de facto, procurou, e procura, trabalhar esta temática do tráfico na sua relação indissociável com a prostituição. -----

----- Não obstante, o desafio que nos foi colocado, hoje, que é olharmos para esta multiplicidade de violências numa perspetiva da prevenção e da proteção, e eu permitia-me algumas considerações prévias; uma de princípio, dizendo-vos que para nós a violência contra as mulheres constitui um abuso sistemático dos direitos humanos, é uma forma de discriminação baseada no género, traduz as desigualdades sociais e económicas e as discriminações que as mulheres ainda sofrem na sociedade e na família. A enorme dimensão do problema é a prova de que a violência contra as mulheres não afeta apenas algumas mulheres, afeta, diariamente a sociedade. A violência é, pois, o produto do estatuto condicionado e injusto de que gozam as mulheres, em geral, na sociedade dos nossos dias. -----

----- A segunda, tem a ver com uma opinião. É que as formas e tipos de violências contra as mulheres não ocorrem exclusivamente, na esfera privada e nas relações de intimidade, nem se traduzem apenas na violência no namoro e na violência doméstica, no tráfico, ou na prostituição, ou no assédio moral e sexual, por exemplo, sem querer diminuir nenhuma destas expressões. A degradação das condições de vida e de trabalho que transformam as mulheres no rosto da pobreza das famílias, que as transformam na camada da população que mais sofre privações materiais, nas que sentem de forma mais aguda o aumento das injustiças e das discriminações, as que são excluídas dos exercícios dos direitos económicos e sociais a que se soma a tentativa de reintrodução de conceitos e praticas retrógradas relativamente à mulher e ao seu papel na sociedade, são também formas, são também causas e são também consequências da violência contra as mulheres.-----

----- E uma organização como o MDM teria, obviamente, que colocar esta questão porque o nosso papel é fundamentalmente como organização de mulheres, não é, naturalmente, comparável às instituições públicas e privadas com responsabilidades na assistência e no tratamento do crime, como tal, a nossa responsabilidade é, sobretudo, no âmbito da intervenção social e política com vista à melhoria das condições de vida das mulheres que são afetadas pelas violências. -----

----- A terceira consideração decorre, naturalmente, das primeiras duas que afirmei. A violência sobre as mulheres tem causas económicas, sociais e culturais, que reforçam dinâmicas psicológicas de culpabilização, de impotência e de passividade que é necessário romper. Não é justo, e até posso parafrasear a canção da APAV, “é que nós estamos verdadeiramente cansadas”, mas estamos cansadas também do discurso dominante. Veja-se a publicidade paga por algumas estâncias oficiais que ligam sempre toda a ação das mulheres vítimas à sua relação indiscutível com os filhos, ou com outros dependentes, colocando, unicamente, na esfera privada a responsabilização e/ou a alteração das atitudes e comportamentos. É nessa esfera que se propõe a maioria das medidas de proteção e apoio que, em muitos casos, se tornam em ciclos de revitimização porque fazem cair sobre a própria o peso das reincidências e das impossibilidades.-----

----- Com esse mesmo sentido, a Convenção de Istambul sobreleva no seu artigo 12º, o determinismo das mudanças de comportamentos de ordem cultural ou tradicional, desculpabilizando as políticas públicas ou a insuficiência, ou mesmo a ausência delas, nos âmbitos da prevenção das causas, da proteção social, do emprego, da reinserção social, entre outras, que são absolutamente, determinantes para eliminarmos a violência contra as mulheres. -----

----- A prevenção de qualquer problema social, seja de que cariz se trate, faz-se, primeiramente, através de políticas públicas que garantam, a montante, o cal de cultura onde germinam. Faz-se, naturalmente, pela sensibilidade, pela educação, etc., etc.. Mas, não chega. Nunca chegou, e jamais chegará. Não basta dizer, basta. Interrogo-me, muitas vezes, há alguém com consciência que possa dormir à noite, pode dizer a uma mulher que ela tem de dizer basta, quando a seguir, não temos uma casa abrigo para a colocar? Quando, a seguir, a afastamos do agressor, para uma pensão, para uma casa abrigo. Depois passa filas intermináveis à espera que a Segurança Social lhe dê o papel para o advogado que vai ser nomeado para tratar do divórcio. Depois, o advogado, que é outro, que vai tratar do exercício de regularão do direito paternal, da mulher que fica incapacitada de aceder à conta bancária porque ele lhe tira o dinheiro todo, e por aí fora. Portanto, é necessário, efetivamente, que as políticas públicas se deixem das propagandas e, efetivamente, protejam e apoiem as mulheres e todas as vítimas de violência, e isto não está a acontecer. E não é uma responsabilidade das organizações, não pode continuar a ser. -----

----- A proteção deve ser, antes de mais, para não dizer sempre, numa perspetiva de direitos humanos e não de socoritismo. Refiro o socoritismo pela abordagem que irei fazer rapidamente se ainda me for permitido, sobre as questões do tráfico. -----

----- A vítima não pode continuar a ser julgada, revitimizada, culpada, responsabilizada, condenada, humilhada, cortada na sua autoestima e na sua dignidade. -----

----- Rapidamente, e sobre as questões do tráfico e da prostituição, porque é um elemento único. Digamos que cresce, felizmente, a consciência de que outras formas de violência são isso mesmo, a violência doméstica é finalmente considerada uma violência. Nunca mais me esqueço que a primeira coisa que aprendi em miúda, foi

## DRAFT

alguém ter-me dito assim; “olha, minha filha, as mulheres são como os bifés, quanto mais a gente lhes bate, mais elas ficam macias”. E, portanto, no que diz respeito ao tráfico na sua relação com a prostituição, isto não é bem assim. Continua a persistir a ideia que não se trata de uma violação dos direitos das mulheres, nem sequer um exercício de violência sobre as mulheres. -----

----- Na atualidade, estima-se que existam, em todo o mundo, entre quarenta a quarenta e dois milhões de pessoas na prostituição, incluem estes números dois milhões de crianças. Na sua grande maioria, 80% das pessoas que se prostituem são mulheres e raparigas menores e meninas. Veja-se o caso hoje publicitado da menina que foi resgatada, em Odivelas, que iria ser vendida para uma rede de tráfico sexual, ou a investigação dos vinte e sete casos que estão, em Portugal, neste momento, a ser investigados de tráfico de crianças menores, uma delas com quatro anos, exatamente, para exploração sexual. 75% têm entre treze e vinte e cinco anos, 90% a 95% são dependentes de um proxeneta, e os clientes são quase todos homens. -----

----- Na Europa Ocidental, um a dois milhões de pessoas estão envolvidas na prostituição são, na sua maioria, emigrantes, são vítimas de tráfico de seres humanos, porque saem das suas terras em busca de um futuro melhor.-----

----- O tráfico de pessoas escreve-se sobretudo, no feminino, 75% das vítimas são mulheres e raparigas como disse, traficadas sobretudo, para exploração sexual e prostituição, 98%, e trabalho forçado, 55%, sendo 50% delas menores de idade. E só para a Europa Ocidental estimam-se que sejam traficadas anualmente, um milhão de novas mulheres e jovens, passando 90% delas por bordéis em Espanha, Itália, Grécia, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça e Portugal.-----

----- Recordo aqui, novamente, o resgate das vinte mulheres no norte que estavam fechadas num bordel. Já agora, um dia gostava que me explicassem como é que a polícia faz investigações em bordéis, sendo que os bordéis são proibidos em Portugal. -

----- Portanto, estas mulheres estavam e passavam por um túnel, vocês, com certeza, tiveram a oportunidade de ver estas notícias. -----

----- Estes números e factos dão-nos uma ideia vagamente aproximada do significado deste sistema que é organizado de exploração. Mas pensa-se que mesmo assim, ficam muito aquém da realidade. Os alertas surgem-nos de todo o lado. Este é um negócio em franca expansão. Não é novo, mas hoje apresenta características que derivam das profundas alterações ocorridas nas últimas três décadas e que o catapultou para dimensões de grande escala na sequência da industrialização e da globalização da exploração sexual. -----

----- Assim, milhões de jovens e mulheres alimentam o gigantesco mercado da indústria do sexo, cujo lucro anual está estimado em cento e oitenta e seis mil milhões de euros. -----

----- Vou ficar por aqui, neste aspeto, porque não consigo desenvolver mais. Queria apenas, dizer que com grande alegria recebemos a vinte e sete de fevereiro, do ano passado, um primeiro relatório do Parlamento Europeu que vem colocar o “dedo na ferida” e foi finalmente aprovado, e que nos diz e reconhece algo que é fundamental reconhecer. Primeiro, é que de facto, a prostituição é uma forma de escravatura



incompatível com a dignidade da pessoa humana e com os seus direitos fundamentais. Vem reconhecer que o mercado da prostituição fomenta o tráfico de mulheres e crianças, e agrava a violência contra as mesmas, especialmente em países onde a indústria do sexo foi legalizada. Reconhece que considerar a prostituição um trabalho sexual legal, despenalizar a indústria do sexo em geral, e legalizar o lenocínio, não constitui uma solução para proteger as mulheres e raparigas menores e vulneráveis à violência da exploração, bem pelo contrário, produz antes um efeito contrário. E também, o reconhecimento que as pessoas que se prostituem são, particularmente, vulneráveis a nível económico, social, físico, psicológico, emocional e familiar, e correm um maior risco de violência e danos, mais do que qualquer outra pessoa em outra atividade. -----

----- Estando disponível para as questões colocadas, dizer que para nós do Movimento Democrático de Mulheres o tráfico de mulheres é uma violação dos direitos humanos, e o fim a que estas mulheres se destinam, também, é uma violação dos direitos humanos, também é um exercício de violência contra elas. Para nós o crime não reside apenas se a pessoa foi traficada, ou não. Para nós o crime reside no facto de ter sido traficada e no facto de estar a ser explorada, nesta indústria, neste negócio.-----

----- A prevenção é fundamental. O apoio é fundamental.-----

----- É absolutamente verdade que é urgente promover mudanças de atitudes e de mentalidades que contrariem as concessões assentes na subalternização do papel da mulher na família, no trabalho e na sociedade, na relação de poder que ainda existe do homem sobre a mulher na família. -----

----- Mas é importante reconhecer que aquilo que está na lei é muito diferente da prática que existe na vida, e que o Estado e as políticas sociais e económicas, não podem colocar na responsabilidade, ou das autarquias, ou das organizações não-governamentais, ou das vítimas, a responsabilidade de resolver um problema que as próprias políticas têm causado. É o país que nos últimos anos mais desigualdade produziu. É o país que mais discriminação produziu. É o país onde a violência mais aumentou. E isto tem de nos levar, naturalmente, a refletir.-----

----- Muito obrigada.” -----

#### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS) no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todas e a todos.-----

----- Eu prometo respeitar os três minutos e, também, essencialmente, queria reformular duas considerações de natureza diferente, uma por defeito de formação e outra mais prática. A de defeito de formação é, inevitavelmente, a questão colocada no plano jurídico. Eu acho que, efetivamente, temos também um problema com a ordem jurídica porque, não só, temos um quadro complexo de normas aplicáveis à realidade de violência de género e da violência doméstica, e a jurisprudência muito errática, e aliás os estudos judiciais está a fazer um levantamento, há um estudo em curso precisamente sobre o estado da jurisprudência para que seja possível analisar onde é que estão as principais dificuldades e o que é necessário melhorar na legislação

## DRAFT

em vigor para que haja clareza por parte dos operadores judiciários e, às vezes, a uniformidade.-----

----- Mas o aspeto que foi referido em várias intervenções e que é transversal, é de facto a ligação entre a esfera penal e a esfera civil, e são vários os exemplos. Ainda, recentemente, quando se alterou a legislação no sentido de prever a indignidade acessória como efeito automático das condenações, os entraves e de alguma maneira, as dificuldades de nos abstrairmos de uma separação estanque, que já devia ter deixado de ser estanque quando a realidade não é estanque, portanto, a qualificação jurídica de uma coisa como uma ofensa no plano penal, ou como uma ofensa no plano civil, e que tem de ter consequências no plano civil, é uma mera abstração da perspetiva das vítimas que necessitam de uma resposta urgente e, efetivamente, sendo o tema do debate de hoje, a prevenção previna a ocorrência de situações de violência são, manifestamente, insuficientes. -----

----- E foi com um bocadinho de elegância que se diz isto, mas eu seria um bocadinho mais assertivo relativamente à consideração de, ainda, há não pouco tempo, na Assembleia da República, na 1ª Comissão, palavras que foram proferidas pelo Bastonário da Ordem dos Advogados, que questionava a manutenção da violência doméstica como crime público. E dizia, falava, de “um risco de feminismo entranhado na legislação”. Eu acho que, no contexto em que as palavras são ditas, simbolicamente é de uma gravidade tremenda e depois, ainda mais, afirmar uma coisa como esta de que há um feminismo entranhado na legislação. Se há coisa que não temos na legislação é feminismo, ou seja, ainda no outro dia disse numa intervenção, precisamente, ali na Faculdade de Direito, se olharmos para a entrada e se virmos as figuras jurídicas de sempre, são só figuras de homens, porquê? Porque o Direito é uma forma de operacionalizar um sistema de poder, e um sistema de domínio. Por isso não há mulheres juristas até ao momento em que as mulheres se emanciparam e puderam partilhar dessa fatia de poder e, portanto, o direito, infelizmente, ainda hoje é uma realidade essencialmente, construída de homens e para homens, para homens interpretarem e para homens aplicarem.-----

----- Felizmente, essas mentalidades começam a quebrar-se. Hoje o quadro de acesso às profissões jurídicas, todas elas é de igualdade de acesso. Mas o caminho da renovação, da chegada aos tribunais superiores desta visão, ainda demora. Mas eu acho que em primeira linha, sem prejuízo, hoje o debate não é tanto ao nível das soluções, mas mais ao nível da prevenção. Mas mesmo, neste domínio, a ordem jurídica tem de ser trabalhada muito intensamente, para produzir resultados mais eficazes. -----

----- A outra questão tem a ver com a prevenção no que diz respeito aos jovens. E também aí parece-me que a aposta séria na educação para a cidadania e na capacidade de trazer os conteúdos para as escolas e ter espaços curriculares próprios para os fazer, porque, infelizmente, a educação para a cidadania deixou de ser oferta obrigatória e, portanto, ao invés de avançarmos, recuámos naquela que deve ser a missão da escola pública em complementar estes elementos. De facto, temos guiões produzidos pelas

## DRAFT

instituições públicas, guiões produzidos pelas ONG's, mas depois não há formação, nem local próprio para fazer esta implementação no local.-----

----- E agora puxando para a dimensão autárquica, de facto, felizmente já estamos numa cidade que já tem um plano relativo à violência que está em execução. Há trabalho que se pode fazer, localmente, com as escolas. E mesmo na escala de freguesia, e colocando o chapéu da Freguesia do Lumiar, a perspectiva que temos é que numa determinada escala e com uma ligação mais próxima com as escolas, obviamente, se calhar, também nos deve ser permitido, ou pelo menos, vamos tentar também, lançámos agora no oito de março, a discussão pública de um Plano de Igualdade Local, porque também há particularidades para fazer descer mais um nível e ter, também, na esfera das freguesias este papel, mas efetivamente, a ligação às escolas que agora são competência privilegiada de intervenção local e de proximidade das freguesias, tem de ser garantido e também, este caminho, tem agora uma nova camada de intervenção, pelo menos aqui na Cidade de Lisboa com a robustez que as freguesias foram adquirindo.-----

----- Mas se as políticas públicas à escala nacional continuam a ser de desvalorização da educação para a cidadania e desvalorização da intervenção necessária, obviamente, “não há omeletes sem os ovos”, pelo que podemos olhar criativamente para a “frigideira”, mas eles não aparecem e não se materializam se não fizermos por isso.-----  
----- Muito obrigado.”-----

----- (**A Senhora Paula Nicolau** não interveio por não se encontrar presente.)-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada a todos e às Senhoras que trouxeram estes nobríssimos contributos à nossa reflexão e à reflexão coletiva desta Assembleia.-----

----- Proporcionar o bem-estar à população e promover a sua participação em condições de igualdade em todas as esferas da sociedade, são objetivos do PCP que tem defendido e tem efetivado. Portanto, hoje, também, os trazemos aqui.-----

----- São múltiplas as formas e as faces da violência quotidiana contra as mulheres.-----

----- O dia oito de março, que foi lembrado e festejado por todas nós, continua a ser a marca da luta das mulheres por melhores condições de vida e de trabalho e, também, pelo direito ao voto.-----

----- Não é possível haver desenvolvimento, paz e progresso quando as mulheres vivem com medo da violência.-----

----- A violência ocorre nos espaços públicos e privados, como aqui já foi referido, e não é só agressão física, também é psicológica e moral.-----

----- Este não é apenas um assunto das mulheres, é uma responsabilidade de todos nós. Temos de meter a colher, como aqui já foi dito hoje.-----

----- A violência, a precaridade e a pobreza, escrevem-se no feminino, mas a erradicação, também. Só falta a sua efetivação total. Por isso, as políticas públicas são de grande importância, e aquelas que têm sido seguidas no nosso país são de retrocesso social, também na Europa, mas estamos a falar do nosso país, e provocam o

## DRAFT

aumento do desemprego, dos salários em atraso, das desigualdades salariais, desigualdades de poder, precariedade laboral, pobreza e exclusão social. -----

----- São mulheres a maioria dos beneficiários dos valores mínimos das prestações de desemprego, e das prestações sociais também o são, nas titulares do Rendimento Mínimo de Inserção, Também o são aqueles que auferem o salário mínimo nacional, ou seja, os quinhentos e cinco euros. E portanto, também o são aquelas que precisam, e neste momento, está a ser atacado e destruído o Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social Pública e Universal, a Escola Pública. -----

----- Também o são, como aqui já foi referido, as mulheres, a sua maioria, utilizadas no tráfico de seres humanos, na prostituição, os menores, como já foi dito. -----

----- Por isso dizer que nos ritmos de violência que ocorrem no mundo do trabalho, por exemplo, o ritmo frenético nas linhas de produção, a pressão das chefias, os horários de trabalho, a falta de conciliação de vida profissional, pessoal e familiar, etc., são também dramas que as mulheres vivem no mundo laboral, para além do assédio moral e sexual como mecanismos de pressão que violenta as mulheres no seu quotidiano. -----

----- A violência doméstica, também já aqui detalhada, dizer que, em Portugal, continua a ser em maior número de vítimas as mulheres. -----

----- Os sucessivos governos demitiram-se das medidas de prevenção das causas de violência, e é das causas e da prevenção que, aqui, falamos, hoje, que conjuga fatores culturais de ordem económica e social, e transferem a responsabilidade para a sociedade. A prevenção da violência não se resolve somente através da denúncia de casos observados, ou conhecidos, mas através de programas de formação de combate à violência que deverão ser implementados nas escolas, já aqui foi dito, também, nos meios de comunicação social nomeadamente, nos conteúdos programáticos nas televisões, na publicidade, na difusão de uma cultura de solidariedade e de condenação de todas as formas de violência. -----

----- Por último, mesmo a terminar, dizer que temos proposto nesta Assembleia Municipal um conjunto de medidas a ter em conta, que passam pela promoção de campanhas de sensibilização especializada dirigidas às mulheres de diferentes faixas etárias, para que exerçam os seus direitos e desenvolvam condições de vida saudáveis.

----- Alertar as mulheres para a prevenção da saúde, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. -----

----- Valorizar o trabalho como forma de produção de igualdade, salários das mulheres iguais aos dos homens. -----

----- Dinamizar ações para prestar apoio às mulheres idosas, tendo presente a situação de cada uma, quer no que se refere ao isolamento, quer no que se refere aos maus tratos a que não poucas são vítimas sujeitas por familiares, ou outros. -----

----- O tráfico de pessoas e a prostituição, denunciar a desumanas e injustas condições económicas e sociais que levam as mulheres na procura de trabalho a tornarem-se vítimas desta prostituição e do tráfico deste negócio. -----

----- Dizer não às inaceitáveis propostas de legalização que poluam por aí, da prostituição, que somente interessam a quem faz das pessoas, negócio. -----

----- Continuar a desenvolver o protocolo, por exemplo, com as instituições, já no âmbito da Câmara, protocolo com as instituições que no terreno atuam e lhes devolvem a dignidade e a vida, que é o caso do “Ninho”, entre outras. -----

----- Promover na autarquia mais acesso a trabalhos compatíveis com as capacidades das mulheres, nesta situação. -----

----- E, por último, disponibilizar habitação condigna como fator fundamental à inclusão destas mulheres. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaríamos de começar por agradecer as pertinentes intervenções dos membros do painel na 2ª sessão deste debate. Depois, centrar a temática da ‘Prevenção e Proteção’ no facto de os Estados não cumprirem os seus deveres de proteger as mulheres contra a violência. -----

----- Ou seja, a existência dessa violência é uma realidade que poderá resultar de múltiplas razões sociais, económicas e culturais, mas, acima de tudo, de uma condição de fundo comum à desigualdade entre homens e mulheres, podendo ser vista como um fenómeno que, a ser praticado com impunidade, representa uma violação de direitos humanos. Essa diferença constitui um claro indicador da incapacidade revelada pelos Estados no que se refere a cumprir plenamente o seu dever de proteger as mulheres. -----

----- É um facto que a violência de género assume muitas formas - pode ser física, sexual, emocional, cultural, social e económica -, pelo que compete também aos Estados cumprir os seus compromissos. A persistência em todo o mundo dessa violência é uma prova de que os Estados não estão a cumprir esses deveres. Ou porque ainda não aprovaram legislação que criminalize todas as formas de violência contra as mulheres ou mesmo, quando existe um corpo jurídico, com frequência ele é insuficiente no seu alcance ou não é eficazmente aplicado. -----

----- Como pôr então fim à impunidade e prevenir a violência? -----

----- Em primeiro lugar, é necessária uma ação concertada e imediata da parte dos governos, o que exige uma clara demonstração de vontade política e de empenhamento bem como uma ação sistemática e sustentada, apoiada por recursos adequados, garantindo a igualdade de género e a proteção dos direitos humanos das mulheres, a elaboração de políticas e estratégias consequentes, atribuindo os recursos e financiamentos suficientes. -----

----- Em segundo lugar, os planos de combate à violência passam também pela educação para a cidadania, pela integração nos planos curriculares da educação para os afetos, da educação para o respeito, da educação para a igualdade, que não estão a ser concretizadas nem generalizadas nos planos curriculares das nossas escolas e que teriam como objetivo as nossas crianças e os nossos jovens, pelo que seriam extraordinariamente importantes para a resposta das futuras gerações a esta matéria, especialmente para aquelas crianças que têm uma vivência de agressão nos seus lares. -

## DRAFT

----- Donde, estes objetivos devem começar por ter um adequado financiamento no seio do Orçamento do Estado e dos próprios orçamentos municipais.-----

----- Em terceiro lugar, é preciso reconhecer que as mulheres são muitas vezes as mais penalizadas por políticas de marginalização no mundo do trabalho, pelo desemprego, pela precariedade e pelo trabalho a tempo parcial, que atingem sobretudo as mulheres e as mães trabalhadoras, ou seja, políticas que mantêm a desigualdade no seio da sociedade. Uma elevada % dessa violência prende-se com uma forte dependência económica que as mulheres ainda têm em relação aos seus companheiros, pois as mulheres são as primeiras vítimas da desigualdade salarial e da ausência de remunerações justas.-----

----- “Os Verdes” consideram que o Estado não pode fechar os olhos a esta realidade, pois mulheres que não têm emprego, que não têm meios de subsistência, não dispõem de autonomia financeira.-----

----- Em suma, é preciso que a discussão sobre a igualdade de género e o debate das medidas sobre a questão da violência sobre as mulheres não esteja afastada da questão das políticas sociais, das políticas económicas e das políticas de emprego. É preciso mudar de mentalidades, mas em muitas destas questões é também preciso mudar de políticas nacionais. Políticas que assegurem que em tantos aspetos da vida das mulheres possa haver uma vida melhor, mais justa, com pleno emprego, com independência económica em sociedade e no seio do agregado familiar, que tenham, por objetivo, prevenir e combater todos os tipos de segregação e violência sobre as mulheres.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todas e a todos.-----

----- Eu queria, em primeiro lugar, agradecer às nossas oradoras que nos deram aqui testemunhos muito importantes, e transmitiram-nos informações.-----

----- Explicar-vos, um pouco, o que vai acontecer. Naquela mesa estão sentados dois Senhores Deputados, a senhora deputada Floresbela Pinto e o Senhor Deputado Diogo Moura, que são relatores desta sessão. Portanto, eles agora vão pegar em tudo o que foi dito, vão fazer um relatório sobre o que aqui se passou, esse relatório vai justar-se aos relatórios das outras sessões e sobre isso terá de haver uma deliberação política da Assembleia Municipal. Portanto, isto não é apenas uma sessão que acaba aqui, é qualquer coisa que estamos a tentar construir com a vossa ajuda para que a Assembleia Municipal se posicione de uma forma mais ativa, neste problema.-----

----- Já foi aqui dito pelo Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar que as próprias freguesias estão empenhadas em dar o seu contributo, e elas têm um papel importante na polícia de proximidade, tal como falou a Subcomissária Aurora Dantier.-----

----- Queria sublinhar, e certamente os Senhores relatores não deixarão de o fazer, a importância das questões da educação que foram aqui mencionadas por vários intervenientes, e das políticas públicas, também, naturalmente.-----

----- Sublinhar, também, a importância do desfasamento entre os operadores e a lei que foi sublinhada pela Professora Anália Torres. Nós sentimos muito isso no dia-a-dia, portanto, penso que também é importante batalhar a esse nível. -----

----- Pela nossa parte, dizer-vos que, agora isto é uma curiosidade, o filme, o pequeno vídeo que a Margarida aqui nos trouxe, foi posto no Facebook da Assembleia. Está por lá uma agitação enorme, pois as pessoas estão a partilhar e a fazer *likes*. Portanto, isto, também, são formas de nós difundirmos e de levar mais longe o que se está a passar nesta sala, que neste momento já tem pouca gente, é o tal condicionamento das horas que nós temos, e as pessoas têm umas vidas complicadas. -----

----- Finalmente, dizer-vos que a Arquiteta Paula Nicolau teve que sair, exatamente, por compromissos pessoais. A Paula Nicolau que representava aqui o PAN, o Partido pelos Animais e pela Natureza, é uma das grandes entusiastas deste debate, foi ela que levou, de certa maneira, o PAN a fazer esta proposta, portanto, não é por falta de vontade de estar aqui presente, bem pelo contrário, seria uma das mais entusiastas deste debate, mas não pôde estar. -----

----- Com tudo isto, agora a responsabilidade passa para cada um de nós, daqui dos que estamos presentes, alguns são deputados, outros não. Vamos ter que refletir sobre aquilo que ouvimos, esperar o contributo dos nossos relatores, e pagar nas vossas sugestões e nos vossos alertas para ver o que é que a Assembleia Municipal, enquanto representante da população da Cidade de Lisboa, pode fazer numa matéria que, também, atravessa muitas camadas na nossa sociedade. -----

----- Muito obrigada a todas.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, na qualidade de moderadora do debate, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- O público aqui presente acrescentou alguma coisa ao que as nossas oradoras aqui disseram. -----

----- Pergunto, apesar do adiantado da hora, se algumas das oradoras quer, ainda, acrescentar, ou fazer alguma pequena intervenção? -----

----- Fazem favor.” -----

#### ----- **INTERVENÇÕES FINAIS ORADORES** -----

----- **A Senhora Dr.ª Margarida Medina Martins**, da Associação de Mulheres Contra a Violência, fez a seguinte intervenção final: -----

----- “Vou abusar um pouquinho da vossa paciência, no sentido em que passei o vídeo e falei pouco. Até nem é o meu estilo. Mas deixar alguns desafios. -----

----- Um dos problemas com os quais nos confrontamos, ou seja, as vítimas/sobreviventes e quem atua nesta área, é o facto de as entidades oficiais não adotarem os referenciais a que Portugal está vinculado. Chegamos a ter situações de diretores gerais a dizer que não têm nada a ver com as convenções, nem com as diretivas comunitárias, nem com as leis, nem com coisa nenhuma. E, portanto, temos um quadro referencial a Portugal está vinculado em termos do Conselho da Europa, Nações Unidas, etc., e depois, todo esse referencial que no fundo trás um fortalecimento das questões das mulheres, não passa para o aparelho de Estado. Quem

está no atendimento, quem está na linha da frente não reconhece toda a evolução que tem sido feita na área dos direitos humanos das mulheres. Esse é um dos problemas, talvez, maiores que temos no dia-a-dia da vida das pessoas. -----

----- Quando falamos aqui da questão da educação, sem dúvida, a educação é fundamental. Mas na nossa perspetiva o que se tem de criar é uma cultura de direitos humanos, que não temos. Em Portugal a ideia é “Eu não bato. Eu não sou agressor”. Ora, isso não é verdade. Eu não bato, nem sou agressor, mas posso ser negligente. Posso, de facto, ser cúmplice de crime porque não me mexo, porque não denuncio, por uma série de coisas. Portanto, o vir a criar uma cultura de direitos humanos, isto sim, de forma obrigatória em todos os níveis de escolaridade, é para nós um aspeto fundamental.-----

----- Relativamente, a quem intervém na área da violência, do crime, a especialização é um aspeto que nós defendemos, consideramos fundamental, básico, é uma questão de literacia, de facto, o que está em cima da mesa, quando trabalhamos esta área. -----

----- Só para vos dar uma ideia, por último, da realidade portuguesa, os advogados, em Londres, precisam de uma hora e meia, para ter uma medida de afastamento de um agressor. Em Portugal, relativamente a uma situação de abuso sexual a uma criança precisamos de cinco anos, num julgamento que terminou no ano passado, para ter uma medida de afastamento de um agressor. Isto faz a diferença da realidade, em Portugal.

----- Portanto, há uma diferença muito grande entre diferenciais e o terreno. E este é um desafio, como é que nós fazemos melhor. -----

----- As Câmaras, as autarquias têm agora um papel muito proactivo e muito importante, no contexto da Câmara Municipal de Lisboa, com o primeiro plano de violência, há uma série de estratégias a serem desenvolvidas. -----

----- Estamos em crer que vamos melhorar mas, de facto, a iliteracia dos profissionais, nomeadamente na área da justiça, e esta paralisação do sistema, permite que qualquer agressor esteja completamente à solta e nem reconhece os tribunais, não reconhece as autoridades.-----

----- A nossa colega Aurora Dantier confronta-se com diversos problemas do que faz à noite e ao fim de semana, etc., nós confrontamo-nos com a paralisação do sistema. Porque se pensarmos nas casas de abrigo, as casas de abrigo, em média, podem ter as sobreviventes entre seis a nove meses. Tudo o resto tem de ser fundamentado sobre o que é que lá estão a fazer, porque é suposto virem para a comunidade. E, portanto, com uma justiça que está paralisada é, de facto, muito complicado.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Professora Dr.ª Anália Torres**, do ISCSP/CIEG fez a seguinte intervenção final:-----

----- “Duas mensagens muito rápidas. -----

----- Acho que tinha cumprido a minha missão se saísse daqui uma indicação, vou dizer um bocadinho paradoxal, que era que os tribunais de família fossem proibidos de darem responsabilidades parentais partilhadas a um agressor de violência doméstica, numa situação de vítima de violência doméstica. Esta, para mim, era uma coisa muito importante. -----



----- E a segunda questão era que se começasse a pensar nas situações de violência doméstica no afastamento dos agressores da sua casa, e não do afastamento das mulheres e as mães a terem que andar a ser perseguidas duplamente.”-----

----- **A Senhora Dr.ª Dulce Rocha**, Vice-Presidente do Instituto de Apoio à Criança, fez a seguinte intervenção final: -----

----- “Eu acho que, realmente, era muito bom se pudessem sair daqui algumas conclusões. Mas essa dos tribunais serem proibidos não podemos com a lei que temos. Nós temos que alterar a lei de acordo com a Convenção de Istambul que diz; “*que as situações de violência doméstica têm de ser consideradas sempre na guarda das crianças*”, e nós temos que pôr isso na lei, não há volta a dar. -----

----- Portanto, esperamos que este nosso amigo, para além de ser Deputado Municipal, é Deputado da República, consiga rapidamente, mostrar que isto é muito urgente, que é urgentíssimo, porque a interpretação das leis depende muito da sensibilidade de quem está a julgar. -----

----- Nós temos tido alguma formação, mas não é, ainda, suficiente. -----

----- A Procuradora Geral da República tem promovido, o Centro de Estudos Judiciários, também, algumas sessões para formação de magistrados, até com a participação da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, de que faço parte, a Teresa Féria tem lá ido várias vezes, portanto eu penso que haverá condições para os magistrados terem alguma formação. Agora, o essencial deriva das suas concessões, das suas próprias conceções. Se um magistrado pensar como o antigo Bastonário da Ordem dos Advogados, estará sempre condicionado, portanto, a formação não resulta a 100%. -----

----- A lei é o instrumento principal, e a Lei penal tem de estar de acordo com a Lei Civil. Nós não podemos ter um fosso, não podemos ter um ordenamento jurídico contraditório entre si, quer dizer, a nossa Lei Penal atribui um valor grande à defesa da vítima de violência doméstica, mas depois chegamos à Lei Civil, às responsabilidades parentais, e permitimos que haja contatos constantemente. A lei tem de ser um farol, a lei tem de indicar e tem de ajudar a que haja uma interpretação unânime. Por senão, já sabemos que cada pessoa pensa de maneira diferente. -----

----- É importante, também, se a Câmara colaborar com as Organizações Não Governamentais, e a Assembleia Municipal pode ajudar nesse sentido, isso seria já um avanço. -----

----- E propor, também, que haja o Centro de Contenção. Se houvesse um primeiro caso em Lisboa, isso seria importante, porque há juízes que dizem; “*Onde é que eu ponho o agressor? Coitado, ele não tem para onde ir*”. Se houver uma Casa de Contenção como há noutros países, esse pretexto já não pode ser evocado, para que as crianças e a sua mãe, vítimas de violência, possam ficar na sua casa junto dos amigos, na escola, no emprego, etc. -----

----- Eu penso que há imenso a fazer. -----

----- Ontem, soubemos que a Dilma Rousseff promoveu uma norma específica para o femicídio. Nós não temos. Nós não temos automatização do crime de homicídio, relativamente às mulheres, em Portugal. Não devia de ser um homicídio especial mas

sim com um nome. E incluiu os femicídios nos crimes hediondos, o que tem muita importância.-----

----- Temos ali uma representante da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, portanto, podemos fazer um grupo de trabalho. É uma ideia que fica.” -----

----- **A Senhora Dr.ª Sandra Benfica**, do Movimento Democrático das Mulheres, fez a seguinte intervenção final:-----

----- “São dois desejos, ou dois desafios. Um é que a Assembleia Municipal, os Senhores Deputados, onde têm voz, possam adotar, de alguma forma, este relatório que vos referi aqui, e transformar, de facto, este município num município do quadro da União Europeia que diga; “*Por uma Europa livre de prostituição*”. Este era um elemento absolutamente, determinante, digamos assim. -----

----- O segundo, é que se olhe para esta questão de forma criteriosa e que se invista os dinheiros públicos em projetos e iniciativas que se foquem em dar condições às mulheres e às crianças que estão na prostituição, promovendo a sua educação, a sua reintegração, a sua recuperação, e não em iniciativas que, de alguma forma, possam promover formas de violação que é contraditório com os nossos princípios de direitos humanos e dignidade humana. -----

----- Muito obrigada.” -----

#### ----- **ENCERRAMENTO** -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**, na qualidade de moderadora do debate, fez a seguinte intervenção final:-----

----- “Bom, eu queria agradecer a todos, à Senhora Presidente, à Assembleia Municipal e queria, principalmente, deixar aqui dois pilares que são fundamentais para contribuirmos todos para a erradicação da violência; é a lei e a educação. A lei por um lado, e a educação por outro. Portanto, nós na Câmara, com a Assembleia Municipal, nas escolas, com as Juntas de Freguesia, poderemos ajudar muitíssimo na educação com as crianças das escolas porque até ao 6º ano, as escolas dependem dos municípios, neste momento, portanto, é um universo mais pequeno e é mais fácil montar uma campanha com as professoras, com as crianças, porque é muito importante começar de pequeno a ter esta noção. E mesmo nas brincadeiras, no recreio, dizer isto às professoras, certas brincadeiras machistas que os meninos fazem porque já vêm de casa com essas instruções, devem ser rodeadas e devem ser eliminadas dos recreios.-----

----- Muitas vezes, por facilitismos os professores deixam os rapazes brincar uns com os outros, e as meninas umas com as outras. Deve-se incentivar que brinquem juntos. -

----- Há uma série de coisas a fazer, e eu sou muito sensível a esse lado da educação, por isso, estou a puxar por ela. -----

----- Deixemos aqui aos Senhores Deputados da Assembleia da República a lei.-----

----- A todos, muito obrigada.-----

----- Este caminho faz-se caminhando, e este caminho tem sido muito longo. Portanto, podemos continuar a caminhar nele até chegar ao fim da linha. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e dez minutos.-----

## DRAFT

----- Eu \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----  
-----A PRESIDENTE -----